

**ELSA MARIA DA SILVA ANTÓNIO**

**CONTRIBUIÇÃO DA ONU PARA OS DIREITOS  
HUMANOS EM MOÇAMBIQUE**

**Orientador: Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração  
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

**Lisboa  
2017**

**ELSA MARIA DA SILVA ANTÓNIO**

**CONTRIBUIÇÃO DA ONU PARA OS DIREITOS  
HUMANOS EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 20 de Março de 2018, com o despacho reitoral nº241/2017, de 7 de Julho de 2017, mediante a seguinte composição de júri:  
**Presidente:** Prof. Doutor João de Almeida Santos  
**Arguente:** Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos  
**Orientador:** Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração  
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

**Lisboa  
2017**

## **Agradecimentos**

A elaboração desta dissertação só foi possível devido ao apoio recebido ao longo do processo.

Expresso a minha sincera gratidão ao Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva pela pronta aceitação do convite para assumir o estatuto de orientador, conhecedor profundo da matéria em causa, pela paciência e sábia orientação, bem como pelo modo como estimulou, sugeriu e conduziu a presente dissertação.

Agradeço ainda à minha família, meu marido e filhos, o apoio e dedicação que me prestaram.

## **Resumo**

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como objetivo assegurar a cooperação em matéria de Direito Internacional, segurança e paz mundial, progresso social, desenvolvimento socioeconómico e cultural, sempre numa perspectiva de defesa da dignidade e dos direitos da humanidade.

Como membro das Nações Unidas, e subscritora de variados instrumentos jurídicos internacionais, a República de Moçambique tem vindo a aproveitar-se dos seus plenos direitos para a sua assistência. É nesta conjuntura que este trabalho pretendeu avaliar a contribuição das Nações Unidas na materialização dos direitos humanos em Moçambique, entre 1992 e 2016.

Com base na análise de planos das Nações Unidas e do Governo, e da análise de relatórios e de indicadores de avaliação das ações das Nações Unidas e do desenvolvimento do país, a investigação permitiu verificar que a intervenção desta organização tem sido necessária na defesa dos Direitos Humanos da população moçambicana, embora com eficácia desigual.

A verdade é que a ação das Nações Unidas tem sido muito afetada pela instabilidade, que se tem vindo a agravar, e pela degradação da situação global do país, mitigando os problemas mas não conseguindo resolvê-los. Torna-se, assim, imprescindível resolver o clima de instabilidade e de insegurança e dar tempo para replicar as experiências com sucesso, a nível nacional.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Nações Unidas, Moçambique

## **Abstract**

The United Nations aims to ensure cooperation on international law, security and world peace, social progress, socioeconomic and cultural development, always with a view to defending the dignity and rights of humanity.

As a member of the UN, and a subscriber of various international legal instruments, the Republic of Mozambique has taken full advantage of its assistance. It is at this juncture that this work aimed to evaluate the contribution of the UN in the materialization of human rights in Mozambique from 1992 to 2016.

Based on the analysis of UN and Government plans and the analysis of reports and indicators for the evaluation of UN actions and the development of the country, the investigation revealed that the intervention of this organization has been necessary in defense of the Human Rights of Mozambican population, although with unequal efficacy.

The truth is that the UN action has been greatly affected by the instability that has been worsening and by the degradation of the global situation of the country, mitigating the problems but not being able to solve them. It is therefore imperative to resolve the climate of instability and insecurity and to allow time to replicate successful experiences at national level.

**Keywords:** Human Rights, Fundamental Rights, United Nations, Mozambique

## Lista de Siglas e de Acrónimos

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGP	Acordo Geral de Paz
CC	Código Civil
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
CNUDH	Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CRM	Constituição da República de Moçambique
DaO	Delivering as One
EPU	Exame Periódico Universal
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FFS	Farmer Field School
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
ICAO	International Civil Aviation Organization
IFAD	International Fund for Agricultural Development
IIAG	Ibrahim Index of African Governance
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPME	micro, pequenas e médias empresas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento para o Milénio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMI	Organização Marítima Internacional
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
OUA	Organização da Unidade Africana
PAA	Purchase from Africans for Africa
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Renamo	Resistência Nacional de Moçambique
RSS	Reintegration Support Scheme (Subsídio de Reintegração Social)
SWAPO	South West Africa People's Organisation
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNAIDS	Joint United Nations Program on HIV/AIDS
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission

UNDAF	United Nations Development Assistance Framework
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFPA	United Nations Population Fund
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNISDR	United Nations Office for Disaster Risk Reduction
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UNOPS	United Nations Office for Project Services
UNRCO	UN Resident Coordinator's Office
UNTAC	United Nations Transition Authority in Cambodia
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group
UPU	União Postal Universal
WASH	Water, Sanitation and Hygiene

## Índice Geral

Agradecimentos .....	i
Resumo/Palavras-chave .....	ii
Abstract/Keywords .....	iii
Lista de Siglas e Acrónimos .....	iv
Índice Geral .....	vi
Índice de Figuras .....	viii
Índice de Tabelas .....	ix
Índice de Gráficos .....	x
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – OS DIREITOS HUMANOS E AS NAÇÕES UNIDAS .....	4
1. Evolução Histórica dos Direitos Humanos .....	4
2. As Nações Unidas e os Direitos Humanos .....	6
3. Modelos de Intervenção das Nações Unidas .....	11
CAPÍTULO II – MOÇAMBIQUE E OS DIREITOS HUMANOS .....	15
1. Enquadramento Territorial, Político e Socioeconómico .....	15
2. Evolução dos Direitos Humanos em Moçambique .....	18
2.1. O Direito à Autodeterminação .....	18
2.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na Constituição da República de Moçambique .....	18
2.2.1. Direitos, Liberdades e Garantias .....	21
2.2.2. A Luta Contra a Discriminação de Portadores de HIV .....	24
2.3. A Sociedade Civil e os Direitos Humanos .....	25
CAPÍTULO III – CONTRIBUTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE .....	29
1. O Acordo Geral de Paz e a ONUMOZ .....	29
1.1. O ACNUR e o Repatriamento dos Refugiados .....	37
2. O Contributo das Nações Unidas Após A Instabilidade de 2012 .....	39
3. Outras Agências e Ações das Nações Unidas em Moçambique .....	40
3.1. Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 .....	41
3.1.1. Área de Intervenção Económica .....	44
3.1.2. Área de Intervenção Social .....	45
3.1.3. Área de Intervenção Governação .....	46
3.2. Avaliação do Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 .....	47
3.2.1. Conclusões da Avaliação UNDAF 2012-2016 .....	49
	vi



3.2.1.1. Ações avaliadas como “bem-sucedidas” .....	53
3.2.1.2. Ações avaliadas como “menos bem-sucedidas” .....	57
3.2.2. Recomendações da Avaliação UNDAF 2012-2016 .....	58
4. Autoavaliação das Nações Unidas, sobre os 40 anos de cooperação .....	60
CAPÍTULO IV – ÍNDICE IBRAHIM DE GOVERNANÇA PARA MOÇAMBIQUE .....	61
1. Análise das Categorias e Sub-categorias do IIAG para Moçambique .....	63
2. Análise dos Indicadores do IIAG para Moçambique .....	74
CONCLUSÃO .....	79
BIBLIOGRAFIA .....	84
Anexo 1 – Indicadores, linhas de base, metas, parceiros, agências e recursos alocados por estas, para cada output .....	91
Anexo 2 – Ações de Cada Agência e a Área Geográfica de Intervenção, para Cada Output .....	130
Anexo 3 – Lista de 237 Medidas de Governança do Index Ibrahim de Governança Africana de 2016 .....	145
Anexo 4 – Pontuação dos 95 indicadores em 2015 .....	148

## Índice de Figuras

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio .....	10
Figura 2 – Metodologia da KPMG para avaliação do UNDAF 2012-2016 .....	48
Figura 3 – Silo de demonstração tipo <i>Gorongosa</i> .....	55
Figura 4 – Diagrama descritivo da estrutura e questões cobertas pelo Índice IIAG .....	62

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Programas e Fundos das Nações Unidas .....	12
Tabela 2 – Agências Especializadas das Nações Unidas .....	12
Tabela 3 – Outras Entidades Associadas ao Sistema das Nações Unidas .....	14
Tabela 4 – Acordos de Cooperação entre o Governo e as Agências das Nações Unidas ....	42
Tabela 5 – Resultados esperados para cada área de intervenção do Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 .....	44
Tabela 6 – Avaliação qualitativa de cada Resultado do UNDAF 2012-2016 .....	52
Tabela 7 – Classificação, pontuação e tendência do índice Governança Geral .....	65
Tabela 8 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Segurança e Estado de Direito e suas sub-categorias .....	66
Tabela 9 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Participação e Direitos Humanos e suas sub-categorias .....	68
Tabela 10 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis e suas sub-categorias .....	70
Tabela 11 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis e suas sub-categorias .....	72
Tabela 12 – Indicadores com as 10 melhores pontuações em 2015 .....	74
Tabela 13 – Indicadores com as 10 piores pontuações em 2015 .....	75
Tabela 14 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2000 e 2015 .....	76
Tabela 15 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2007 e 2015 .....	76
Tabela 16 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2012 e 2015 .....	76
Tabela 17 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2000 e 2015 .....	77
Tabela 18 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2007 e 2015 .....	77
Tabela 19 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2012 e 2015 .....	78

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Pontuação de Moçambique para o índice Governança Geral e cada categoria de desenvolvimento, em 2015 .....	63
Gráfico 2 – Evolução de cada categoria de desenvolvimento entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	64
Gráfico 3 – Tendência da categoria geral de desenvolvimento entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	65
Gráfico 4 – Tendência das quatro sub-categorias de Segurança e Estado de Direito entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	67
Gráfico 5 – Tendência das três sub-categorias de Participação e Direitos Humanos entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	69
Gráfico 6 – Tendência das quatro sub-categorias de Oportunidades Económicas Sustentáveis entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	71
Gráfico 7 – Tendência das três sub-categorias de Desenvolvimento Humano entre 2000 e 2015, para Moçambique .....	73

## INTRODUÇÃO

Moçambique encontra-se entre os 48 países mais pobres do mundo (UN-OHRLS, 2016a) e luta para melhorar as condições de vida da sua população, aproximando-a de índices de desenvolvimento desejáveis. Trata-se aqui de repor os Direitos Humanos, entendidos numa definição contemporânea e abrangente que vai desde a defesa da paz, da liberdade e da segurança até ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações, passando pela governação democrática (ONU, 1948).

Declarada a sua independência, em 1975, e após 16 anos de guerra civil, a República de Moçambique tem contado com a ajuda internacional, aos níveis financeiro, humanitário e de assistência técnica, nas mais variadas áreas. Assim, tem contado com a presença ativa de variadas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual é membro desde 16 de setembro de 1975.

As Nações Unidas têm como objetivo assegurar a cooperação em matéria de Direito Internacional, a segurança e paz mundiais, o progresso social e o desenvolvimento socioeconómico e cultural, sempre numa perspetiva de defesa da dignidade e dos direitos humanos (ONU, 1945).

Como membro das Nações Unidas, e subscritora de variados instrumentos jurídicos internacionais, a República de Moçambique tem vindo a aproveitar-se dos seus plenos direitos para a sua assistência. É nesta conjuntura que este trabalho pretende

*avaliar a contribuição das Nações Unidas para a materialização dos direitos humanos em Moçambique, entre 1992 e 2016.*

A escolha das datas prende-se com dois factos fundamentais: 1992 foi o ano da assinatura do Acordo Geral de Paz, entre a Frelimo e a Renamo, que pôs termo à guerra civil que quase desde a independência assolava o país. Esta nova era na vida política moçambicana prometia as condições para a materialização dos direitos humanos em Moçambique, com o beneplácito das Nações Unidas, através da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). Por sua vez, 2016 foi o ano em que foi publicada a avaliação dos Plano de Ação do Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique (UNDAF).

Acreditamos que este trabalho assume relevância por lidar com 24 anos de ação continuada das Nações Unidas em Moçambique, com um número significativo de agências e de recursos aplicados em variados programas de intervenção, com resultados sectoriais mas sem que exista uma avaliação integrada da sua eficácia e do seu impacto para o país. Não obstante algumas melhorias, permanece o crónico baixo índice de desenvolvimento humano, a pobreza continuada e a intermitente instabilidade política, que se tem vindo a agravar nos últimos anos.

Uma vez aclaradas algumas questões prévias, no presente trabalho pretende-se dar resposta à seguinte questão:

- *Qual o contributo das Nações Unidas para a materialização dos direitos humanos em Moçambique?*

Para responder a esta pergunta de fundo, socorremo-nos de obras sobre a temática, de planos e relatórios das Nações Unidas e também de organismos nacionais moçambicanos, consultámos legislação moçambicana relativa aos direitos humanos e analisámos os dados estatísticos do *Índice Ibrahim da Governança Africana*. Por fim, procedemos à leitura de jornais moçambicanos, com especial incidência sobre notícias ligadas à instabilidade político-militar e às mais recentes dificuldades financeiras.

O presente trabalho apresenta-se organizado em quatro capítulos, sendo que no Capítulo I, *Os Direitos Humanos e as Nações Unidas*, se procederá a um enquadramento histórico relativo ao surgimento da preocupação internacional com os Direitos Humanos, com especial ênfase na fundação das Nações Unidas, na sua organização e na evolução dos seus tratados ao longo do tempo.

No Capítulo II, *Moçambique e os Direitos Humanos*, far-se-á o enquadramento territorial e socioeconómico de Moçambique, ao mesmo tempo que oferece uma perspetiva histórica da evolução dos Direitos Humanos no país, de certa forma condicionados pelo seu contexto político.

Através do Capítulo III, *O Contributo das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Moçambique*, analisar-se-á a ação da organização internacional em Moçambique entre 1992 e 2016, nas várias áreas de cooperação, estudando-se os planos, os programas e as agências envolvidas e a sua relação com o Governo moçambicano.

Relativamente ao Capítulo IV, *Índice Ibrahim de Governança Africana*, nele analisar-se-ão os índices de governança de Moçambique entre 2000 e 2015 e a sua tendência evolutiva. Estes índices percorrem quatro categorias: (1) Segurança e Estado de Direito, (2) Participação e Direitos Humanos, (3) Oportunidades Económicas Sustentáveis e (4) Desenvolvimento Humano, refletindo a situação das diferentes dimensões dos direitos humanos.

Por fim, na Conclusão, apresentar-se-ão os resultados finais do estudo, nomeadamente a verificação do alcance dos objetivos originalmente delineados para esta investigação, a resposta à questão de partida e a proposta de áreas para ulterior investigação.

## **Capítulo I**

### **OS DIREITOS HUMANOS E AS NAÇÕES UNIDAS**

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos abarcam diferentes dimensões, designadamente,

- direitos civis e políticos – direito à vida, à propriedade privada, à liberdade, nomeadamente, de pensamento, de expressão, de crença, à igualdade perante a lei, à nacionalidade, à intervenção política;
- direitos económicos, sociais e culturais – direito ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança social, à habitação, entre outros;
- direitos coletivos – direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao progresso, à sustentabilidade ambiental, direito do consumidor, direito tecnológico.

Esta conceção contemporânea dos direitos humanos resulta de uma longa evolução histórica em matéria de debate filosófico e jurídico, que tem levado à sucessiva tomada de diversas decisões políticas em diferentes pontos do mundo.

#### **1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS**

Um dos documentos mais antigos sobre direitos humanos, considerado a primeira declaração dos direitos humanos, é o *Cilindro de Ciro*, emitido por Ciro II, rei da Pérsia, em 539 a.C. Nele é declarada a liberdade de religião e a abolição da escravatura.

Na Antiguidade Clássica – Grécia e Roma – havia o conceito de direito de cidadania, ainda que restrito à condição de homem livre.

O Cristianismo, durante a Idade Média, afirmou a defesa da igualdade de todos os homens à luz da lei divina. Nesta época, desenvolveu-se a teoria do direito natural, em que a lei divina tem prevalência sobre o direito laico definido pelo poder político.



Segundo Siqueira (2012, p. 42), “*os direitos naturais são inerentes ao indivíduo, devem estar em qualquer sociedade e precedem a formação do Estado e do direito positivo*”. A noção de dignidade humana fixa-se, assim, na cultura ocidental e é definida como todos os homens sendo filhos de Deus, sem diferenciação de cor ou raça. O homem participa do divino através da razão, iluminada na fé.

Com a Idade Moderna, os racionalistas dos séculos XVII e XVIII reformulam as teorias do direito natural, deixando o indivíduo de estar submetido a uma ordem divina. Para os racionalistas, todos os homens são por natureza livres e têm certos direitos inatos de que não podem ser despojados quando entram em sociedade. Foi esta corrente de pensamento que acabou por inspirar o atual sistema internacional de proteção dos direitos do homem, reconhecendo ao indivíduo direitos inatos e inalienáveis e, por isso, não sujeitos a condicionantes de qualquer natureza.

A evolução destas correntes veio a dar frutos, primeiro na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos e em França. A Magna Carta inglesa (1215) deu garantias contra a arbitrariedade da Coroa e, em 1689, a Carta de Direitos (ou Declaração de Direitos) define uma série de princípios sobre os quais os monarcas não podiam legislar ou decidir. Posteriormente, a Declaração Americana da Independência, de 1776, afirmou os direitos individuais do ser humano que o poder político deve respeitar. Por sua vez, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em França em 1789, alargou o campo dos direitos humanos e definiu direitos económicos e sociais.

Com o início das lutas operárias, surgiram novos direitos que pretendiam solucionar determinados problemas sociais através da intervenção do Estado. Neste processo são de referir a Revolução Mexicana, em 1910, e a Revolução Russa, em 1917.

Finalmente, o momento decisivo da história dos Direitos Humanos foi de 1945 a 1948. Em 1945, a violência e as tragédias vividas durante a Segunda Guerra Mundial levaram a comunidade dos Estados a criar a Organização das Nações Unidas para estabelecer e manter a paz no mundo (UPDH, 2016).

## 2. AS NAÇÕES UNIDAS E OS DIREITOS HUMANOS

A Sociedade das Nações, criada no final da Primeira Guerra Mundial para promover a cooperação entre os Estados e assegurar a paz, não impediu a eclosão de uma nova guerra mundial, em 1939. Não obstante, sobreviveu a esperança de alcançar aqueles objetivos através de uma organização internacional. Assim, ainda no decurso da Segunda Guerra Mundial, foi expressa a vontade de criar uma nova organização, aberta a todos os Estados pacíficos, tendo sido enunciados alguns princípios que a deveriam orientar, nomeadamente na Carta do Atlântico, assinada por Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill, em 14 de agosto de 1941.

Em 1945, representantes de 50 países reúnem-se em São Francisco, na Califórnia, onde desenham a Carta das Nações Unidas, assinada por estes países em 26 de junho desse ano. A Organização das Nações Unidas nasce oficialmente a 24 de outubro de 1945, aquando da ratificação da sua carta instituidora pela China, pela França, pela União Soviética, pelo Reino Unido, pelos Estados Unidos da América e pela maior parte dos demais países signatários (ONU, 2016a).

Foi através da Carta das Nações Unidas, no seu preâmbulo, que os povos exprimiram a decisão de

- *“preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade;*
- *reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional;*
- *promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade. E para tais fins praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos;*

- *unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum;*
- *empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos” (ONU, 1945).*

Os principais objetivos das Nações Unidas passam, assim, por manter a paz e a segurança internacional, desenvolver relações amigáveis entre as nações, realizar a cooperação internacional resolvendo problemas internacionais de cariz económico, social, intelectual e humanitário, desenvolver e encorajar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais sem qualquer tipo de distinção. Foi neste contexto que, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um documento guia de entendimento entre todos os povos do mundo que, possibilitando a definição de um ideal comum, permite futuras negociações e decisões para a resolução dos problemas mundiais. Naquele documento se pode ler: “(...) *considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla; considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais; considerando que uma concessão comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso: A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre*

*as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição” (ONU, 1948).*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é fundamental, sendo que quase todos os documentos relativos aos direitos humanos têm como modelo este texto, alguns Estados fazendo-lhe mesmo referência direta nas suas constituições nacionais.

A relevância essencial da Declaração Universal dos Direitos Humanos compreende a delimitação da nova conceção dos direitos humanos como universais e inquestionáveis. Esta forma ganha um novo ramo do Direito, o Direito Internacional dos Direitos Humanos<sup>1</sup>, com o intuito de proteger as vítimas dos direitos humanos em termos mundiais, com base em dois princípios principais: os direitos humanos são intrínsecos ao ser humano, e como tais anteriores a todas formas de organização política; e a sua proteção não se esgota, nem pode esgotar-se na noção do Estado.

Contudo, é forçoso salientar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos não é um tratado, mas uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, sem força de lei (Piovesan, 1999). A Declaração Universal dos Direitos Humanos ganhou robustez, tanto a nível legal como político, sob o modo de direito usual; tanto na conjuntura internacional, servindo de condução à realização de tratados sobre direitos humanos, como no contexto interno, pois muitos de seus dispositivos vieram a ser incluídos por Constituições de diferentes Estados e aplicados por tribunais nacionais na fonte da interpretação de dispositivos sobre o assunto.

Consequentemente, apesar da importância extraordinária da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ela não obriga juridicamente ao seu cumprimento. Por esta razão, foi necessária a preparação de documentos que especificassem os direitos presentes na Declaração e forçassem os Estados a cumpri-la. Foi nesse contexto que, no período entre 1945-1966, foram produzidos vários documentos.

Assim, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, juntaram-se, em 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e dois protocolos facultativos do Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos. Todos estes documentos constituem a Carta Internacional dos Direitos do Homem. Bobbio afirma que os dois pactos mencionados foram formulados

---

<sup>1</sup> *International Human Rights Law.*

individualmente devido ao “*maior poder político das nações ocidentais, que de acordo com a sua natureza capitalista, alegavam dever ser executados dois pactos diferenciados, pois a implementação dos direitos humanos socioeconómicos, e culturais apenas poderiam ser realizados a longo prazo*” (Bobbio, 1992, p. 856).

Porém, a preocupação das Nações Unidas com os direitos humanos não termina aqui, tendo conhecido progressos até aos dias de hoje na especificação de alguns direitos já previstos e na formulação de outros, surgidos entretanto para dar resposta a crises mundiais, regionais ou locais. Neste sentido, podem mencionar-se:

- a Declaração dos Direitos da Criança (Genebra, 1959);
- a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969);
- a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (Estocolmo, 1972) que levou ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente (Nairobi, 1972);
- a Declaração Universal para a Erradicação da Fome e da Má Nutrição (1974);
- a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979);
- a Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseada em Crenças Religiosas (1981);
- a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Inumanos ou Degradantes (1984);
- a Resolução nº 48/134, de 20 de dezembro de 1993, conhecida por Princípios de Paris;
- a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995), que renovou o compromisso de combater a pobreza, o desemprego e a exclusão social;
- a Cimeira das Nações Unidas para o Milénio (Nova Iorque, 2000) que formulou os Objetivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODM), apresentados na figura 1;
- os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para além 2015 (2015).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio



Fonte: Zinne (2012)

Para além da elaboração de imensos tratados e de outros instrumentos de direitos humanos, as Nações Unidas desenvolvem atividades de fiscalização do cumprimento das normas consagradas, concebendo comités de peritos e outros órgãos que argumentam e acompanham regularmente questões de direitos humanos. Desenvolvem, pois, atividades de monitorização destes direitos no terreno, assim como atividades de cooperação técnica com Estados e outras entidades, realizando também, periodicamente, conferências e congressos em várias áreas relacionadas com os direitos humanos (ONU, 2016b).

É neste contexto, e respondendo às complexidades da proteção universal e efetiva dos direitos humanos, que o “*conjunto de direitos humanos internacionais*” pretende expressar o denominador comum de sentimentos diferentes, próprios de países com diferenças marcantes, por vezes tradicionais, de organização política, de estrutura socioeconómica e de tradição religiosa e cultural. Em conformidade, encontramos aí, a par dos direitos do indivíduo, os “*direitos dos povos*”, designadamente o direito à autodeterminação e à paz, constantes da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (OUA, 1981; Bila, 2008).

Os resultados, no entanto, não são uniformes no entendimento dos preceitos abrangidos nas convenções, nem na forma de empregar a força da sanção em caso de violação. Estão em causa noções diferenciadas do homem e dos direitos fundamentais decorrentes de concepções liberal-sociais, marxistas-leninistas e terceiro-mundistas e, também, das diferenças de circunstância sociopolítica em que os sujeitos vivem. Daí que a proteção dos direitos humanos tenha ido mais longe na Europa Ocidental, se

depare com alguns obstáculos nos Estados Unidos da América, no que toca aos direitos económicos e sociais, encontre também dificuldades nos países da Europa de Leste, no que respeita aos direitos cívicos e políticos, e seja praticamente nula em muitos países de Terceiro Mundo, onde não são assegurados sequer os direitos pessoais mais elementares (Bila, 2008).

### **3. MODELOS DE INTERVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

As Nações Unidas incorporam vários programas, fundos e agências especializadas, todos com os seus membros, líderes e orçamentos próprios, destinados a fazer cumprir os objetivos para os quais foi criada, com especial destaque para o seu já mencionado objetivo central, isto é, manter a paz e a segurança internacional. Os demais objetivos principais da organização são a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção dos direitos humanos, a aplicação do Direito Internacional e a realização da ajuda humanitária.

As áreas de intervenção das Nações Unidas são, consequentemente, a paz e a segurança, o desarmamento, o terrorismo, o desenvolvimento sustentável, a produção de alimentos, os direitos humanos, a equidade de géneros, as emergências humanitárias e de saúde, a governança e as alterações climáticas, sendo que o seu modelo de intervenção nestas áreas se faz, exatamente, através de programas, de fundos e de agências especializadas que, conjuntamente com os órgãos centrais da organização, constituem o sistema das Nações Unidas. Os programas e os fundos das Nações Unidas são financiados através de contribuições voluntárias. As agências especializadas são organizações internacionais independentes e autónomas, financiadas por contribuições voluntárias e acordadas. A relação de todas estas agências com a ONU foi estabelecida através de acordos negociados ao longo da história.

A tabela 1 lista os programas e fundos das Nações Unidas e a tabela 2 elenca as agências especializadas.

Tabela 1 – Programas e Fundos das Nações Unidas

<i>Fundo ou Programa</i>	<i>Função</i>
PNUD	O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento promove a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades e constrói resistência para que os países possam sustentar o progresso. Tem um papel crítico na ajuda aos Estados para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
UNICEF	O United Nations Children's Fund dá assistência humanitária e de desenvolvimento a longo prazo a crianças.
ACNUR	O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados protege os refugiados de todo o mundo e facilita o seu retorno a casa ou o seu realojamento.
PMA	O Programa Mundial de Alimentos pretende erradicar a fome e a malnutrição. Este programa alimenta anualmente cerca de 80 milhões de pessoas em cerca de 75 países.
UNODC	O United Nations Office on Drugs and Crime ajuda os Estados-membros na luta contra as drogas, o crime e o terrorismo.
UNFPA	O United Nations Population Fund visa alcançar um mundo onde toda a gravidez é desejada, todo o nascimento é seguro e todo o potencial dos jovens é preenchido.
CNUCED	A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento é o órgão responsável pelas questões ligadas ao desenvolvimento, principalmente quando relacionado com o comércio internacional, visto como a principal força diretora do desenvolvimento.
UNEP	O United Nations Environment Programme, estabelecido em 1972, age como catalisador, defensor/advogado, educador, facilitador e promotor do uso sensato/racional dos recursos e do desenvolvimento sustentável do ambiente global.
UN Women	A UN Women desenvolve o seu trabalho com foco exclusivo na igualdade de género e na capacitação da mulher.
UN-Habitat	A missão do UN-Habitat é promover o alojamento humano sustentável social e ambientalmente e conseguir abrigo adequado para todos.

Fonte: Adaptado de ONU (2016c)

Tabela 2 – Agências Especializadas das Nações Unidas

<i>Agência Especializada</i>	<i>Função</i>
Banco Mundial	O Banco Mundial foca-se na redução da pobreza e na melhoria dos padrões de vida a nível mundial através de empréstimos a juros baixos, crédito a fundo perdido e subvenções a países em desenvolvimento para educação, saúde, infraestruturas e comunicações, entre outras áreas.



<i>Agência Especializada</i>	<i>Função</i>
FMI	O Fundo Monetário Internacional promove o crescimento económico e do emprego, fornecendo assistência financeira e técnica a países.
OMS	A Organização Mundial de Saúde é a autoridade diretora e coordenadora para a saúde internacional. O seu objetivo é conseguir o nível mais alto possível de saúde para todos. A organização entende por saúde o estado completo de bem-estar físico, mental e social.
UNESCO	A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization foca-se nas mais variadas questões ligadas à educação, à ciência e à cultura, desde a formação de professores e a melhoria dos sistemas de ensino/educação, até à proteção de importantes locais históricos e culturais em todo o mundo.
OIT	A Organização Internacional do Trabalho promove os direitos internacionais de trabalho, definindo padrões internacionais de liberdade de associação, favorecendo a negociação coletiva, a abolição do trabalho forçado e igualdade de oportunidades e tratamento.
FAO	A Food and Agriculture Organization lidera os esforços internacionais de luta contra a fome. É simultaneamente um fórum de negociação de acordos entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos e uma fonte de informação e conhecimento técnico para promover o desenvolvimento.
IFAD	O International Fund for Agricultural Development tem-se focado exclusivamente na redução da pobreza rural, trabalhando com as populações dos países em vias de desenvolvimento para eliminar a pobreza, a fome e a malnutrição, aumentando a sua produtividade e os seus rendimentos e, dessa forma, melhorando a qualidade das suas vidas.
OMI	A Organização Marítima Internacional tem criado um quadro regulamentar abrangente para o transporte marítimo, abordando preocupações de proteção ambiental, assuntos legais, cooperação técnica, segurança e eficiência.
ICAO	A International Civil Aviation Organization estabelece as regras internacionais de navegação aérea, investiga acidentes aéreos e define os procedimentos de aviação transfronteiriça.
OMM	A Organização Mundial de Meteorologia facilita a livre troca internacional de dados e informação meteorológicos e promove a sua utilização na aviação, no transporte marítimo, na segurança e na agricultura, entre outros.
OMPI	A Organização Mundial de Propriedade Intelectual protege a propriedade intelectual em todo mundo através de 23 tratados.
OMT	A Organização Mundial de Turismo é responsável por promover um turismo responsável, sustentável e universalmente acessível a todos.
UIT	A União Internacional de Telecomunicações é a agência especializada para as tecnologias de informação e comunicação. Pretende ligar todas as pessoas do mundo e proteger e apoiar a universalização do direito fundamental comunicar.
UNIDO	A United Nations Industrial Development Organization promove a redução da pobreza assente no desenvolvimento industrial, inclusivamente através da globalização e do desenvolvimento sustentável.
UPU	A União Postal Universal é o principal fórum de cooperação entre os vários

<i>Agência Especializada</i>	<i>Função</i>
	agentes do setor postal. Ajuda a assegurar uma rede verdadeiramente universal dos mais avançados produtos e serviços.

Fonte: Adaptado de ONU (2016c)

A tabela 3 lista outras entidades associadas ao sistema das Nações Unidas que se consideram relevantes para o tema em discussão.

Tabela 3 – Outras Entidades Associadas ao Sistema das Nações Unidas

<i>Outras Entidades</i>	<i>Função</i>
UNAIDS	O Joint United Nations Program on HIV/AIDS é copatrocinado por onze agências das Nações Unidas – ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, UN Women, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial – e tem dez objetivos relacionados para travar e reverter a disseminação do HIV/SIDA.
UNISDR	O United Nations Office for Disaster Risk Reduction coordena no sentido da redução/prevenção de catástrofes.
UNOPS	O United Nations Office for Project Services é o braço operacional das Nações Unidas de apoio à implementação bem-sucedida dos projetos de consolidação da paz, humanitários e de desenvolvimento dos seus parceiros em todo o mundo.

Fonte: Adaptado de ONU (2016c)

## **Capítulo II**

### **MOÇAMBIQUE E OS DIREITOS HUMANOS**

#### **1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, POLÍTICO E SOCIOECONÓMICO**

A República de Moçambique tem 799.380 km<sup>2</sup> de superfície, com uma fronteira terrestre de 4330 km e uma faixa costeira de 2515 km, banhada pelo Oceano Índico. A capital é Maputo, situada na costa sudeste de África (MICOA, 2002).

De uma forma geral, o seu território é constituído por planícies a sul e por planaltos nas zonas norte e interior. O monte Binga, o ponto mais elevado, tem 2436 m de altura. A rede hidrográfica engloba mais de 60 rios.

Moçambique tem um clima temperado nas regiões montanhosas e tropical nas restantes zonas. A temperatura e a humidade diminuem de norte para sul, salientando-se duas estações: a seca, mais acentuada de abril a setembro, e a das chuvas, de novembro a março (MICOA, 2002; Cumbe, 2007).

De acordo com o Banco Mundial<sup>2</sup>, em 2015, estimava-se a população moçambicana em 27,98 milhões de habitantes (World Bank, 2016). A maioria dos habitantes pertence aos grupos étnicos tsongos, malavis, macuas e chonas. A língua oficial é o português, falando-se também as línguas regionais, como o changã, o ronga, e o muchupe. A moeda é o metical.

Moçambique possui importantes recursos naturais. A economia do país é baseada principalmente na agricultura, mas o setor industrial tem vindo a desenvolver-se, principalmente na produção de alimentos, de bebidas, dos produtos químicos, do alumínio e do petróleo. O setor de turismo é outro também em crescimento (MICOA, 2002).

A África do Sul é o principal parceiro comercial de Moçambique e a principal fonte de investimento direto estrangeiro. Portugal, o Brasil, a Espanha e a Bélgica estão também entre os mais importantes parceiros económicos do país (ANGOP, 2014).

---

<sup>2</sup> O Banco Mundial é constituído por 5 instituições que têm o compromisso de lutar contra a fome e promover a sustentabilidade, fornecendo conhecimento e fundos a países em desenvolvimento.

No entanto, as taxas do PIB *per capita*, o índice de desenvolvimento humano (IDH), a desigualdade de rendimento e a esperança de vida de Moçambique ainda estão entre as piores do mundo (UNDP, 2015). O UN Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (UN-OHRLS)<sup>3</sup> classifica Moçambique como um dos países menos desenvolvidos do planeta (UN-OHRLS, 2016a).

De forma a perceber a evolução da situação de Moçambique, refira-se que o *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997*, da responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atribuía então a Moçambique o 116º lugar, entre 175 países, na ordem IDH. Além deste último índice, importa destacar que este relatório de 1997 introduziu um novo índice de pobreza humana (IPH), o qual utiliza indicadores das medidas de privação mais elementares: esperança de vida reduzida, falta de acesso à educação básica e aos recursos públicos e privados. Com base no IPH, Moçambique figura entre os sete países onde a pobreza humana afeta mais de 50% do conjunto da população. Curiosamente, seis desses países são africanos: Níger, Serra Leoa, Bourkina Faso, Etiópia, Mali, Camboja e Moçambique (INE, 1998).

Entretanto, o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015*, do mesmo PNUD (2015), coloca Moçambique no 180º lugar, entre 188 países, em termos de IDH. Por sua vez, o relatório das Nações Unidas intitulado *Estado dos Países Menos Desenvolvidos – 2016* refere que, entre 2001-2014, 74,6% da população se encontrou abaixo do limiar internacional de pobreza, sendo o quarto país africano com maior percentagem neste indicador (UN-OHRLS, 2016b).

Em suma, apesar dos esforços de desenvolvimento empreendidos pelo Governo de Maputo e da ajuda internacional em apreciação, a situação de Moçambique continua precária. Para entender esta situação, é útil fazer uma revisão do passado e do presente político do país.

Após mais de quatro séculos de domínio português, Moçambique acedeu à independência em 1975, após dez anos de luta armada de libertação nacional movida pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

---

<sup>3</sup> O UN-OHRLS é um grupo de trabalho da ONU que assiste o Secretário-Geral, a Assembleia Geral e o Conselho Económico e Social na coordenação do Programa de Ação para os Países Menos Desenvolvidos.

O primeiro Governo moçambicano, devido às escolhas ideológicas associadas à luta de libertação, estabeleceu uma estratégia de transformação socialista da sociedade moçambicana. Entre as suas atividades, até finais da década de 1980, levou a efeito programas no âmbito da educação, saúde e habitação. São exemplo as campanhas nacionais de imunização contra a varíola, o tétano e o sarampo, bem como a formação de pessoal especializado, que *“tiveram uma contribuição importante para a redução da mortalidade infantil”* (INE, 1998).

Porém, os esforços de reconstrução nacional e de melhoria do nível de vida da população moçambicana nos primeiros anos de independência não se consolidaram. Os anos que se seguiram à independência foram marcados por uma deterioração da economia e da estabilidade político-militar e social. Após apenas dois anos de independência, o país mergulhou numa guerra civil que durou de 1977 a 1992.

Só em 1992 as forças políticas, nacionais e internacionais, chegaram a um acordo com vista ao fim do conflito armado e à estabilização política de Moçambique. Entre outros aspetos, a busca da paz e da democratização conduziram à assinatura do acordo de Roma, em 15 de outubro de 1992, entre os partidos políticos Frelimo e Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) (INE, 1998).

Em outubro de 1994 tiveram lugar as primeiras eleições gerais e multipartidárias, ganhas pelo partido Frelimo, e manteve-se como uma república com regime presidencialista relativamente estável desde então. Como adiante se verá, as Nações Unidas tiveram um papel-chave no processo de paz e na realização das eleições.

Porém, a tensão política manteve-se, desde cedo, entre a Renamo e o Governo da Frelimo, com a primeira a contestar os resultados eleitorais. A partir de 2013 a situação agravou-se, tornando-se novamente num conflito armado localizado em alguns distritos que a Renamo ocupa com a justificação de ali ter ganho as eleições.

Esta instabilidade político-militar permanente tem sido um dos fatores que mais têm obstado ao desenvolvimento do país.

## **2. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE**

### **2.1. O Direito à Autodeterminação**

O princípio da autodeterminação vem consagrado no n.º 2 do art.º 1.º da Carta das Nações Unidas, consolidando-se com a adoção, em 16 de dezembro de 1966, do Pacto Internacional Relativo aos Direitos Cíveis e Políticos, cujo art.º 1.º prescreve “*todos os povos têm o direito de dispor de si próprios. Em virtude deste direito, determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento económico social e cultural*”.

O princípio da autodeterminação dos povos serviu de base à descolonização, objetivo enunciado na Resolução n.º 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960, que exprimiu o desejo de que os territórios autónomos ou sob tutela alcançassem, rápida e incondicionalmente, a sua independência.

Foi com base neste enquadramento mundial que Moçambique conquistou a sua independência em 1975. A partir desse ano, e com a sua adesão às Nações Unidas, inicia-se o processo de incorporação dos princípios da organização para a defesa dos direitos humanos.

### **2.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais na Constituição da República de Moçambique**

Os moçambicanos, ainda que insatisfeitos com o grau de desempenho de diversas organizações do aparelho do Estado, reconhecem alguns resultados alcançados pela institucionalização de direitos humanos, tais como as três eleições presidenciais e legislativas e até municipais, a legislação supra e infraconstitucional a favor dos direitos humanos, o Conselho Constitucional e a emergência de diversas organizações cívicas não-governamentais.

Desde cedo que o Estado moçambicano teve em devida consideração os direitos humanos. Importa, todavia, mencionar que, antes dos anos 1990, em Moçambique, prevaleciam os “*direitos humanos socialistas*”, em resultado da

orientação oficial marxista-leninista. Este reconhecimento não significa que a anterior Constituição, que vigorou até 1990, não plasmasse parte dos direitos civis e políticos. O que queremos destacar é que ela respondia às exigências e aos requisitos do ambicionado projeto marxista-leninista, instaurado necessariamente pelos motivos da Guerra Fria, que foi apenas um dos fatores (Bila, 2008).

Neste quadro, é aprovada, em 1975, a primeira Constituição da então República Popular de Moçambique, refletindo uma visão marxista-leninista dos direitos humanos. Em 1990 é aprovada a segunda Constituição da República de Moçambique, já inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e orientando-se pelos princípios democráticos defendidos pelas Nações Unidas.

Porém, esta matéria haveria de merecer uma mais justa consideração com a adoção, em 2004, da terceira Constituição da República de Moçambique (CRM), que inaugurou o ambicionado Estado de Direito Democrático. Desta Constituição procederam novos e inumeráveis dispositivos jurídicos, instituições sociais e democráticas, em virtude da nova etapa nacional, cujos motivos éticos são os direitos humanos.

Com efeito, este novo texto constitucional vem aprofundar as linhas de força relativas aos direitos humanos, podendo ler-se no seu Preâmbulo: “*A Luta Armada de Libertação Nacional, respondendo aos anseios seculares do nosso Povo, aglutinou todas as camadas patrióticas da sociedade moçambicana num mesmo ideal de liberdade, unidade, justiça e progresso, cujo escopo era libertar a terra e o Homem. Conquistada a Independência Nacional em 25 de junho de 1975, devolveram-se ao povo moçambicano os direitos e as liberdades fundamentais. A Constituição de 1990 introduziu o Estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias. A presente Constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado moçambicano, consagra o caráter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos*” (Moçambique, 2014).

A Constituição da República de Moçambique determina princípios, direitos e garantias que pretendem assegurar a dignidade humana, acautelando a sua não-violação.

Cabe aqui referir que os direitos fundamentais se diferenciam dos direitos humanos porque estes últimos aspiram à validade universal, isto é, a serem aplicados a todos os indivíduos e a todos os povos em todos os tempos. São identificados pelo direito internacional por meio de tratados, outorgando-lhes uma certa ordem constitucional de natureza supranacional. Os direitos fundamentais são direitos do indivíduo assentes no direito constitucional específico e exclusivo de cada Estado (Sarlet, 2006).

Assim, os “*direitos fundamentais*” referem-se aos direitos assegurados por cada Estado aos seus cidadãos respetivos, em confronto com os “*direitos humanos*”, universalmente válidos e promovendo a extensão dos direitos naturais. Nesta linha, o art.º 43º da CMR afirma que “*os preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais são interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*” (Moçambique, 2004). Como se pode constatar, a Constituição da República de Moçambique, além de abrir o seu sistema de direitos fundamentais a outros direitos fora do catálogo, consagra nos seus art.ºs 2º e 17º, como referente material de todos os preceitos constitucionais nesta matéria a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta das Nações Unidas e a Carta da União Africana (Moçambique, 2004).

Neste sentido, desdobra-se numa variedade de regimes jurídicos, inevitável perante as diferenças de estrutura e de função das figuras classificadas como direitos fundamentais. A diferenciação base, nesta perspetiva, é a que separa os “*direitos, liberdades e garantias*”, que constituem o Título III da Constituição da República de Moçambique, dos direitos, deveres e liberdades fundamentais que aborda no ponto seguinte.

Assim, os art.ºs 8º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 70º da Constituição da República de Moçambique, respetivamente, são uma expressão clara do interesse internacional e interno em assegurar os direitos humanos de todos, sendo que a reparação legal, deliberada por tribunais independentes, é um dos meios.



O Título III da Constituição da República de Moçambique, relativo aos direitos, deveres e liberdades fundamentais, comporta cinco capítulos, dedicados respetivamente:

1. aos princípios gerais dos direitos fundamentais;
2. aos direitos, deveres e liberdades;
3. aos direitos, liberdades e garantias individuais;
4. aos direitos, liberdades e garantias de participação, e
5. aos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

Importa salientar que, na Constituição da República de Moçambique de 2004, os direitos fundamentais foram reforçados, ficando fortalecidos e ganhando maior abrangência. Como exemplos de direitos e deveres antes sem tratamento constitucional, apontem-se o direito do consumidor e os direitos da criança.

#### 2.2.1. *Direitos, Liberdades e Garantias*

No conjunto dos direitos, liberdades e garantias reúnem-se, desde logo, os direitos tradicionais. Os direitos de defesa do sujeito perante o Estado, sob a denominação de direitos, liberdades e garantias pessoais, prendem-se particularmente com os direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade e garantias de processo criminal e da intimidade da vida privada e familiar, a liberdade de consciência, de religião e de culto, assim como as liberdades e garantias de participação política, onde, para além de um direito geral de participação, se consagram os direitos de petição, de formação de partidos políticos e de acesso a cargos públicos.

Para além destes direitos, por vezes designados direitos cívicos e políticos, surgem os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, nomeadamente os direitos à segurança no trabalho, à liberdade sindical e à greve, assim como a proibição de *lock-out* e de determinados direitos dos sindicatos, comissões de arbitrais, sobretudo direitos que nas convenções internacionais e nos textos constitucionais costumam ter localização sistemática no conjunto dos direitos sociais (Neves, 2017).

Implica salientar que a distinção entre direitos, liberdades e garantias não é em si pertinente, podendo este trinómio ser analisado como um nome coletivo. Por um lado,

a Constituição da República de Moçambique não atribui a essa desigualdade quaisquer diferenças de regime jurídico; por outro, a prática das três disparidades na linguagem constitucional não cumpre um critério claro de classificação (por exemplo, confundir direito de reunião e liberdade de associação).

O regime jurídico especial dos direitos, liberdades e garantias deseja conferir uma maior segurança e estabilidade aos preceitos respetivos e assegurar-lhes uma eficácia mais salientada, quando comparados com outros preceitos constitucionais. Trata-se, neste caso, de uma proteção suplementar, por força do princípio da constitucionalidade, através da sua inclusão na Constituição da República de Moçambique.

Os preceitos atinentes a direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis, segundo o n.º 1 do art.º 56º da Constituição da República de Moçambique, e podem ser invocados pelos seus titulares e devem ser usados pelos órgãos competentes, nomeadamente pelos tribunais, mesmo que não tenham sido regulados pelo legislador ou instantaneamente em vez da lei, quando esta contradiga o disposto na Constituição da República de Moçambique. Tal é caso da possibilidade de recurso à greve dos funcionários públicos, apesar do ordenamento jurídico não presumir o uso deste direito. A lei n.º 23/2007, de 1 de agosto, que aprova a Lei do Trabalho, já dispõe os procedimentos associados ao direito à greve por parte dos trabalhadores do setor privado, o mesmo não acontecendo com a lei aplicável aos agentes do Estado e com o Estatuto Geral dos Funcionários, que, embora identificando esse direito, ainda não aprova o respetivo regime jurídico, que se prende com a problemática da sindicalização na Administração Pública.

Além disso, convém destacar que os preceitos atinentes aos direitos, liberdades e garantias ligam entidades públicas e privadas, como estabelece o n.º 1 do art.º 56º (Moçambique, 2004).

De tudo isto resulta, por um lado, um dever peculiar para os entes públicos e, portanto, a Administração Pública, de respeitarem e progredirem a efetivação dos direitos respetivos, podendo mesmo em certas condições eximir-se de aplicar uma lei por ela contradizer evidentemente esses direitos. Por outro lado, os princípios ou

normas de valor contidos nos preceitos constitucionais são igualmente válidos, embora com algumas especialidades, no que respeita às relações entre sujeitos privados.

Os direitos, liberdades e garantias não são absolutos e têm limites resultantes da declaração de outros direitos ou valores. Todavia, para além da harmonização necessária entre direitos ou direitos e valores constitucionalmente sagrados e protegidos, apenas é legítimo ao legislador limitar os direitos, liberdades e garantias nos precisos termos do n.º 3 do art.º 6º da Constituição da República de Moçambique (Moçambique, 2004).

Neste sentido, por maioria da razão, de acordo com o n.º 2 do art.º 56º da Constituição da República de Moçambique, as leis restritivas não podem ter efeitos retroativos, nem podem dizer respeito apenas a certos sujeitos ou a um caso verdadeiro. Não podem também alcançar o conteúdo fundamental dos preceitos que limitam, devendo as restrições efetuar-se apenas na medida em que se revele necessário para a salvaguarda de interesses constitucionalmente defendidos e desde que a restrição a operar não seja manifestamente desproporcional em relação ao benefício a conseguir (Moçambique, 2004).

Os direitos, liberdades e garantias não podem ser suspensos pelos órgãos de soberania, a não ser quando se averiguem os pressupostos de declaração do estado de sítio ou de ocorrência e, ainda aí, têm de ser particularizados os direitos cuja prática fica suspensa, havendo mesmo um conjunto de direitos, tal seja o direito à vida e à integridade pessoal, direito à identidade, à capacidade civil e à cidadania, proibição da retroatividade da lei criminal, direito de defesa dos arguidos e liberdade de religião que não podem ser em nenhum caso afetados, nos termos do art.º 286º da Constituição da República de Moçambique (Moçambique, 2004).

Há que salientar a capacidade de qualquer cidadão poder reagir às ordens que ofendam os seus direitos, liberdades e garantias, podendo opor-se, ignorar ou, em situações excecionais, defender-se de certos atos evidentemente inconstitucionais das autoridades públicas, de acordo com o art.º 80º (Moçambique, 2004).

Em paralelo, os princípios fundamentais referentes ao assunto de direitos, liberdades e garantias não podem ser subvertidos através de alterações constitucionais,

formando um limite material ao poder de revisão, que tem de respeitar o seu conteúdo essencial, conforme o art.º 292º (Moçambique, 2004).

Para além do regime supramencionado, os direitos, liberdades e garantias fruem de regime formal, uma vez que a aptidão para legislar sobre esta matéria é constitucionalmente exclusiva à Assembleia da República, como refere a alínea a) do nº 2 do art.º 179 (Moçambique, 2004).

### 2.2.2. *A Luta Contra a Discriminação de Portadores de HIV*

O Estado moçambicano possibilita a criação de leis, normas e regulamentos que favoreçam a garantia e concretização dos direitos humanos baseados no respeito da dignidade da pessoa humana. Assim, logo no art.º 39º da Constituição da República de Moçambique, referente a *Atos Contrários à Unidade Nacional*, está previsto que “*Todos os atos visando atentar contra a unidade nacional, [...] ou discriminação com base na cor, [...], condição física ou mental, [...] são punidos nos termos da lei*” (Moçambique, 2004).

Nesta linha, a Lei nº 5/2002<sup>4</sup>, de 5 de fevereiro, protege os trabalhadores suspeitos ou portadores de HIV/SIDA. A lei identifica que o HIV/SIDA e “*os seus efeitos e impacto na sociedade vêm assumindo proporções consideráveis e constituem já uma ameaça ao exercício dos direitos fundamentais do cidadão, à harmonia social e ao desenvolvimento do País*”. Esta identificação do Estado moçambicano objetiva a criação de medidas de defesa do ser humano, tendo em conta a exclusão, estigmatização e discriminação.

A mesma lei estabelece a ligação com os direitos humanos, ao consagrar direitos de candidatos a emprego ou proteção de trabalhadores de HIV/SIDA. Com efeito, ela prescreve que os trabalhadores com HIV/SIDA têm direitos iguais e tratamento igual, respeitante aos direitos humanos. Ela não permite que os trabalhadores de HIV/SIDA sejam excluídos e discriminados, devendo ser tratados com dignidade por serem sujeitos como os outros, reforçando a combinação com a “*gramática de direitos*

---

<sup>4</sup> A Lei 12/2009 de Moçambique aprovou os determinantes dos direitos e deveres de sujeitos vivendo com HIV/SIDA em todos os locais públicos/privados, estendendo os conceitos jurídico-laborais.

*humanos*”. A Administração Pública e privados, envolvendo os empregadores domésticos, são convidados a obedecer às condições básicas para uma convivência harmoniosa em sociedade, com direitos humanos e justiça social.

Em suma, pode-se dizer que a Lei nº 5/2002, de 5 de fevereiro, salienta as condições legais básicas para a dignidade dos candidatos a emprego e de trabalhadores com HIV/SIDA.

### **2.3. A Sociedade Civil e os Direitos Humanos**

Em Moçambique, o Governo, a ONU e a sociedade civil são unânimes na sua opinião de que o país teve avanços significativos em matéria de proteção dos direitos humanos. Um exemplo deste avanço foi a criação da Comissão dos Direitos Humanos.

O Governo moçambicano está disposto a receber todo tipo de assistência do Alto Comissariado e de todos os Estados das Nações Unidas para cumprir com as suas obrigações referentes aos direitos humanos.

Uma das ferramentas de avaliação da evolução dos Direitos Humanos em Moçambique tem sido o processo de Exame Periódico Universal (EPU) do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH). Este permite, a cada quatro anos, aos países membros apresentarem um balanço da situação dos direitos humanos e acatarem recomendações para aperfeiçoarem a proteção e a implementação daqueles direitos (Lusa, 2016).

Nesta linha, a primeira avaliação de Moçambique, pelo EPU, realizou-se em 2011 e, na altura, o país aceitou 161 recomendações de um total de 169.

Em 2014, o relatório das Nações Unidas em Maputo, relativo a 2014, identifica diversos desafios (Silva, 2014), nomeadamente, melhorar a atuação do sistema prisional, principalmente na componente ressocialização e humanização das cadeias.

Jennifer Topping, representante das Nações Unidas em Moçambique, salienta também a ratificação de acordos internacionais sobre os direitos humanos, designadamente o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias e a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura.

O representante da sociedade civil moçambicana, Salvador Nkamate (2014), refere que o Governo está empenhado na preservação dos direitos humanos, mas que há algumas sugestões das Nações Unidas por cumprir. Salienta mesmo que são frequentes casos de execuções sumárias, torturas, fome e que esses casos tendem a aumentar devido à atual criminalidade em algumas cidades do país e à atual crise político-militar.

Por sua vez, em 2016, e segundo a ONU, as recomendações para Moçambique enunciadas pelo 2º grupo de trabalho<sup>5</sup> EPU para os Direitos Humanos foram aceites no dia 22 de janeiro.

Segundo o ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos moçambicano, Abdurremane Lino de Almeida, o Governo conseguiu realizar cerca de 90% das recomendações, até à data. As restantes ainda estão a ser realizadas.

Nas recomendações do EPU foram abordados os temas da detenção penitenciária, da violência contra as mulheres, a discriminação da comunidade lésbica, a ratificação de instrumentos internacionais gay, bissexual e transexual.

Para estes avanços no que respeita aos Direitos Humanos, muito têm contribuído as ações da sociedade civil e suas organizações. Já levaram a enormes progressos no plano da atuação legislativa do Estado, respeitante à confirmação de instrumentos internacionais de direitos humanos, e sua transposição para a legislação interna. Pode salientar-se a aprovação da Lei de Imprensa em 1991, a intervenção da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos na questão da aprovação da Lei Contra o Tráfico de Pessoas em 2008, a aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher em 2009 e, mais recentemente, a intervenção do Centro de Integridade Pública na Lei da Probidade Pública em 2012.

Salienta-se, ainda, a luta pela institucionalização do Provedor de Justiça e da Comissão Nacional de Direitos Humanos, *“cuja entrada em funcionamento exigiu um forte esforço de advocacia e lobby por parte das organizações da sociedade civil, inclusive no âmbito do processo da Revisão Periódica Universal (RPU) nas Nações*

---

<sup>5</sup> Presidido por um comité que integra El Salvador, Gana e a Índia, o grupo de trabalho assenta a sua avaliação a partir do relatório nacional do país analisado, de organizações da sociedade civil e de parceiros independentes. Nesta 14.ª sessão do grupo de trabalho do EPU, que está em prática até 29 de janeiro, 14 países, entre os quais Moçambique, vão ser avaliados.

*Unidas (...). Isso contribuiu para a entrada em funcionamento dessas duas instituições”* (Nkamate, 2014, p. 228-229).

A proteção dos Direitos Humanos precisa de continuar a evoluir e as organizações da sociedade civil podem, com toda a justiça e legitimidade, reivindicar um papel ativo nesse processo de aperfeiçoamento do enquadramento legal.

Mas o caminho a percorrer ainda é longo.

O artº. 40º da Constituição da República de Moçambique, referente ao direito humano à vida, defende no ponto 1) que “[t]odo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos” e, no ponto 2), que “[n]a República de Moçambique não há pena de morte” (Moçambique, 2004).

Porém, Bila (2008, p. 1) sustenta que *“em Moçambique, a ideia que salta à mente das pessoas, quando se fala do direito humano à vida, é aquela estritamente ligada (1) às máximas religioso-morais: não matarás; (2) a milhares de moçambicanos que perderam a vida durante a guerra de desestabilização dos 16 anos (1977-1992); (3) à memória coletiva dos efeitos morais, emocionais e sociais de fuzilamentos instituídos pelo partido-Estado, até ao ano de 1990, consagrados no ordenamento jurídico de então; (4) à luta contra a cultura de brutalização, desumanização e boleanos mortais dos cidadãos por agentes policiais, sob direção da Polícia da República de Moçambique, aliada à impunidade, depois de 1990 a esta parte; e (5) ao aborto, por causa dos polémicos debates em torno do mesmo, uns a favor, outros contra e aqueloutros neutros. Em nosso meio, estas ideias têm, certamente, enquadramento quando se fala ou se defende o direito humano à vida. E têm, também, significado na luta pela dignidade das pessoas, como seres éticos, independentemente de suas particularidades”*.

Ainda segundo Bila (2008), *“em Moçambique, quase que não existem políticas públicas desenhadas e implementadas sistematicamente para o exercício de cidadania e respeito à dignidade humana, o que é, em si, contraproducente. As autoridades estatais, não raras vezes, se esquivam em assumir um compromisso político consequente para a implementação de direitos humanos, o que afetaria, deste modo, o direito humano à vida. A tentativa de se falar de direitos humanos resvala sempre em falas deslocadas do*

*real problema, por se elevar demagogias ocasionais, ideologias improdutivas, visões e promessas eleitoralistas, em meio ao conhecimento algo romântico e fragmentado do direito humano à vida. (...) Pode-se dizer ainda que as violações contra o direito humano à vida, em Moçambique, contrariam os objetivos do Estado moçambicano, dispostos no artigo 11 da Constituição da República de Moçambique: (c) a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos; (e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei; (f) o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual. Caso este artigo seja obedecido, por consequência, os objetivos do artigo 40º serão alcançados e vice-versa”.*



### Capítulo III

## CONTRIBUTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

### 1. O ACORDO GERAL DE PAZ E A ONUMOZ

Moçambique foi muito afetado pelo conflito armado assente na lógica bipolar e pela ação da maior potência da África Austral, a África do Sul. A evolução do processo de transição sul-africano e consequente extinção do apoio do regime do *apartheid* à Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) possibilitou o princípio do processo negocial entre o Governo e a Renamo. É de evidenciar que durante os primeiros contatos entre as partes, estas depararam-se com discordâncias quanto aos mediadores. Por causa desta discordância, a escolha consensual foi a Comunidade de Santo Egídio e por conseguinte as partes encontraram-se, pela primeira vez, a 8 de julho de 1990.

Assim, a negociação da Paz entre o Governo da Frelimo e a Renamo teve, inicialmente, como protagonistas Mário Raffaelli, em representação do Governo italiano, D. Jaime Gonçalves, Bispo Católico da Beira, Andrea Ricciardi e o padre Matteo Zuppi, da Comunidade de Santo Egídio. Este processo de negociação revelou-se demorado, sendo os seus principais entraves a retirada das tropas zimbabueanas que auxiliavam os *corredores* da Beira e do Limpopo e a dificuldade de criação do exército único. Face a esta lentidão, as partes resolveram pedir à ONU para participar na Comissão de Negociadores e, principalmente, com a responsabilidade de supervisionar a implementação do Acordo Geral de Paz (AGP) (Jafar, 2014).

O fundamento legal de qualquer relacionamento entre uma operação de manutenção da paz e o país que o acolhe assenta no pedido formal por parte desse governo à ONU, solicitando a constituição da operação, ou então no consentimento dado pelo governo a um pedido das Nações Unidas. Este princípio geral é fundado na condição soberana dos Estados nas relações internacionais e exige que os governos beligerantes ou os próprios insurretos também concordem com o pedido formal ou, pelo menos, deem a sua autorização à operação (Brito, 1997). Portanto, quando esta situação não acontece, entra-se num outro tipo de interferência determinada por operações humanitárias.

Destaca-se que qualquer operação de manutenção de paz adota natureza jurídica de agência das Nações Unidas e o estatuto no país recetivo determina-se pelo estipulado nos art.ºs 104º e 105º da Carta das Nações Unidas e pela Convenção dos Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946. Nesta circunstância, infere-se que o país acolhedor de uma destas operações deve assegurar a capacidade legal e todos os privilégios e imunidades necessários ao integral cumprimento da missão. Os privilégios, imunidades e obrigações dos *peacekeepers* nos países onde se encontram a cumprir as suas missões envolvem, a título de exemplo, o direito de hastear a bandeira das Nações Unidas em aquartelamentos, outras instalações ou veículos, o direito de usar toda a espécie de comunicações sem restrições, o direito de contratar, a liberdade de circulação sem restrições, adquirir e dispor de propriedades, a imunidade, nomeadamente, à jurisdição criminal do Estado acolhedor.

Na década de 1990, surgiu uma segunda geração de operações de manutenção de paz, também chamada por operações multifuncionais, devido à multiplicidade de tarefas que doravante passou a ter sob a sua responsabilidade, nomeadamente auxiliar as partes a aplicar plenamente o acordo, previamente, negociado, e passando a incluir, por exemplo, a segurança policial, as operações de recenseamento da população e a fiscalização de eleições, entre outras (Boutros-Ghali, 1996). As operações multifuncionais tinham como objetivos a supervisão do cessar-fogo, destruição das suas armas, reagrupamento, desmobilização e reintegração das tropas na vida civil, o regresso dos refugiados e pessoas deslocadas, remoção de minas, prestação de auxílio humanitário, a supervisão das estruturas administrativas e económicas existentes, tendo em vista a sua reabilitação, comprovação do respeito pelos direitos humanos, formulação e supervisão de reformas constitucionais e execução de referendos e eleições.

Para a execução das eleições era necessário transformar a Renamo de movimento beligerante em partido político e, como se sabe, um partido político necessita de se acomodar à sua dimensão e, por via disso, necessita de meios humanos, financeiros e materiais e satisfação de algumas pretensões de Afonso Dhlakama (Branco, 2003).

O pedido de intervenção das Nações Unidas foi concretizado em 7 de agosto de 1992, numa declaração conjunta, assinada por Chissano e Dhlakama: “*Accepting the role of the international community and specially that of United Nations in monitoring*

*and guaranteeing the implementation of the General Peace Agreement in particular the cease-fire and the electoral process”* (Branco, 2003, p. 95).

Em consequência da Declaração Conjunta, com todos os contornos das negociações a 4 de outubro de 1992, as partes, nomeadamente o Governo de Moçambique e a Renamo assinavam o Acordo Geral de Paz, em Roma.

O processo de pacificação e implementação do Acordo Geral de Paz foi beneficiado pela agudização do processo de paz em Angola. Com vista a apagar a má imagem deixada em Angola, em virtude de ter pretendido apressar o processo de paz naquele país e incluído meios insuficientes, a ONU envolveu-se no processo moçambicano com toda a força. Houve, assim, um maior empenho das Nações Unidas, possibilitando que a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) fosse munida de meios indispensáveis para levar a cabo a sua missão, principalmente ao nível do número de capacetes azuis, enviados para fiscalizar o cessar-fogo, desmobilização e acantonamento das forças militares (Branco, 2003).

O grande desfasamento temporal entre a assinatura do Acordo Geral de Paz, a 4 de outubro de 1992, e a execução das primeiras eleições gerais, presidenciais e legislativas, em outubro de 1994, constituiu o ponto mais elevado da interferência da ONUMOZ.

A ONUMOZ, na sua visão, era uma operação de manutenção de paz das Nações Unidas e encontrando o seu enquadramento jurídico na Carta das Nações Unidas, pois na globalidade, a Carta identifica a capacidade aos órgãos fundamentais para criar órgãos subsidiários necessários ao exercício das suas funções, tal como a Assembleia Geral, para o Conselho de Segurança. A Carta outorga poderes às organizações regionais para empreender operações de manutenção de paz, desde que verdadeiramente consensuais, sem consentimento da organização. Todavia, se o mandato contiver a prática da força, então será indispensável a autorização prévia do Conselho de Segurança. A Carta dá poderes autónomos ao Secretário-geral para levar à consideração do Conselho de Segurança assuntos que possam ameaçar a paz e a segurança internacionais e para cumprir as funções atribuídas pelos órgãos das Nações Unidas.

A intervenção da Missão ONU no processo de paz em Moçambique<sup>6</sup> concretizar-se-ia em cinco áreas<sup>7</sup>:

---

<sup>6</sup> Aprovada pela Resolução 797 do Conselho de Segurança da ONU e por via disso foi criada a ONUMOZ.

<sup>7</sup> Apresentadas pelo então Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali.

- *Militar* - controlar o cessar-fogo, a desmobilização e a retirada de tropas estrangeiras do território moçambicano;
- *Política* - auxiliar as partes a efetuar o Acordo Geral de Paz assinado;
- *Eleitoral* - auxiliar e monitorizar o processo eleitoral;
- *Segurança* - fornecer segurança em auxílio ao processo de paz, com especial incidência nos corredores de Nacala, Beira e Maputo;
- *Humanitária* - constituir e monitorizar as operações de assistência humanitária (Branco, 2003).

Nesta linha, a ONUMOZ contribuiu claramente para que famílias deslocadas/refugiadas retornassem ao país e recebessem auxílio nas áreas da educação, habitação, saúde, tudo sob a égide desta organização.

Com vista a evitar os erros realizados no processo de paz em Angola, o processo moçambicano foi acompanhado, especificamente pela comunidade internacional. Neste sentido, ficou acordado que se passaria à etapa seguinte do processo após a conclusão da anterior e, por via desse método, as eleições gerais previstas para 1993 apenas viriam a realizar-se em 1994 (Branco, 2003).

O resultado benéfico da ONUMOZ ficou patente pelo sucesso da missão, o qual se traduziu na realização das eleições livres que possibilitaram a Moçambique obter a paz, num ambiente de democracia multipartidária nunca ensaiada, colocando fim a uma guerra civil de 16 anos.

A ONUMOZ defrontou-se com um problema relativo à pretensa renúncia do candidato presidencial da Renamo, Afonso Dhlakama, porque, alegadamente, estariam em curso manobras para fraude eleitoral. A ONUMOZ e vários países apresentaram à Renamo garantias de que eventuais irregularidades seriam convenientemente investigadas. A forma e a rapidez como a questão foi resolvida demonstraram a capacidade e boa preparação da ONUMOZ que, de outra forma, colocaria em causa não apenas o trabalho das Nações Unidas, como todo o processo de paz em Moçambique.

O sucesso da missão de paz das Nações Unidas deveu-se a fatores dos quais cabe aqui salientar:

- A existência de um mandato claro e realista. Face às condições do conflito moçambicano, o mandato da ONUMOZ foi elaborado de acordo com essas condições. Para além disso, a ONU, ao contrário do que aconteceu em Angola, esteve envolvida nas negociações de paz e,

portanto, foi encarregada de fiscalizar o acordo, não sendo um ator marginal.

- O apoio internacional à ONUMOZ, o qual possibilitou que esta missão ficasse munida de meios suficientes para levar a cabo o seu trabalho. O número de capacetes azuis envolvido possibilitou o acantonamento das tropas e o controlo no terreno. O alto número de observadores eleitorais, 900 (enquanto em Angola foram 400), permitiu à ONUMOZ ter uma visão global sobre a forma como decorreram as eleições e investigar eficazmente as queixas apresentadas. O forte apoio internacional foi visível quer pelo elevado número de países (35) que contribuíram financeira e humanamente para a ONUMOZ, quer pelo apoio financeiro adicional fornecido por alguns doadores, permitindo suprimir algumas falhas da ONUMOZ.
- A vontade das partes, Governo e Renamo, em chegar a uma paz duradora. Ao contrário de Angola, os atores moçambicanos não tinham nem os meios, nem as intenções e apoios, para um eventual regresso à guerra.
- Foi fundamental o papel desempenhado pelo Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, que, para além de ser aceite pelas partes, conseguiu flexibilizar o mandato da ONUMOZ, de modo a dar resposta à realidade no terreno. As eleições moçambicanas estiveram, inicialmente previstas para outubro de 1993, porém, os atrasos verificados na implementação do Acordo Geral de Paz comprometeram seriamente esta data.
- Forte auxílio e pressão dos países vizinhos com interesse em Moçambique, nomeadamente África do Sul e Zimbabwe, na implementação do processo paz (Branco, 2003).

Na realidade, o caso de Moçambique, tal como Namíbia e Angola, são exemplos felizes deste tipo de operações de manutenção de paz de segunda geração.

Como se disse anteriormente, a ONUMOZ atendeu também à questão humanitária, assente na reinstalação de refugiados de guerra e deslocados, fornecimento de ajuda alimentar e outro tipo de ajuda de emergência. Estima-se em 1,5 milhões de refugiados nos países vizinhos, com destaque para Malawi e Zimbabué, e cerca de 4 milhões de deslocados (Pavia, 2012). Neste âmbito foi essencial o contributo do Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), cujas atribuições estão descritas no ponto 1.1 deste Capítulo.

Para além do ACNUR, a ONUMOZ contou, também, com a colaboração de várias outras agências especializadas das Nações Unidas, tais como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

No cenário militar, o processo mais complexo e profundo em que a ONUMOZ participou nas suas missões em território moçambicano foi a desmobilização das tropas do Governo e da Renamo.

A materialização do acantonamento e da desmobilização comportou a criação de um *Trust Fund*, alimentado por doações, uma Unidade Técnica e pela aprovação da inclusão do Subsídio de Reintegração Social (*Reintegration Support Scheme* - RSS).

Através do *Trust Fund*<sup>8</sup>, a ONU alcançou a satisfação dos desígnios da Renamo, auxiliando-a na prossecução das suas atividades políticas em todo o país. Neste sentido, a ONU auxiliou a transformar a Renamo num partido político, auxiliando a transição do país dum sistema monopartidário para um multipartidário.

O *Trust Fund* executou um papel elementar no processo de desmobilização e acantonamento das tropas, conquanto sob forte dúvida da Renamo. Aldo Ajello (1995) considera que o *Trust Fund* foi crucial para o êxito da missão das Nações Unidas.

A Unidade Técnica, enfrentando dificuldades extremas, conseguiu concluir o processo de desmobilização atempadamente, permitindo que as eleições se realizassem na data fixada.

Uma das tarefas que a Unidade Técnica exerceu com êxito foi manter o processo sob controlo, estruturando uma base de dados que permitiu evitar duplas desmobilizações e atribuindo a cada militar os documentos de identificação e o respetivo pagamento de 18 meses e 6 meses disponibilizados pelo Governo para reintegração social dos desmobilizados.

É de salientar que o subsídio RSS tinha como objetivo principal evitar que um considerável número de soldados desmobilizados, desempregados e sem meios financeiros, constituíssem fontes de instabilidade no processo eleitoral.

---

<sup>8</sup> Constituído no dia 10 de maio de 1993 pela ONU.

O subsídio de RSS teve um papel relevante no sucesso da desmobilização. Deste modo, se os guerreiros intentavam “*permanecer escondidos, quando a informação lhes chegou, decidiram apresentar-se para a imediata desmobilização porque não queriam perder o subsídio*” (Ajello, 1995, p. 129).

No entanto, o sucesso do processo de desmobilização das tropas não ficou incólume de críticas em virtude de não ter completado o processo de confirmação dos depósitos e esconderijos de armas. Os atrasos na desmobilização que se registaram de ambos os lados tornaram impossível a conclusão desta ação (Ajello, 1995). Mas, “*a incompleta verificação dos depósitos de armas, sem se pretender diminuir a sua importância, não representam contudo um perigo do regresso à guerra*” (Ajello, 1995 p. 129).

A verdade é que a Renamo manteve alguns esconderijos de armas e homens com as quais, recentemente, vem aterrorizando o país, exigindo e impondo condições inconstitucionais ao Governo, tal é o caso da Região Autónoma Centro Norte. Segundo Zuppi (1995), a ONU calcula em mais de dois milhões de armas não retiradas.

Zuppi (1995, p.122) equaciona também o problema dos dois exércitos. Alegou que “*são algumas dezenas de milhares de pessoas que preferiram voltar para casa: o que irão fazer? Muitos desses homens não conhecem outra profissão a não ser a guerra*”. Talvez, esta dúvida sirva para a atualidade, ou seja a Renamo manteve-se armada podendo criar um clima de desestabilização.

O Recenseamento e Escrutino no processo de recenseamento eleitoral e a ulterior fiscalização das eleições e, conseqüentemente, o culminar da missão da ONUMOZ ocorreu em 1994. Aqui também, os doadores deram um pacto de ajudas e apoios ao processo eleitoral, que se consubstanciaram em recursos financeiros, técnicos e, principalmente, políticos, estes últimos essenciais ao sucesso da missão. Por sua vez, os partidos políticos arrecadaram ajuda financeira e técnica e foram criados programas de educação cívica a nível nacional com único objetivo de esclarecer os eleitores sobre o significado e alcance das eleições. Em consequência do trabalho de educação cívica, a afluência às urnas de votação nas primeiras eleições democráticas em Moçambique rondou os 87% dos eleitores recenseados (Dennis, 1996).

É necessário indicar que já antes da intervenção das Nações Unidas em Moçambique e a caminho do processo de paz ou pacificação no período entre 1989 a 1992, passaram-se factos importantes, tais como, as reflexões em volta do multipartidarismo que culminam com a revisão da Constituição de 1990, a formação

dos partidos políticos decorrente da aprovação da Lei dos Partidos Políticos em 1991 e as negociações entre o Governo e a Renamo que acabam com a assinatura do Acordo Geral de Paz. A Constituição da República de Moçambique revista fundou os princípios principais e básicos dos direitos políticos, dos quais se salienta o princípio de “*a soberania reside no povo*”, ao qual se associam normas referentes ao desempenho da cidadania, a constituição e funcionamento dos partidos políticos e principalmente a participação do cidadão na vida política. Na realidade, a Lei dos Partidos Políticos encerra em si uma série de liberdades e um assinável leque de direitos civis e políticos que auxiliaram a legitimação da participação política dos cidadãos de outros partidos além da Frelimo.

Segundo Carrilho (1995), aumentou a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, liberdade de expressão, a liberdade de associação e a liberdade de constituir partidos políticos, liberdades constitucionais essenciais aos atos eleitorais. Como corolário destes princípios, o ordenamento jurídico moçambicano teve que se rever e enquadrar na nova realidade, aprovando-se as seguintes leis: a Lei da Liberdade de Associação<sup>9</sup>; Lei dos Partidos Políticos<sup>10</sup>; a Lei da Liberdade de Reunião e Manifestação<sup>11</sup> e a Lei da Liberdade de Imprensa<sup>12</sup>. A Constituição da República define Moçambique como um Estado assente no pluralismo de expressão e na organização política democrática. O art.º 74º da Constituição da República de Moçambique reconhece os partidos políticos como relevantes agentes para a expressão do pluralismo político, formação e manifestação da vontade popular e instrumentos de participação democrática dos cidadãos na governação da nação. São instrumentos relevantes para a promoção da paz e estabilidade do país e gozam de direitos e liberdades políticas.

A consagração constitucional e a aprovação das leis acima supracitadas evidenciaram um salto quantitativo e qualitativo no sentido de reafirmação dos direitos necessários à cidadania, como consequência dos desígnios do Acordo Geral de Paz assinado perante mediadores e representantes das Nações Unidas, supervisionado e controlado pela Comissão de Supervisão e Controlo presidida pela ONU.

Em paralelo, a ONUMOZ, através de seus representantes na CNE, garantiu que o processo eleitoral de 1994 fosse transparente (Mazula, 1995).

---

<sup>9</sup> Lei n.º 8/91, de 18 de julho.

<sup>10</sup> Lei n.º 7/91, de 23 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14/92, de 14 de outubro.

<sup>11</sup> Lei n.º 9/91, de 18 de julho.

<sup>12</sup> Lei n.º 18/91, de 10 de agosto.



O novo Parlamento de Moçambique foi instalado em Maputo em 8 de dezembro de 1994 e o Sr. Chissano foi empossado como Presidente de Moçambique em 9 de dezembro de 1994. Assim, o mandato da ONUMOZ terminou formalmente à meia-noite de 9 de dezembro. No entanto, a ONUMOZ continuou a desempenhar funções residuais até a Missão estar totalmente liquidada no final de janeiro de 1995.

### **1.1. O ACNUR e o Repatriamento dos Refugiados**

Como se viu anteriormente, e no que toca ao repatriamento dos refugiados é de acentuar o papel essencial do ACNUR.

As atribuições principais da ACNUR, no que respeita aos refugiados, são

- a promoção da conclusão e ratificação de convenções internacionais no domínio da proteção dos refugiados, supervisionando a sua aplicação e propondo emendas;
- a promoção de medidas destinadas a melhorar a situação dos refugiados e a reduzir o número daqueles que necessitam de proteção;
- auxiliar as ações de promoção de repatriação voluntária dos refugiados ou a sua integração em novas comunidades nacionais;
- promover a admissão de refugiados nos territórios dos Estados;
- facilitar as transferências de bens dos refugiados;
- obter dos Governos as informações necessárias a respeito do número e situação dos refugiados que se encontram no seu território e sobre a legislação nesta matéria;
- manter-se em contato de forma permanente com as organizações envolvidas intergovernamentais e privadas, bem como com o Governo, envolvidas com a situação dos refugiados, assim como, facilitar as ações empreendidas por estas (ACNUR, 2016a).

Todas as pessoas que se enquadrem nos critérios elencados no Estatuto de Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados podem invocar a proteção das Nações Unidas. Esta é assegurada pelo Alto Comissariado, ainda que a pessoa se encontre num Estado que não seja signatário da Convenção de Genebra ou do Protocolo de 1967, quer tenha sido ou não reconhecido o estatuto de refugiado no país de acolhimento, ao abrigo destes dois instrumentos (ACNUR, 2014).

Os refugiados e requerentes de asilo são titulares de direitos e liberdades fundamentais, reconhecidos nos diversos instrumentos internacionais sobre esta matéria. A proteção dos refugiados é delimitada no contexto mais amplo de proteção dos direitos humanos.

A atividade desenvolvida pela ONU e pelo ACNUR é precisamente orientada para este objetivo, a proteção dos direitos humanos e respeito pelo princípio paradigmático da dignidade da pessoa humana. (ACNUR, 2016b)

A consideração da pessoa humana como refugiada é indiscutivelmente um desafio de toda a comunidade internacional.

A consideração do estatuto de refugiado tem reflexões para os Estados a dois níveis essenciais. Se a uns cabe a proteção dos refugiados enquanto Estados de acolhimento, não é menos verdade que àqueles que dão origem aos movimentos de refugiados deve ser imposto o dever de prevenir os atos que provoquem estas deslocações.

Se as violações dos direitos humanos são a principal causa de deslocação de pessoas que posteriormente vêm requerer o estatuto de refugiado exige-se, face às circunstâncias, uma supervisão permanente dos órgãos responsáveis pela preservação dos direitos humanos das Nações Unidas.

Se na maioria das vezes os cidadãos de um determinado Estado podem confiar nos seus Governantes, que devem garantir e proteger os seus direitos humanos fundamentais e a sua segurança física, verificamos que no caso dos refugiados é precisamente o inverso que acontece.

Assim, o ACNUR assegura que os refugiados sejam protegidos pelo país de acolhimento, bem como apoia o Estado nessa tarefa, e apoia na medida em que não se substitui ao Estado nesse objetivo, não é uma organização supranacional. O ACNUR funciona, aqui, como garante dos refugiados na medida em que cabe a este órgão assegurar que os Estados observam as obrigações que assumem quando aderem aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e disponibilizam a necessária proteção aos refugiados e requerentes de asilo.

Neste sentido, os Estados não devem repatriar ou forçar o regresso dos refugiados ao território onde inevitavelmente ficaram em situação de perigo. Devem, antes, procurar assegurar aos refugiados a sua integração, através do benefício da concessão de direitos económicos e sociais idênticos, pelo menos, aos concedidos aos estrangeiros residentes naquele mesmo Estado de acolhimento.

Os Estados e a ACNUR exercem as suas funções em estreita cooperação, estas são orientadas para os fins humanitários que as justificam em si mesmas.

Neste sentido, e enquanto Estado-Membro das Nações Unidas, Moçambique tem adotado na sua legislação nacional as recomendações do ACNUR.

Em Moçambique, o ACNUR foi parceiro do Governo ao:

- garantir, aos requerentes de proteção, condutas de asilo justas e eficazes, até à decisão final;
- garantir que o sistema de asilo nacional se desenvolveu, acautelando situações vulneráveis específicas;
- supervisionar a política de asilo nacional praticada no âmbito da defesa dos direitos humanos e do direito à proteção.

## **2. O CONTRIBUTO DAS NAÇÕES UNIDAS APÓS A INSTABILIDADE DE 2012**

A partir do APG em 1992, Moçambique tem vivido períodos de instabilidade política, com a Renamo a contestar na rua os sucessivos resultados eleitorais, a que tem correspondido uma resposta de força por parte do Governo. A situação tornou-se particularmente turbulenta a partir de 2012.

Importa aqui referir o comportamento da Renamo no processo, uma vez que, de acordo com as alíneas a) dos números 1 e 2 da Lei n° 7/91, de 23 de janeiro, um partido político não deve recorrer à força e à violência para alterar a ordem constitucional, política e social constituída, e designadamente com recurso às armas.

A questão central reside no facto de terem vindo a ocorrer violações de direitos humanos, sem contudo a ONU se manifestar sobre a matéria, apesar daqueles direitos terem tutela tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos como na Carta das Nações Unidas.

Assim, é inquietante a censura discreta das Nações Unidas quanto à violação dos direitos humanos em Moçambique sobretudo aos ataques de Muxúngue (2013) e outras partes das províncias da zona centro.

O jornal *online* DW, no seu artigo de 6 de agosto de 2014, intitulado *Momentos de instabilidade política em Moçambique - Uma Cronologia* diz que [o] *executivo moçambicano admitiu pela primeira vez [a 18 de novembro de 2013] a hipótese de aceitar a participação de observadores nacionais no diálogo [de cessar fogo] mas*

*rejeita a presença de mediadores internacionais, por considerá-la uma «ingerência»*” (DW, 2014).

Face à destruição de infraestruturas sociais e económicas, incluindo o condicionamento da circulação na Estrada Nacional n° 1 e a perda de vidas humanas, o Governo de Moçambique e a Renamo assinaram o Acordo de Cessação das Hostilidades a 5 de setembro de 2014, seguido da aprovação da Lei n° 29/2014.

Porém, este acordo não tem conseguido evitar os confrontos entre as forças de segurança e a Renamo em 2015 e 2016, mantendo o país numa grande instabilidade e num clima de conflito que não favorecem o desenvolvimento e são palco diário da violação dos Direitos Humanos.

Sobre a intervenção das Nações Unidas para a resolução deste clima de conflito, o jornal *online* DW escreve, em 13 de setembro de 2016, que “*Moçambique é um dos países citados pela Organização das Nações Unidas (ONU) por estar dificultando o trabalho dos mecanismos de supervisão e investigação sobre os direitos humanos. A informação foi divulgada (...) durante um fórum em Genebra no qual estavam presentes delegações de todos os Estados-membros da organização. Segundo a ONU, em Moçambique, (...) onde há informações de atos recentes de violência e repressão por parte de forças governamentais, as autoridades se negam a permitir que especialistas da ONU possam avaliar as denúncias*” (DW, 2016).

### **3. OUTRAS AGÊNCIAS E AÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE**

Ao analisar a ação das Nações Unidas em Moçambique, para além da ONUMOZ descrita no ponto 1 deste capítulo, importa refletir sobre o Plano de Ação do Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique (UNDAF)<sup>13</sup> e as respetivas Agências das Nações Unidas.

Em 2007, a ONU aplicou uma metodologia de ação piloto a Moçambique, em que integrou a atuação de todas as suas Agências, numa perspetiva de *Delivering as One* (DaO). Trata-se do Plano de Ação do UNDAF 2007-2011 que representou a ação

---

<sup>13</sup> O Quadro das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) é um quadro estratégico de resultados estratégico a médio prazo que descreve a visão coletiva e a resposta do sistema das Nações Unidas às prioridades e resultados nacionais de desenvolvimento com base em princípios normativos de programação (cf. <https://undg.org/document/2017-undaf-guidance/>).

conjunta exclusiva de todas as Agências, substituindo os Planos de Ação dos Programas específicos das Agências (CPAPs).

Feita a avaliação da iniciativa DaO do UNDAF 2007-2011, concluiu-se que este novo modelo de intervenção foi positivo a todos os níveis, e que não fará sentido voltar-se ao modelo de intervenção anterior específico de cada Agência (Ngokwey, 2010).

Assim, esta avaliação concluiu que o modelo DaO permite que a ação das Nações Unidas seja mais eficaz na abordagem de problemas tão complexos como as alterações climáticas, a segurança alimentar, a proteção social e os direitos humanos, pois estes exigem a intervenção de várias agências. As alterações introduzidas reforçam o papel das Nações Unidas no desenvolvimento moçambicano e como parceiro do Governo.

O UNDAF 2007-2011 em Moçambique deveria, inicialmente, cobrir o período de 2007-2009, mas acabaria por ser prolongado por dois anos para permitir que o UNDAF seguinte acompanhasse, no tempo e nos objetivos, o Plano Quinquenal e o Plano Operacional do Governo de Moçambique, que inclui o PARPA 2011-2014 (sucessor do PARPA II).

### **3.1. Plano de Ação do UNDAF 2012-2015**

O novo Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 reflete o programa das Nações Unidas para este período em Moçambique e constitui o *Programa Único*, seguindo o modelo DaO. Ele é o primeiro a integrar a totalidade das atividades das Agências no país, incluindo as ações humanitárias.

Foram estabelecidos novos mecanismos de parceria entre o Governo de Moçambique e a ONU para coordenar o UNDAF, nomeadamente, através da criação de um Comité Diretivo copresidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pelo Coordenador Residente das Nações Unidas.

Do ponto de vista operacional, cada agência é responsável por cumprir os acordos que estabeleceu com o Governo. A responsabilidade pelos resultados do UNDAF no país é do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (UNRCO).

O acordo de cooperação entre o Governo e cada uma das agências das Nações Unidas em Moçambique é detalhado na tabela 4, retirada do Plano UNDAF 2012-2015, e que mostra de que forma e desde quando estas atuam em Moçambique.

Tabela 4 – Acordos de Cooperação entre o Governo e as Agências das Nações Unidas

Agência	Presença	Mecanismos	Contraparte do Acordo	Data
<b>1. FAO</b>	Residente	Troca de correspondência	Ministério da Agricultura	Setembro de 1979
<b>2. PNUD</b>	Residente	Acordo de Base	Governo de Moçambique	Setembro de 1976
<b>3. UNESCO</b>	Residente	Acordo	Governo de Moçambique	Setembro de 1995
<b>4. UNICEF</b>	Residente	Acordo Básico de Cooperação	Governo de Moçambique	Maio de 1996
<b>5. PMA</b>	Residente	Acordo	Governo de Moçambique	Outubro de 1975
<b>6. OMS</b>	Residente	Acordo	Governo de Moçambique	Abril de 1976
<b>7. FNUAP</b>	Residente	Acordo Básico de Cooperação		Fevereiro 2007
<b>8. IFAD</b>	Agência não residente (ANR)	Acordo	Governo de Moçambique	Fevereiro de 2011
<b>9. OIM</b>	ANR	Acordo	Governo de Moçambique	Janeiro de 2005
<b>10. OHCHR</b>	ANR			
<b>11. UNICRI</b>	ANR	Acordo baseado em projetos específicos		
<b>12. UNCTAD</b>	ANR			
<b>13. UNEP</b>	ANR			
<b>14. UNHCR</b>	Residente	Acordo Básico de Cooperação	Governo de Moçambique	28 maio 1987
<b>15. ILO</b>	ANR	Troca de correspondência		

Fonte: ONU-RM (2012)

O Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 de Moçambique inspira-se nos ODMs e tem como novo objetivo central criar condições para que as famílias, grupos e comunidades mais carenciados possam exercer o seu direito ao desenvolvimento económico e social, proteção, governação e participação (UNDAF, 2011).

Focando-se nos resultados a obter e na utilização eficiente dos recursos humanos e financeiros, o Plano de Ação do UNDAF 2012-2015 desenvolve-se em torno de três áreas de intervenção:

- Económica,
- Social,
- Governação.

Para estas áreas de intervenção, o Plano define 8 Resultados desejados, cada um com vários *outputs*, num total de 49. Para facilitar a compreensão da complexidade do Plano, optou-se, neste texto, por colocar, em anexo, devido à sua extrema dimensão, a cópia dos quadros que resumem os resultados desejados para os vários *outputs*. Assim, o anexo 1 inventaria, para cada *output*, os indicadores, linhas de base, metas, parceiros, agências e recursos alocados por estas e o anexo 2 descreve para cada *output*, as ações de cada agência e a área geográfica de intervenção.

Estes dois anexos dão uma perspetiva muito pormenorizada e concreta das ações planeadas pela ONU em Moçambique, assim como incluem os parâmetros que permitem a avaliação da eficácia destas ações no terreno.

Para permitir uma leitura imediata e organizada dos 8 resultados distribuídos pelas 3 áreas de intervenção do Plano de Ação do UNDAF 2012-2015, optou-se por construir a tabela 5 que resume estes 8 Resultados, a analisar nos pontos seguintes deste capítulo.

Tabela 5 – Resultados esperados para cada área de intervenção do Plano de Ação do UNDAF 2012-2015

<b>Área de Intervenção Económica</b>	
Resultado 1	Grupos vulneráveis (com enfoque para mulheres) asseguram a produção e produtividade no setor primário de modo a melhorar a sua própria segurança alimentar.
Resultado 2	Grupos vulneráveis acedem a oportunidades para o aumento de rendimentos e melhoria das condições de vida com enfoque especial no emprego digno.
Resultado 3	Gestão efetiva e sustentável dos recursos naturais e redução de riscos de catástrofe beneficiando toda a população em Moçambique, particularmente as populações mais vulneráveis
<b>Área de Intervenção Social</b>	
Resultado 4	Instituições públicas com capacidades reforçadas para prestarem serviços sociais de qualidade e essenciais aos grupos vulneráveis.
Resultado 5	Grupos vulneráveis procuram, acedem e usam serviços sociais de

	qualidade e prestados com equidade.
<b>Área de Intervenção Governação</b>	
Resultado 6	Sistemas e processos democráticos de governação reforçados, garantindo a equidade, o respeito pelo Estado de Direito e os Direitos Humanos a todos os níveis.
Resultado 7	População em Moçambique participa na formulação e monitorização de uma agenda nacional de desenvolvimento transparente e equitativa.
Resultado 8	Assegurada a provisão, acesso e utilização equitativa de serviços essenciais e de qualidade e que asseguram a melhoria das condições de vida de todos os grupos vulneráveis.

Fonte: Adaptado de ONU-RM (2012)

### 3.1.1. *Área de Intervenção Económica*

Na área económica, pretende-se reduzir a pobreza através de intervenção na produtividade do setor primário, da promoção do emprego nas micro, pequenas e médias empresas (MPME) das zonas rurais, e da redução do risco de catástrofes e adaptação às mudanças climáticas.

No âmbito do **Resultado 1**, a ONU procura melhorar a segurança alimentar e a produtividade agrícola das populações mais empobrecidas dando formação aos agricultores e às suas associações, fazendo alfabetização e promovendo culturas mais variadas e de forma mais intensiva, principalmente para pequenos agricultores, jovens e mulheres vulneráveis.

No âmbito do **Resultado 2**, a ação das Nações Unidas incide sobre a melhoria do acesso ao emprego digno, com igualdade de oportunidades, para os vários grupos vulneráveis e para os jovens. Para isso, procuram fomentar as obras públicas, criadoras de emprego para as camadas mais vulneráveis da sociedade, a atividade económica das MPNEs nas zonas rurais, o autoemprego e a formação sobre gestão de negócios e mercados e a formação profissional dirigida para o mercado. A ONU centra as suas intervenções nas cinco províncias mais necessitadas do país.

No âmbito do **Resultado 3**, a ONU faz assessoria ao Governo na criação de políticas e de regulamentos para a utilização sustentável dos recursos naturais, para a prevenção de catástrofes e adaptação às mudanças climáticas. Promovem, ainda, o investimento em medidas de prevenção e diminuição dos impactos das catástrofes e das mudanças climáticas, nomeadamente, a criação de sistemas de gestão de informação



integrados e de aviso prévio. Finalmente, e em complemento da ação do Governo, prestam auxílio humanitário, em caso de uma emergência grave.

### 3.1.2. *Área de Intervenção Social*

É na área de intervenção social que a ONU faz o maior investimento. Os seus esforços focam-se em 5 preocupações refletidas nos **Resultados 4 e 5**. As 5 preocupações referem-se a água, saneamento e habitação, proteção social, educação, saúde e nutrição, e HIV/SIDA.

No que toca a **água, saneamento e habitação**, a ONU colabora com os prestadores de serviços (privados e públicos) na implementação de infraestruturas de água e saneamento e melhoria dos “*assentamentos informais*”. Estão presentes, também, na formação das comunidades e escolas para gerirem, de forma participada, as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento e para adotarem práticas de higiene seguras. Esta intervenção faz-se nas zonas rurais e periurbanas das províncias do centro e do norte.

No que toca a **proteção social**, e considerando esta uma preocupação prioritária, as Nações Unidas apoiam o Governo e os Ministérios relevantes nesta matéria para desenvolverem o Programa de Proteção Social, reforçando os seus recursos humanos, financeiros e de informação, e auxiliam os serviços de apoio à proteção social, a nível comunitário, junto dos grupos mais vulneráveis à violência, à doença e à pobreza.

No que toca à **educação**, a ONU promove a melhoria da qualidade do ensino, o desenvolvimento de capacidades para a vida e a alfabetização de adultos.

Estes esforços são desenvolvidos especialmente junto de crianças, adolescentes e adultos do género feminino das zonas rurais e pouco desenvolvidas do país. No que se refere a medidas concretas, avalia-se o nível de aprendizagem das crianças, formam-se os supervisores de ensino e auxilia-se na prestação de serviços básicos, em distritos selecionados, nomeadamente, saúde e higiene escolar, instalações de água e saneamento, alimentação escolar e proteção das crianças das escolas primárias. Finalmente, faz-se a prevenção do HIV/SIDA e da saúde reprodutiva, nomeadamente, através de programas contra o abuso sexual e a violência, dirigidos a adolescentes entre 10-14 anos e 15-18 anos.

No que toca à **saúde e nutrição**, a ONU procura melhorar a qualidade dos serviços de saúde de Moçambique, reforçando o sistema de saúde, principalmente, nos recursos humanos, na gestão da cadeia de aprovisionamento, no sistema de gestão de informação, e no sistemas financeiro. Esta ação é complementada por intervenções específicas, nomeadamente, na malária, tuberculose, HIV/SIDA, doenças neonatais e infantis, na nutrição e de segurança alimentar, e na saúde sexual e reprodutiva.

Tal como anteriormente, esta ação das Nações Unidas concentra-se nas províncias do centro e do norte, principalmente nos distritos que têm cobertura e indicadores de saúde mais fracos.

O combate ao HIV/SIDA é, também, uma preocupação das Nações Unidas, cuja ação incide sobre a expansão e melhoria dos serviços de cuidados e tratamento dos necessitados, a prevenção junto das populações das áreas mais afetadas, o combate aos principais fatores promotores da epidemia do HIV, a eliminação da transmissão da mãe para o filho, a promoção da mudança social para proteger as mulheres e as jovens do HIV, e a sensibilização para a não discriminação de portadores de HIV/SIDA.

### 3.1.3. *Área de Intervenção Governação*

Na área de Governação, a ONU tem 2 prioridades, o aprofundamento da democracia e da responsabilidade pública, e a melhoria dos processos de governação a nível local para aumento da participação das populações.

Assim, no **Resultado 6**, a ONU pretende melhorar a função legislativa e de fiscalização da Assembleia da República, e melhorar o acesso à justiça.

Para atingir este Resultado, a ONU empreende esforços vários, que vão desde a criação de tribunais itinerantes nas zonas rurais à gestão da migração e das fronteiras, e da implementação das recomendações EPU sobre os Direitos Humanos à sensibilização dos cidadãos para a participação eleitoral.

No âmbito do **Resultado 7**, a ONU pretende promover a participação das crianças, jovens, mulheres, portadores de HIV/ SIDA e organizações da sociedade civil (OSC) que os representam na definição do desenvolvimento do país. Isto é feito através da melhoria dos conteúdos dos media e da participação das OSC nos observatórios e conselhos deste tema.

O **Resultado 8** centra-se no apoio à política de descentralização e, para tal, a ONU empreende ações que vão desde a criação de redes de conhecimento para o apoio

à governação local ao acesso a dados de desenvolvimento desagregados a nível descentralizado, e do reforço do sistema nacional de registo civil à implementação de serviços de apoio integrado às vítimas de violência e abuso.

### **3.2. Avaliação do Plano de Ação do UNDAF 2012-2015**

A ONU contratou a KPMG Moçambique para a Avaliação do Plano de Ação UNDAF para Moçambique para o período de 2012 a 2015, incluindo a sua extensão a 2016 (UNDAF 2012-2016).

Os resultados desta avaliação foram apresentados em *Evaluation of UNDAF 2012-2016 - Final Report* (KPMG, 2015), que permite ter uma ideia clara e pormenorizada da ação das Nações Unidas em Moçambique entre 2012 e 2016, ao mesmo tempo que expressa importantes orientações para a sua intervenção futura.

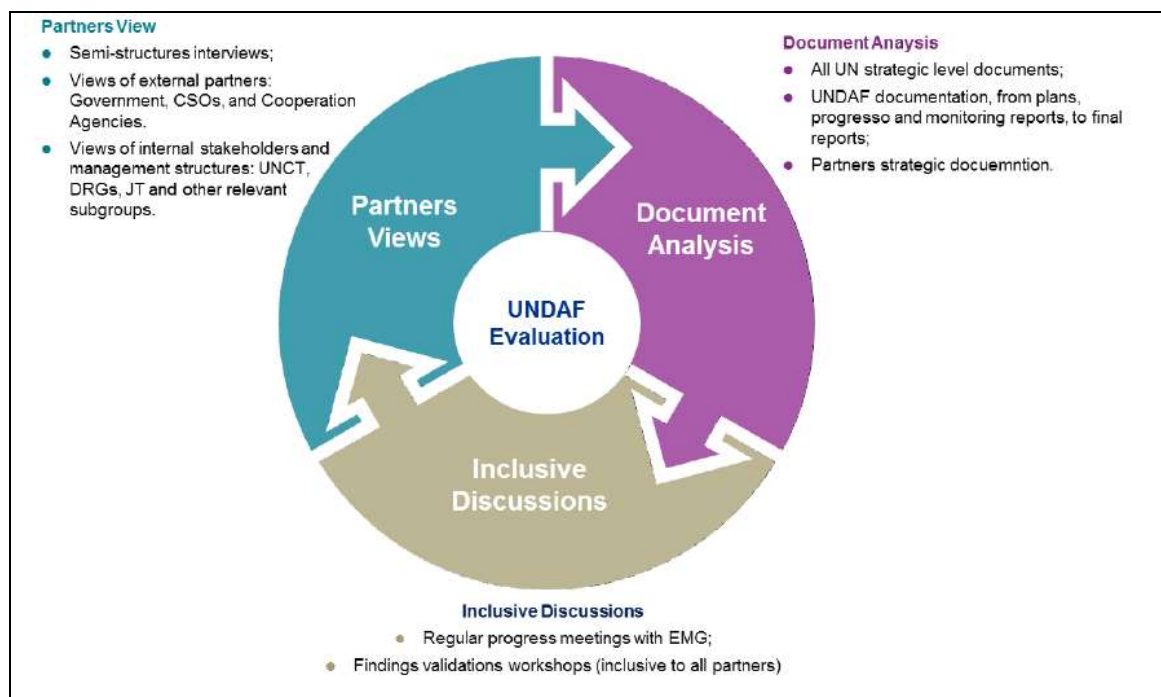
A metodologia utilizada pela KPMG para realizar esta avaliação incluiu a recolha de dados através de três tipos de ferramentas:

- revisão documental: a) documentação de base, b) documentos específicos de doadores e c) relatórios e avaliações externos;
- entrevistas semiestruturadas e reuniões em pequenos grupos: as entrevistas foram conduzidas junto de pessoal da equipa das Nações Unidas dentro dos seus 3 Grupos de Área de Intervenção – Económica, Social e Governação, bem como de membros das Equipas das Nações Unidas no país. Foram realizadas entrevistas com o governo, uma amostra de parceiros de implementação das Nações Unidas e doadores nos setores relevantes para triangular e validar os resultados;
- inquérito aos parceiros de implementação das Nações Unidas: para os parceiros de implementação das Nações Unidas não abrangidos pela entrevista, foi administrado um inquérito eletrónico na Internet, abrangendo áreas como a eficácia, a eficiência, a sustentabilidade e a relevância da programação do UNDAF.

Os guias de entrevistas foram desenvolvidos com base nas perguntas de avaliação e abordaram as questões de avaliação estratégica, organizacional e operacional.

Para ilustrar esta metodologia, utilizou-se o diagrama da figura 2, extraído do *Evaluation of UNDAF 2012-2016 – Final Report*.

Figura 2 – Metodologia da KPMG para avaliação do UNDAF 2012-2016



Fonte: KPMG (2015)

Os critérios de avaliação utilizados foram Relevância, Equidade, Eficiência, Sustentabilidade e Eficácia. Todos estes critérios foram aplicados às três áreas de intervenção do UNDAF, designadamente Económica, Social e Governação. A avaliação incidiu sobre as realizações efetivas e projetadas nos oito resultados do UNDAF, no contexto da sua contribuição para o PARPA e para os compromissos internacionais e regionais de Moçambique.

A avaliação baseou-se num conjunto de questões a serem abordadas, que foram desenvolvidas para cada um dos critérios estabelecidos.

O resultado final desta avaliação expressa-se em dois itens – conclusões e recomendações.

### 3.2.1. Conclusões da Avaliação UNDAF 2012-2016

#### **Relevância**

A KPMG<sup>14</sup> avalia o UNDAF como relevante no atual estado de desenvolvimento económico Moçambicano e dado que foi formulado de acordo com o Plano Quinquenal de Governo (2010-2014), e desenvolvido paralelamente ao PARPA (2011-2014).

A estratégia DaO melhorou a colaboração e a cooperação entre agências. A comunicação aberta permitiu que as agências chegassem umas às outras para obter *inputs* técnicos. No entanto, o UNDAF não tem ferramentas fortes para uma coordenação operacional eficaz, o que afeta a implementação no terreno.

As partes interessadas externas não têm um conhecimento claro do UNDAF e da DaO, dada a existência de comunicação precária a vários níveis. Assim, a perceção das partes interessadas é de que o DaO não está a ser aplicado.

O Comité Diretivo não funcionou da forma descrita no Plano do UNDAF.

Durante o atual ciclo do UNDAF, existem exemplos de casos de sucesso no que diz respeito à programação conjunta, tais como: (i) Programa *Purchase from Africans for Africa* (PAA), (ii) Escola de Campo para Agricultores, (iii) Programa Conjunto de Proteção Social e WASH<sup>15</sup> sob o pilar Social da Saúde.

Existe uma aparente desconexão entre os resultados e os indicadores, o que cria dificuldades para avaliar o progresso ao nível dos resultados e enfraquece a responsabilização. Com efeito, deverá haver uma relação mais estreita entre os indicadores e os resultados, bem como os resultados e os *outputs*.

#### **Equidade**

A equipa das Nações Unidas tem colocado como prioridade para todas as suas agências atuar nas províncias mais desfavorecidas, concentrando a maior parte das suas

---

<sup>14</sup> A KPMG é uma empresa de prestação de serviços em matéria de Auditoria, de Impostos, de Consultoria de Gestão e Estratégica, e de Assessoria Financeira. É, a par da Deloitte, da PricewaterhouseCoopers e da Ernst & Young, uma das quatro maiores empresas do setor.

<sup>15</sup> O Programa WASH (*Water, Sanitation and Hygiene*) da UNICEF dirige-se às crianças e consiste na construção de instalações sanitárias e de distribuição de água potável, ao mesmo tempo que ensina as regras de higiene. Este Programa aplica-se nas escolas e em pequenas cidades.

intervenções nessas áreas. Neste UNDAF focaram a maior parte das suas intervenções nas províncias de Zambézia e Tete.

### **Eficiência**

No que toca ao critério Eficiência do UNDAF, a KPMG considera que o défice de financiamento no atual UNDAF foi significativo. A insuficiência de recursos foi a limitação mais importante no desempenho das Nações Unidas.

A perceção geral é que o UNDAF deve diminuir os custos para o Governo, mas tal aumenta os custos de agência.

### **Sustentabilidade**

Em geral, a intervenção do UNDAF alcançou sustentabilidade social e institucional e, em certa medida, sustentabilidade financeira. Esta sustentabilidade financeira aplica-se especialmente aos setores que dependem fortemente do financiamento estatal (saúde, educação, etc.) dado que as iniciativas do UNDAF alinharam-se com o plano estratégico setorial do país.

Durante a fase de entrevista, foi identificado como risco potencial, a alta taxa de rotatividade de pessoal especializado dentro da estrutura do governo.

### **Eficácia**

No que toca ao critério Eficácia no cumprimento dos Resultados, a KPMG considera que a contribuição das Nações Unidas, através do UNDAF, para o desenvolvimento e a melhoria dos indicadores socioeconómicos e de governação do país é irrefutável. No entanto, não pode ser claramente quantificada a contribuição específica das Nações Unidas.

Quanto à eficácia na área de intervenção Economia, a KPMG conclui que a ONU apoiaram atividades para aumentar a produção e produtividade dos pequenos agricultores e pescadores artesanais e a diminuição da discriminação em relação às mulheres na posse da terra, tal como estava programado.

Para aumentar a oferta de emprego, foram realizadas ações de aperfeiçoamento para MPMEs e de fomento do autoemprego.

A ONU fez contribuições significativas para a implementação de sistemas para a gestão do risco de catástrofes e a gestão de recursos naturais.

Quanto à eficácia na área de intervenção Social, a KPMG conclui que as atividades implementadas contribuíram consideravelmente para a melhoria dos indicadores nacionais, reforçando a capacidade do Governo para responder à necessidade de serviços básicos em Água, Saneamento e Habitação, Proteção Social, Educação e Saúde e Nutrição.

O Programa WASH da UNICEF tem tido sucesso, mas os indicadores previstos pelo UNDAF não permitem isolar a importância deste Programa no conjunto de todas as outras ações na área água, saneamento básico e higiene.

Foram feitos grandes progressos no setor da Proteção Social, em grande parte com o apoio das Nações Unidas. A ONU contribuiu para um programa de proteção social mais integrado e sustentável, fornecendo apoio e coordenação às instituições governamentais.

No setor da Educação, as ações das Nações Unidas permitiram a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, o aumento dos níveis de permanência na escola (especialmente para as raparigas) e a melhoria do ambiente escolar.

O Ministério da Saúde reconhece o papel importante das agências das Nações Unidas no setor da saúde e, em particular, a relevância dos seus assessores técnicos e apoio político.

Quanto à eficácia na área de intervenção Governança, a KPMG conclui que existem falhas na recolha e reporte de dados, tornando difícil interpretar o desempenho do UNDAF. Assim, o sistema de monitorização baseado em resultados precisa ser organizado de forma diferente.

Relativamente à eficácia das Equipas Conjuntas (Género e HIV/SIDA), a KPMG conclui que a Equipa Conjunta de Género teve financiamento deficiente e que é necessário reforçar a importância do tema género. A Equipa Conjunta de HIV/SIDA é um grupo ativo que se reúne regularmente e produz um bom trabalho.

Para avaliar a efetiva realização de cada Resultado no critério **Eficácia**, a KPMG utilizou uma ferramenta adicional, que consiste num simples sistema de classificação qualitativa por cores:

- Verde – foram atingidos todos os *outputs* planeados para o Resultado e serão necessários poucos ou nenhuma melhorias futuras;

- Verde-âmbar – foram atingidos pelo menos 50% dos *outputs* planeados para o Resultado e são necessárias algumas melhorias futuras;
- Vermelho-âmbar – não foram atingidos entre 50% a 70% dos *outputs* planeados, existindo um grande desvio do Resultado esperado e serão necessárias melhorias futuras significativas;
- Vermelho – não foram atingidos mais de 70% dos *outputs* planeados, existindo problemas significativos com o Resultado esperado, e sendo necessário rever as metas e as metodologias de implementação para os planos futuros.

Seguindo esta ferramenta, e no sentido de resumir a avaliação feita pela KPMG dos 8 resultados, elaborou-se a tabela 6.

Tabela 6 – Avaliação qualitativa de cada resultado do UNDAF 2012-2016

<b>Resultado 1</b> - Grupos vulneráveis (com enfoque para mulheres) asseguram a produção e produtividade no setor primário de modo a melhorar a sua própria segurança alimentar.	Verde
<b>Resultado 2</b> - Grupos vulneráveis acedem a oportunidades para o aumento de rendimentos e melhoria das condições de vida com enfoque especial no emprego digno.	Verde-âmbar
<b>Resultado 3</b> - Gestão efetiva e sustentável dos recursos naturais e redução de riscos de catástrofe beneficiando toda a população em Moçambique, particularmente as populações mais vulneráveis	Verde-âmbar
<b>Resultado 4</b> - Instituições públicas com capacidades reforçadas para prestarem serviços sociais de qualidade e essenciais aos grupos vulneráveis	Verde-âmbar
<b>Resultado 5</b> - Grupos vulneráveis procuram, acedem e usam serviços sociais de qualidade e prestados com equidade	Verde-âmbar
<b>Resultado 6</b> - Sistemas e processos democráticos de governação reforçados, garantindo a equidade, o respeito pelo Estado de Direito e os Direitos Humanos a todos os níveis	Verde-âmbar
<b>Resultado 7</b> - População em Moçambique participa na formulação e monitorização de uma agenda nacional de desenvolvimento transparente e equitativa	Verde-âmbar
<b>Resultado 8</b> - Assegurada a provisão, acesso e utilização equitativa de serviços essenciais e de qualidade e que asseguram a melhoria das condições de vida de todos os grupos vulneráveis	Verde-âmbar

Fonte: Adaptado de Evaluation of UNDAF 2012-2016 – Final Report. KMG

Com base na tabela de classificação anterior, dar-se-ão, de seguida, exemplos de ações bem-sucedidas e de outras menos bem-sucedidas e que contribuíram para a avaliação qualitativa.



### 3.2.1.1. Ações avaliadas como “*bem-sucedidas*”

Dado que o **Resultado 1** foi o único classificado como “*verde*” e que interessa conhecer o tipo de ação bem-sucedida empreendida pela ONU no âmbito do UNDAF, faz-se agora uma descrição sumária destas ações em cada *output* deste Resultado.

#### *Output 1.1*

Em 2012, o projeto de Monitorização e Análise de Políticas Alimentares e Agrícolas (MAFAP) da FAO apoiou o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) de Moçambique na preparação de uma conferência internacional sobre os desafios da segurança alimentar e nutricional.

Em 2013, a ONU contribuiu para o desenvolvimento do Plano Nacional de Investimento Agrícola, sendo aprovado um Plano Diretor de Estatísticas Agrícolas. Contudo, as restrições de recursos impediram a sua implementação.

O financiamento da Noruega à iniciativa *Right to Food* da FAO tem permitido o apoio contínuo para uma melhor integração da segurança alimentar e nutrição em políticas, leis e programas chave.

Durante 2014, a ONU apoiou a elaboração de políticas, fornecendo informações e análises relacionadas com:

- Realização de incentivos e desincentivos de preços ao algodão, mandioca, castanha de caju, milho, frango, açúcar, tabaco, feijão e batata;
- Preparação e apresentação de despesas públicas no Workshop de Segurança Alimentar;
- Atualização da base de dados CountrySTAT;
- Elaboração do Relatório Panorama II sobre as estatísticas agrícolas de Moçambique e introdução deste na base de dados CountrySTAT.

#### *Output 1.2 e 1.3*

A capacitação de pequenos agricultores em técnicas agrícolas melhoradas e sustentáveis (*output 1.2*) e a utilização de técnicas melhoradas de colheita e armazenagem para reduzir as perdas pós-colheita (*output 1.3*) são promovidas através

da assistência de serviços públicos de extensão, incluindo serviços subcontratados. Para este fim, a ONU trabalhou em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura na consolidação e expansão das *Farmer Field School* (FFS) no âmbito de projetos financiados pela Bélgica, pela UE e pelo *One Fund* das Nações Unidas. Esta metodologia foi implementada em 804 escolas nas províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Gaza de 2012 a 2014.

No total, através de uma série de programas conjuntos<sup>16</sup> e específicos, mais de 1560 agricultores foram treinados na preparação e uso de fertilizantes, e técnicas melhoradas para reduzir as perdas pós-colheita. Também foram treinados 117 agricultores sobre o uso de “*blue boxes*”<sup>17</sup> e 268 agricultores beneficiaram de cursos de Formação de Formadores sobre:

- Liderança e boa governança;
- Empreendedorismo básico, habilidades de gestão de negócios e manutenção de registos;
- Gestão de marketing e gestão de compras de produtos agrícolas;
- Gestão pós-colheita, instalações e serviços de armazenamento;
- Procedimentos para negócios com parceiros.

Como resultado, em 2013, foram construídos nas províncias de Manica, Sofala e Tete 110 silos de demonstração tipo “*Gorongosa*” (ver infra, figura 3).

O apoio aos serviços de extensão incluiu a disseminação de melhores práticas em saúde animal e produção pecuária, através das *Farmer Field School* (FFS), incluindo a campanha de vacinação contra a doença de Newcastle, realizada em quatro distritos da província de Manica (Gondola, Barué, Sussundenga e Manica), resultando na vacinação de 192.501 frangos.

Além disso, os esforços complementares aos programas de extensão incluíram assistência técnica ao Serviço Nacional de Sementes para elaborar o Regulamento dos Direitos dos Criadores de Plantas e a Plataforma de Diálogo sobre a Semente. Foi ainda dado apoio à produção local de sementes pré-básicas e básicas.

---

<sup>16</sup> Os Programas Conjuntos incluem “Integração Ambiental e Adaptação às Alterações Climáticas em Moçambique” e “Promoção de compras locais de alimentos para assistência alimentar no continente africano - Purchase from Africans for Africa (PAA)”.

<sup>17</sup> Tipo de subsídio à produção agrícola autorizado pelo World Trade Organization (WTO).

Figura 3 – Silo de demonstração tipo “Gorongosa”



Fonte: Filimone (2015)

O Programa *Purchase from Africans for Africa* (PAA)<sup>18</sup> merece relevo especial na medida em que é um exemplo de programa conjunto com o tipo de sucesso que o UNDAF tenta implementar na sua visão DaO. O PAA compra cereais e leguminosas de pequenos agricultores para fornecer programas de alimentação escolar local. O PAA é uma situação vantajosa para todos, ajudando os agricultores a processar e vender o que produzem, assegurando ao mesmo tempo que as crianças escolares tenham refeições nutritivas e diversas.

A FAO está a ajudar os agricultores vulneráveis a aumentarem a sua produção, fornecendo-lhes recursos agrícolas, tais como sementes e fertilizantes, melhorando o acesso aos equipamentos e treinando-os na qualidade das sementes, na gestão integrada das pragas e no armazenamento pós-colheita.

O PMA, por seu turno, fornece aos agricultores um mercado fiável, ligando-se aos programas de alimentação escolar. Este programa está atualmente a ser implementado na província de Tete. A região é conhecida pelo seu potencial produtivo,

---

<sup>18</sup> A iniciativa PAA é inspirada no programa de compra de alimentos do Brasil “Fome Zero”. É uma parceria entre a FAO, o PMA, o Governo do Brasil e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

que poderia ser explorado de forma ainda mais eficiente se os desafios relacionados com a comercialização de alimentos produzidos por agricultores familiares fossem superados.

Os méritos deste programa conjunto incluem:

- a divisão clara do trabalho entre as agências das Nações Unidas envolvidas,
- o uso de uma abordagem global através da qual os agricultores são apoiados e as crianças escolares recebem refeições nutritivas e diversas,
- o uso de soluções locais para problemas locais,
- tentar estimular sinergias com outros programas implementados na região.

#### *Output 1.4*

A ONU, em parceria com o Centro Terra Viva<sup>19</sup>, formou assistentes jurídicos especializados em questões de direitos fundiários, a fim de apoiar o acesso da comunidade local aos direitos à terra, particularmente das mulheres.

A ONU contribuiu, ainda, para o reconhecimento dos direitos das viúvas e dos filhos, a nomeação de mulheres como juízes e o registo de títulos de posse da terra em favor das mulheres vulneráveis, no sentido de diminuir a discriminação destas.

Os resultados foram os seguintes:

- ações de formação e seminários para reforçar a capacidade nacional nas questões ligadas à terra, envolvendo 280 participantes (24% mulheres) e abrangendo 200 comunidades em Niassa, Manica, Inhambane, Cabo Delgado, Zambézia e Nampula;
- sensibilização das comunidades rurais em princípios constitucionais básicos, legislação sobre a terra e os recursos naturais, incluindo direitos dos indivíduos portadores de HIV e direitos ligados ao género e das mulheres;

---

<sup>19</sup> O Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental (CTV) é uma instituição não governamental moçambicana, de investigação e intervenção ambiental, que congrega profissionais de diferentes áreas fundamentais para a gestão do ambiente e dos recursos naturais, com destaque para o Direito Ambiental, Conservação e Gestão Ambiental, Informação e Educação Ambiental, Economia Rural e Sociologia Ambiental.

- participação na campanha de defesa pelo direito à terra, através do vídeo *Direito à terra - Direito dos homens e das mulheres: experiências com assistentes jurídicos em Moçambique*;
- assistência ao Governo para melhoria da coordenação entre ministérios em relação à gestão da terra e outros recursos naturais, através do Fórum Terra.

### *Output 1.5*

A ONU fez a formação de pescadores artesanais e comerciantes de peixe em métodos de pesca melhorados e sustentáveis, a fim de aumentar a produtividade e a qualidade das capturas. Para além disso, também fomentou apoio institucional, coordenação e colaboração com instituições parceiras e desenvolvimento de infraestruturas.

Estas atividades resultaram na criação e/ou ativação de 69 conselhos de pesca (655 membros formados), 127 grupos rotativos de poupança e crédito (1786 membros formados), beneficiando cerca de 8800 homens e mulheres diretamente envolvidos na pesca artesanal e 3500 homens e mulheres envolvidos na transformação e comércio de peixe fresco e peixe tradicionalmente processado em áreas costeiras.

#### 3.2.1.2. Ações Ações avaliadas como “*menos bem-sucedidas*”

Para além de conhecer o tipo de ação bem-sucedida empreendida pela ONU no âmbito do UNDAF, interessa também conhecer exemplos de ações menos bem-sucedidas. Para tal, faz-se a descrição sumária de uma ação do **Resultado 6** e a análise do que correu menos bem nos **Resultados 6, 7 e 8**, da área de intervenção da Governação, classificados como “*verde-âmbar*”.

### *Output 6.6*

O *output 6.6* tinha como objetivo que as populações em Moçambique aumentassem o acesso à justiça e à proteção dos direitos humanos. No entanto, a KPMG considera que o objetivo foi demasiado otimista, pois não há informações sobre 2012 e

os progressos realizados em 2013 foram insuficientes para alcançar um resultado que pudesse alimentar o indicador “*percentagem anual de casos que beneficiam de alternativas à prisão*”. Estes progressos de 2013 incluem a definição e divulgação de normas para a introdução de alternativas ao encarceramento em Moçambique, e o apoio à operacionalização de 5 Casas da Justiça no país.

Os progressos alcançados nos **Resultados 6, 7 e 8** do UNDAF não puderam ser adequadamente determinados devido a dados de base insuficientes, indicadores inadequados e informação comunicada insuficiente.

Com efeito, os relatórios anuais das agências das Nações Unidas apresentaram um número limitado de atividades implementadas durante os anos de referência, no âmbito de cada resultado, por *output*. Embora a avaliação da KPMG não questione a relevância dessas atividades, sublinha o facto de as atividades referidas não serem suficientes para assegurar a prossecução dos resultados correspondentes.

No entanto, as partes interessadas reconhecem a importância das Nações Unidas no apoio aos esforços nacionais para melhorar os sistemas de governação. A ONU contribuiu para fortalecer a capacidade institucional e o estabelecimento de políticas em áreas críticas da redução da pobreza e nos direitos humanos, especialmente na proteção dos direitos da criança.

### 3.2.2. *Recomendações da Avaliação UNDAF 2012-2016*

No relatório de avaliação do Plano de Ação UNDAF 2012-2016, a KPMG (2015) apresenta 10 recomendações para melhorar o contributo das Nações Unidas para o desenvolvimento nacional, com vista a considerá-las no UNDAF 2017-2020.

De seguida, serão discriminadas as recomendações consideradas mais relevantes.

**Recomendação 1:** O UNDAF precisa de reforçar a sua coordenação com os planos nacionais, especialmente em termos de calendário.

Embora o UNDAF esteja alinhado com o PARPA a nível estratégico, é preciso assegurar a coordenação a nível operacional. Assim, o planeamento anual de trabalho das equipas das Nações Unidas tem que ter em conta o planeamento nacional.

**Recomendação 4:** O Governo deve liderar a implementação do UNDAF, através de um comité de direção funcional, a fim de assegurar que este contribua para as prioridades nacionais.

Simultaneamente, a ONU tem de continuar a apoiar o reforço das capacidades institucionais e humanas do Governo. Além disso, uma relação mais próxima e articulada com o Governo permitiria que o UNDAF permaneça relevante durante todo o ciclo.

Por último, a simplificação do UNDAF, tornando-o menos difuso e mais focalizado, reforçaria a sua adoção pelo Governo.

**Recomendação 5:** O grupo de Monitorização e Avaliação (M&A)<sup>20</sup> deveria ter mais poder e desempenhar um papel mais ativo em todas as fases do UNDAF. É necessário envolver o grupo M&A no início da preparação do UNDAF e na definição de todos componentes de monitorização e avaliação, para que possa realizar um acompanhamento do progresso e dos resultados.

É importante, também, garantir a elaboração de relatórios fiáveis e operacionais, recorrendo à tecnologia para facilitar a recolha e análise de dados.

**Recomendação 7:** O UNDAF poderia ser implementado, de forma progressiva, com mais programas conjuntos, cuidadosamente escolhidos, após uma análise custo-benefício. Moçambique já tem alguns bons exemplos de programas conjuntos e eles podem ser replicados em outras áreas.

Deve haver também um alto nível de participação do governo nestes programas conjuntos. Esta poderia ser uma maneira das Nações Unidas se comprometer verdadeiramente com a DaO, afastando-se da abordagem anterior em que a intervenção/direção é isolada por agência.

**Recomendação 10:** A sustentabilidade dos programas a implementar precisa de ser mais clara.

Os auditores não conseguiram encontrar a preocupação de sustentabilidade suficientemente definida nos documentos dos programas do UNDAF. A sustentabilidade deve ser considerada no desenho de novos programas e monitorizada ao longo da vida do programa.

---

<sup>20</sup> Grupo de UNDAF responsável pela definição e cálculo dos indicadores de avaliação dos *outputs*.

#### 4. AUTOAVALIAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS 40 ANOS DE COOPERAÇÃO

Em 2016, numa entrevista concedida a Ouri Pota da Rádio ONU em Maputo, a representante das Nações Unidas em Moçambique, Bettina Maas, avaliou positivamente a intervenção desta organização ao longo dos 40 anos de cooperação. Na entrevista, ela resumiu os fatores que considera terem levado ao sucesso e quais as oportunidades e estratégias para o futuro da cooperação: *“O contributo da agência tem evoluído, tendo em conta os processos de desenvolvimento económico, social e político nacionais e globais.*

*O sucesso do trabalho implementado pela ONU em Moçambique deve-se a colaboração conjunta.*

*O apoio às capacidades nacionais na prossecução dos objetivos internacionalmente aceites continuam a essência da nossa parceria através do trabalho conjunto de todas as agências, fundos e programas das Nações Unidas que operam no país. Continuamos comprometidos em maximizar as oportunidades e recursos existentes para este fim, isto tudo para objetivos nacionais.*

*Só nos últimos quatro anos, a ONU canalizaram uma média de 130 milhões de dólares americanos apoiando estratégias e sistemas efetivos nas áreas de segurança alimentar, proteção social, desminagem, saúde da mulher e da criança, educação, dados estatísticos, engajamento da juventude, mais e melhores empregos, igualdade de género e na resposta humanitária.*

*Somente podemos estar alegres se todos os parceiros, governos, sociedade civil, meios de comunicação social e também a nível da comunidade nomeadamente se os líderes comunitários e religiosos trabalhem na mesma plataforma. Acho que daí a ONU estariam bem preparadas em facilitar e dar uma resposta comum à uma necessidade nacional”* (ONU News, 2015).



## **Capítulo IV**

### **ÍNDICE IBRAHIM DE GOVERNANÇA PARA MOÇAMBIQUE**

O Capítulo III deu uma perspetiva concreta da ação das Nações Unidas em Moçambique desde 1992 até 2016, apesar da dificuldade em quantificar e qualificar uma boa parte da sua influência, como se pode verificar no documento *Evaluation of UNDAF 2012-2016 – Final Report* (KPMG, 2015).

Assim, resta agora analisar indicadores de desenvolvimento global de Moçambique e a sua tendência ao longo do tempo, os quais, apesar de não permitirem separar a influência do Governo da influência das Nações Unidas, podem dar uma pista, ainda que indireta, sobre a importância desta última.

Para tal, foram selecionados, analisados e comentados dados e indicadores sobre Moçambique, obtidos pelo Ibrahim Index of African Governance (IIAG) de 2016. Assim, no ponto 1 deste capítulo IV será feita a análise e comentário dos gráficos de situação e tendência de Moçambique extraídos do Portal de Dados IIAG 2016.

O IIAG foi criado para fornecer um instrumento de medição e monitorização do desempenho da governação de todos os países africanos, avaliar o seu progresso ao longo do tempo e apoiar o desenvolvimento de soluções políticas eficazes e responsáveis (MIF, 2016a).

O IIAG de 2016 é a décima edição do Índice, possuindo 16 anos de dados (disponíveis a partir do ano 2000).

O IIAG compila uma grande quantidade de dados emitidos por diversas fontes - avaliação qualitativa, inquéritos de opinião, dados oficiais e inquéritos de atitude pública, de todos os 54 países africanos.

Pela primeira vez, o IIAG de 2016 inclui as perspetivas dos cidadãos, usando dados de pesquisa do Afrobarómetro<sup>21</sup>. A inclusão dos dados do Afrobarómetro abrange a opinião dos cidadãos sobre a pobreza, a desigualdade e o emprego, questões de governação muito importantes e para as quais ainda faltam dados de especialistas (MIF, 2016a).

Conforme avaliado pelo IIAG, “*governança é definida como a provisão de bens e serviços públicos, políticos, sociais e económicos que cada cidadão tem o direito de*

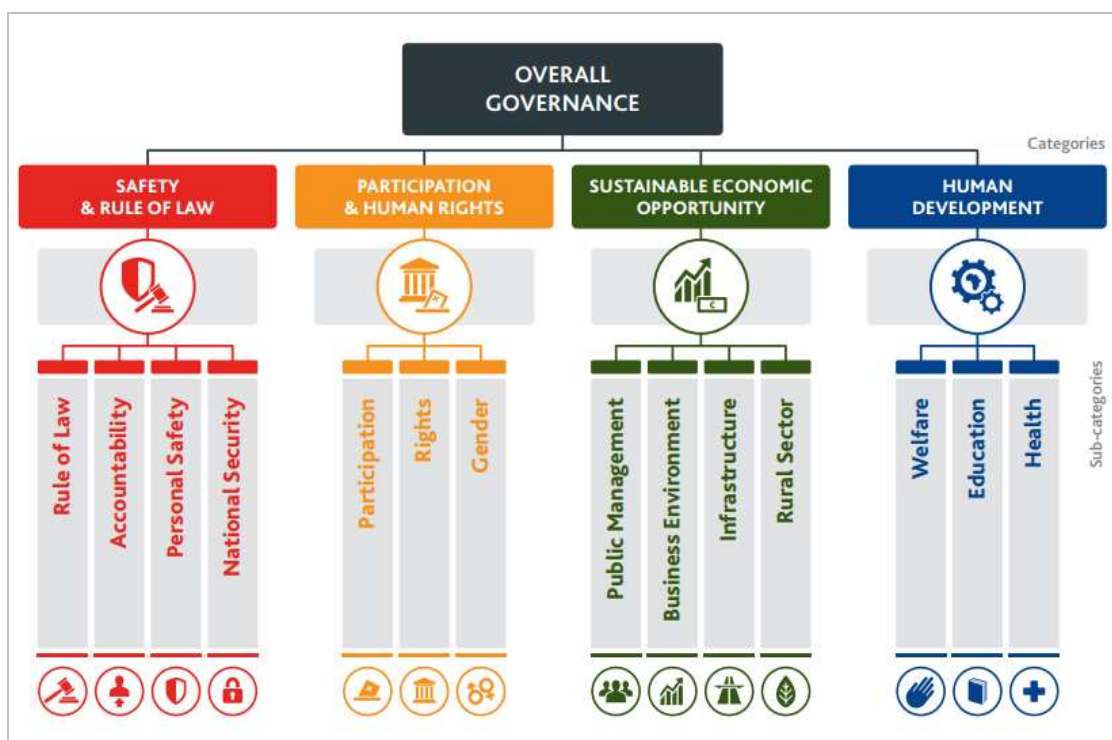
---

<sup>21</sup> Gabinete de pesquisa pan-africano que conduz inquéritos de opinião pública sobre democracia, governança, economia, e outros assuntos relacionados, nos países africanos.

*esperar do seu Estado e que um Estado tem a responsabilidade de entregar aos seus cidadãos”* (MIF, 2016a).

A figura 4 apresenta o esquema IIAG, que descreve a estrutura e as questões cobertas pelo Índice.

Figura 4 – Diagrama descritivo da estrutura e questões cobertas pelo Índice IIAG



Fonte: MIF (2016a)

A fim de avaliar plenamente o desempenho de governança de qualquer país, é importante ir além da avaliação global desta, e analisar as suas diferentes dimensões que estão consideradas nas 4 categorias, 14 subcategorias (figura 4) e 95 indicadores do IIAG. Muitos indicadores contêm subindicadores, alguns dos quais têm variáveis subjacentes (sub-subindicadores). No total, existem 237 medidas de governança, listadas no anexo 3.

Os resultados do IIAG são classificados em três tipos principais: pontuação (*score*), classificação (*ranking*) e tendência. A pontuação é atribuída a cada indicador numa escala de 0-100, e após esta atribuição, a pontuação de cada subcategoria, categoria e índice de Governança Geral são obtidas através de uma média simples. A classificação é atribuída através da comparação das pontuações de cada um dos 54 países. Finalmente, a tendência é feita através da análise das pontuações ao longo do tempo.

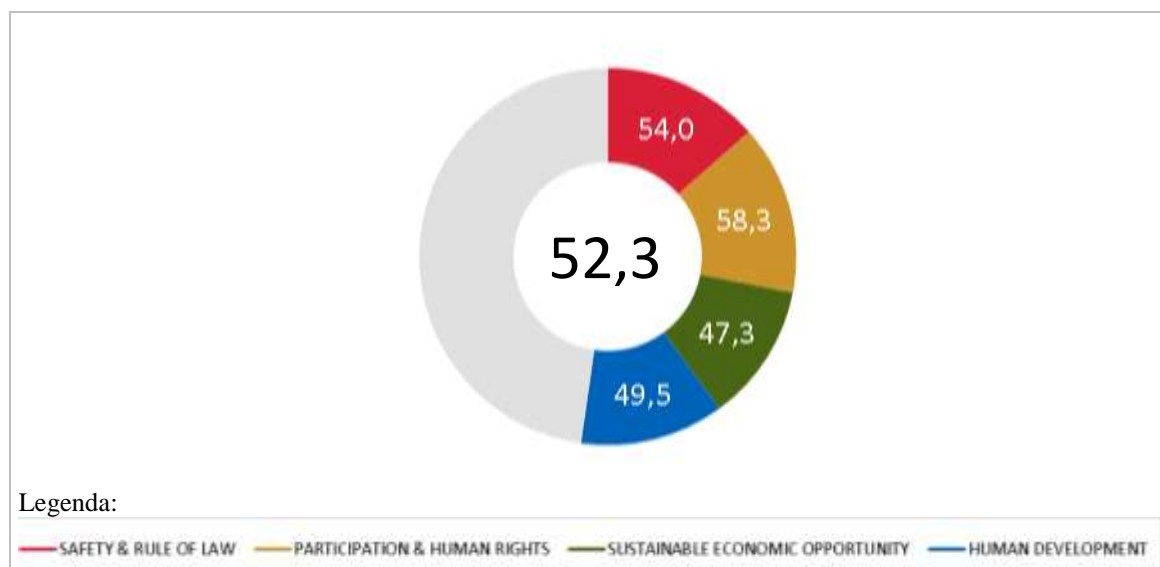
Para conseguir obter um quadro claro da posição de Moçambique, atual e ao longo do tempo, extrairam-se, do Porta de Dados 2016 *Ibrahim Index of African Governance*, da Fundação Mo Ibrahim, dados e gráficos e indicadores sobre Moçambique que permitiram analisar a situação de governança deste país.

## 1. ANÁLISE DAS CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS DO IIAG PARA MOÇAMBIQUE

Tal como ilustrado na figura 4, e sob o índice Governança Geral, o IIAG considera 4 categorias – Segurança e Estado de Direito, Participação e Direitos Humanos, Oportunidades Económicas Sustentáveis, e Desenvolvimento Humano.

O gráfico 1 apresenta a pontuação de Moçambique para o índice Governança Geral e cada uma destas.

Gráfico 1 – Pontuação de Moçambique para o índice Governança Geral e cada categoria de desenvolvimento, em 2015



Fonte: MIF (2016a)

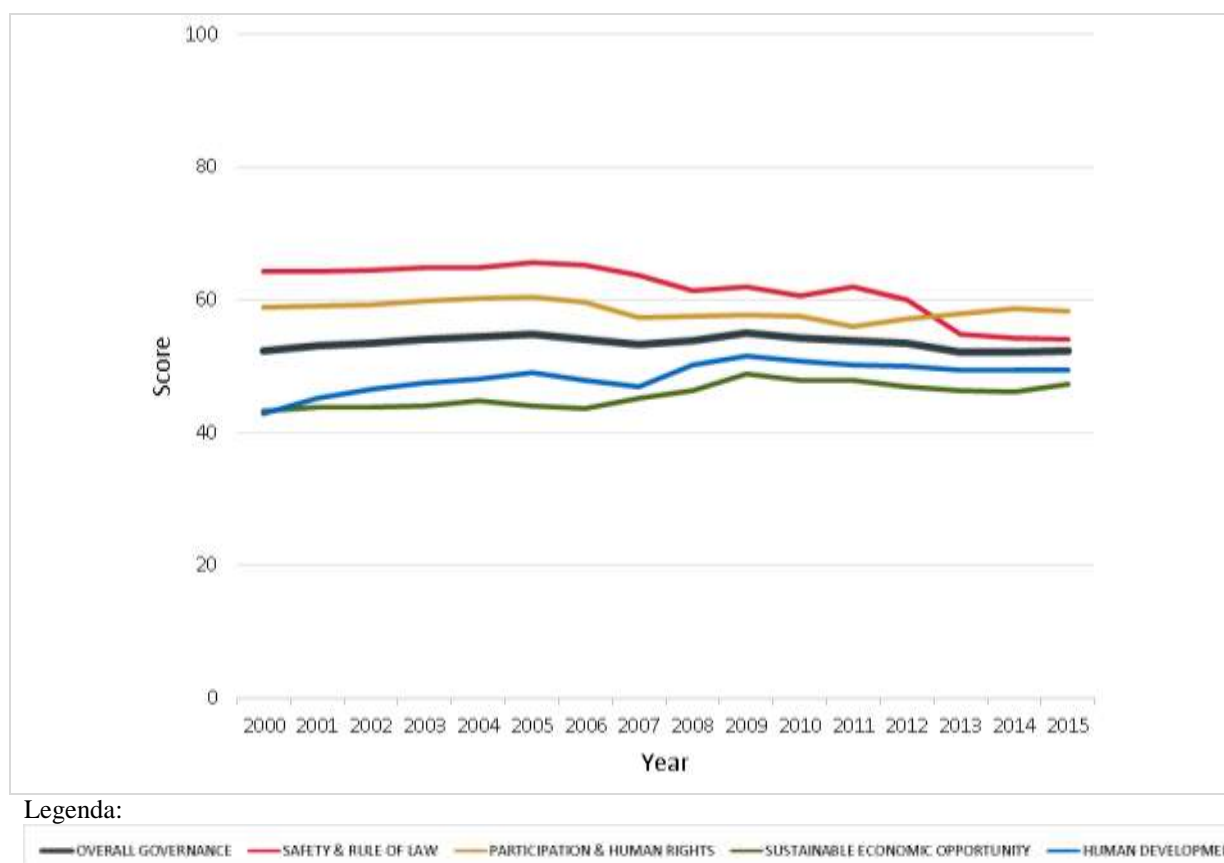
Como se pode observar, e numa pontuação de 0 a 100, o índice Governança Geral obtém o valor de 52,3, considerado uma pontuação Média<sup>22</sup>. As categorias Segurança e Estado de Direito (com 54,0 pontos), e Participação e Direitos Humanos (com 58,3 pontos) têm uma pontuação Média Alta. Já as categorias Oportunidades de

<sup>22</sup> O IIAG define a seguinte escala de pontuação: Baixa (menos de 23 pontos), Média Baixa (entre 23 e 40,9 pontos), Média (entre 41,0 e 53,9 pontos), Média Alta (entre 54 e 70,9 pontos), Alta (acima de 70,9 pontos).

Negócios Sustentáveis (com 47,3 pontos), e Desenvolvimento Humano (com 49,5 pontos) têm uma pontuação Média.

No entanto, importa analisar a tendência destas categorias ao longo do tempo, entre 2000 e 2015. Esta tendência está ilustrada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução de cada categoria de desenvolvimento entre 2000 e 2015, para Moçambique



Fonte: MIF (2016a)

O gráfico 2 mostra que o índice Governança Geral tem sofrido alteração ligeira entre 2000 e 2015, com tendência para baixar a sua pontuação, principalmente a partir do ano 2009. É visível também que as categorias Segurança e Estado de Direito, e Participação e Direitos Humanos seguem esta tendência de diminuição da pontuação entre 2000 e 2015. No entanto, a partir de 2011, a categoria Participação e Direitos Humanos tem vindo a aumentar a sua pontuação de forma acentuada, e a categoria Segurança e Estado de Direito tem vindo a diminuir bruscamente a sua pontuação.

É de assinalar que, apesar de terem uma pontuação inferior ao índice Governança Geral, as categorias Oportunidades de Negócios Sustentáveis, e Desenvolvimento Humano tem vindo a melhorar a sua pontuação entre 2000 e 2015.

As tabelas (7, 8, 9, 10 e 11) e os gráficos (3, 4, 5, 6 e 7) seguintes dão uma imagem de Moçambique, comparando-o com o contexto africano e ao longo do tempo, em três períodos, e através das várias categorias e sub-categorias em causa.

Tabela 7 – Classificação, pontuação e tendência do índice Governança Geral

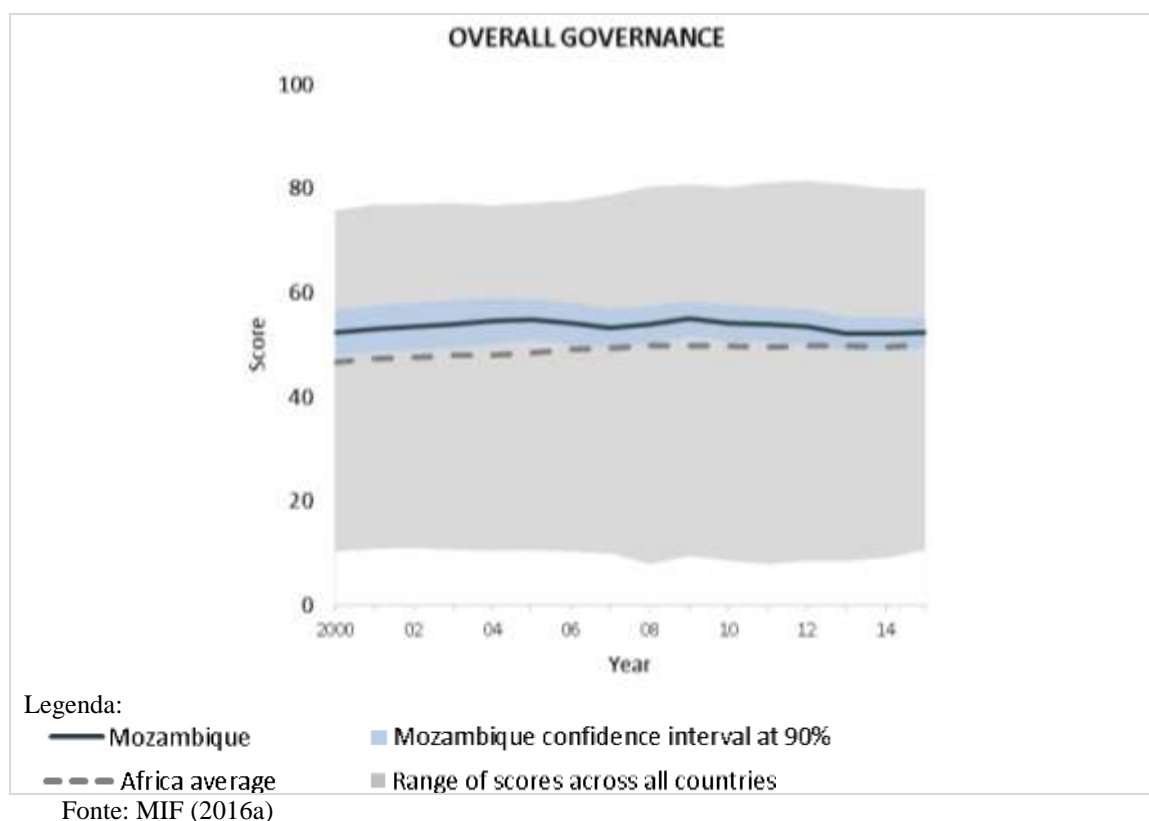
GOVERNANÇA GERAL					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	50,0	+3,3	+0,6	+0,2
21	MOZ	52,3	0,0	-0,9	-1,2

Legenda: Δ - Tendência

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 7 mostra que o índice de Governança Geral de Moçambique ocupa a posição 21 no grupo de 54 países africanos, apresentando uma pontuação ligeiramente superior à média africana (50,0).

Gráfico 3 – Tendência da categoria geral de desenvolvimento entre 2000 e 2015, para Moçambique



A tabela 7 e o gráfico 3 mostram também que, ao contrário da média africana, o índice moçambicano tende a baixar a sua pontuação, de forma cada vez mais acentuada, nos três períodos em análise.

Tabela 8 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Segurança e Estado de Direito e suas sub-categorias

SEGURANÇA E ESTADO DE DIREITO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	52,1	-2,1	-2,7	-0,9
30	MOZ	54,0	-10,3	-9,7	-6,0
ESTADO DE DIREITO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	52,7	-0,7	0,0	+2,6
31	MOZ	51,6	-12,9	-5,6	-8,9
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	35,1	+0,1	-1,6	-1,9
36	MOZ	28,4	-9,9	-16,1	-10,6
SEGURANÇA INDIVIDUAL					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	45,7	-5,9	-4,3	+0,4
29	MOZ	48,9	-9,7	-8,4	-4,9
SEGURANÇA NACIONAL					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	75,2	-1,7	-4,5	-4,5
17	MOZ	87,3	-8,4	-8,3	+0,5

Legenda: Δ - Tendência

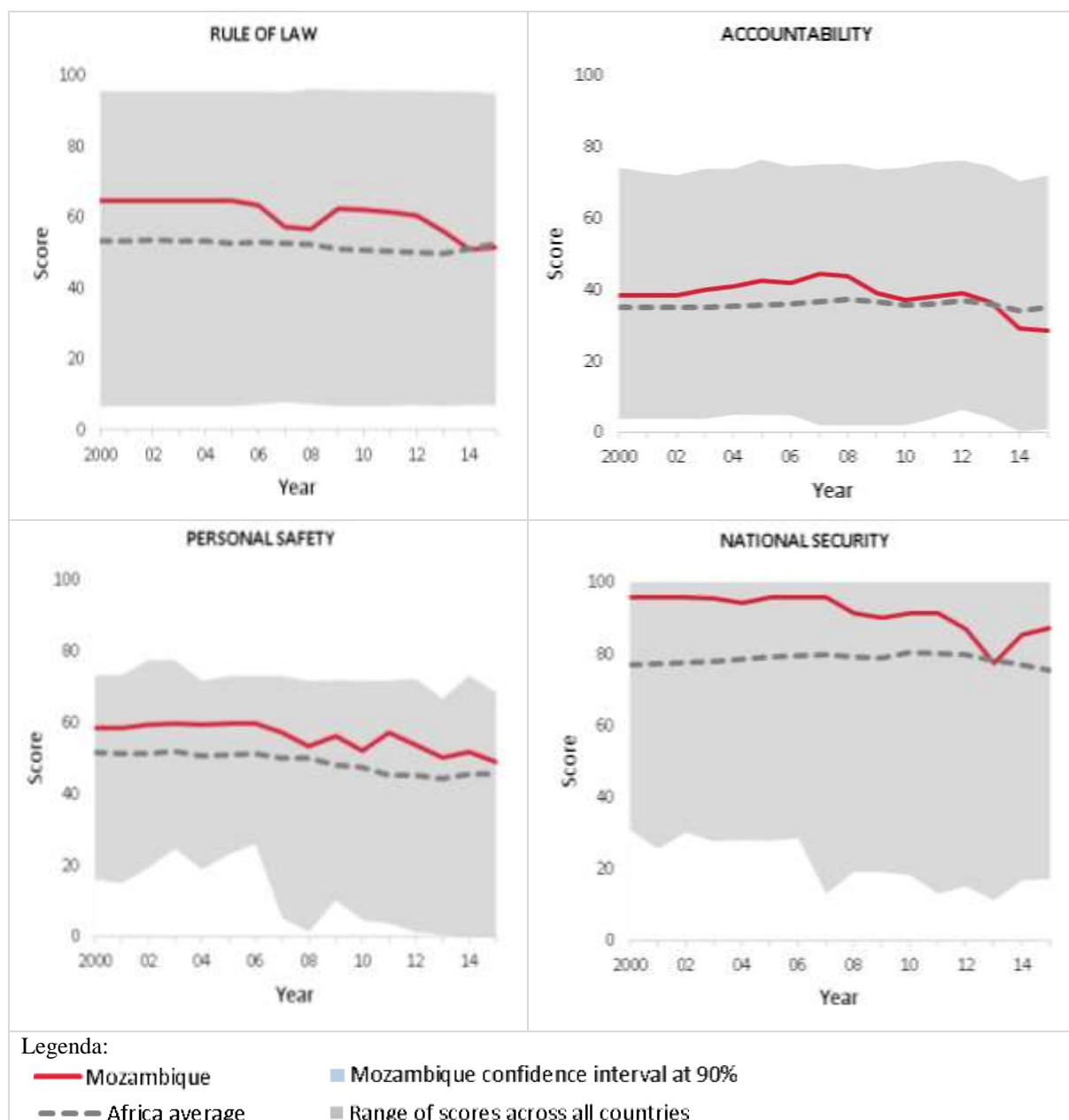
Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 8 mostra que Moçambique ocupa a posição 30 no grupo de 54 países africanos para a categoria Segurança e Estado de Direito, apresentando uma pontuação (54,0) ligeiramente superior à média africana (52,1).

Para tal, contribuíram positivamente a sua pontuação nas sub-categorias Segurança Individual (48,9) e Segurança Nacional (87,4), superiores à média africana (45,7 e 75,2, respetivamente).

No entanto, é de notar que a sua pontuação nas sub-categorias Estado de Direito (51,6) e Responsabilidade/Transparência (28,4) são inferiores à média africana (52,7 e 35,1, respetivamente).

Gráfico 4 – Tendência das 4 sub-categoria de Segurança e Estado de Direito entre 2000 e 2015, para Moçambique



Fonte: MIF (2016a)

A tabela 8 e o gráfico 4, mostram que as 4 sub-categorias – Estado de Direito, Responsabilidade/Transparência, Segurança Individual e Segurança Nacional – tendem a diminuir a sua pontuação, desde o ano de 2000. Esta degradação é particularmente visível entre o ano de 2012 e 2013, provavelmente devido à instabilidade político-militar vivida nesta altura. É de notar que a sub-categoria Responsabilidade/Transparência viveu um período de melhoria discreta mas constante

entre os anos 2000 e 2008, e a partir dessa altura tem sofrido uma queda de pontuação acentuada.

Tabela 9 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Participação e Direitos Humanos e suas sub-categorias

PARTICIPAÇÃO E DIREITOS HUMANOS					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	50,0	+4,5	+1,9	+1,0
21	MOZ	58,3	-0,6	+1,0	+1,1
PARTICIPAÇÃO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	47,9	+4,7	+2,1	+2,8
26	MOZ	55,1	-7,9	-2,0	+1,3
DIREITOS					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	46,8	+2,5	-0,2	-0,4
19	MOZ	55,2	-11,3	-7,8	+0,4
GÉNERO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	55,4	+6,6	+3,7	+1,2
16	MOZ	64,6	+17,4	+13,0	+1,6

Legenda: Δ - Tendência

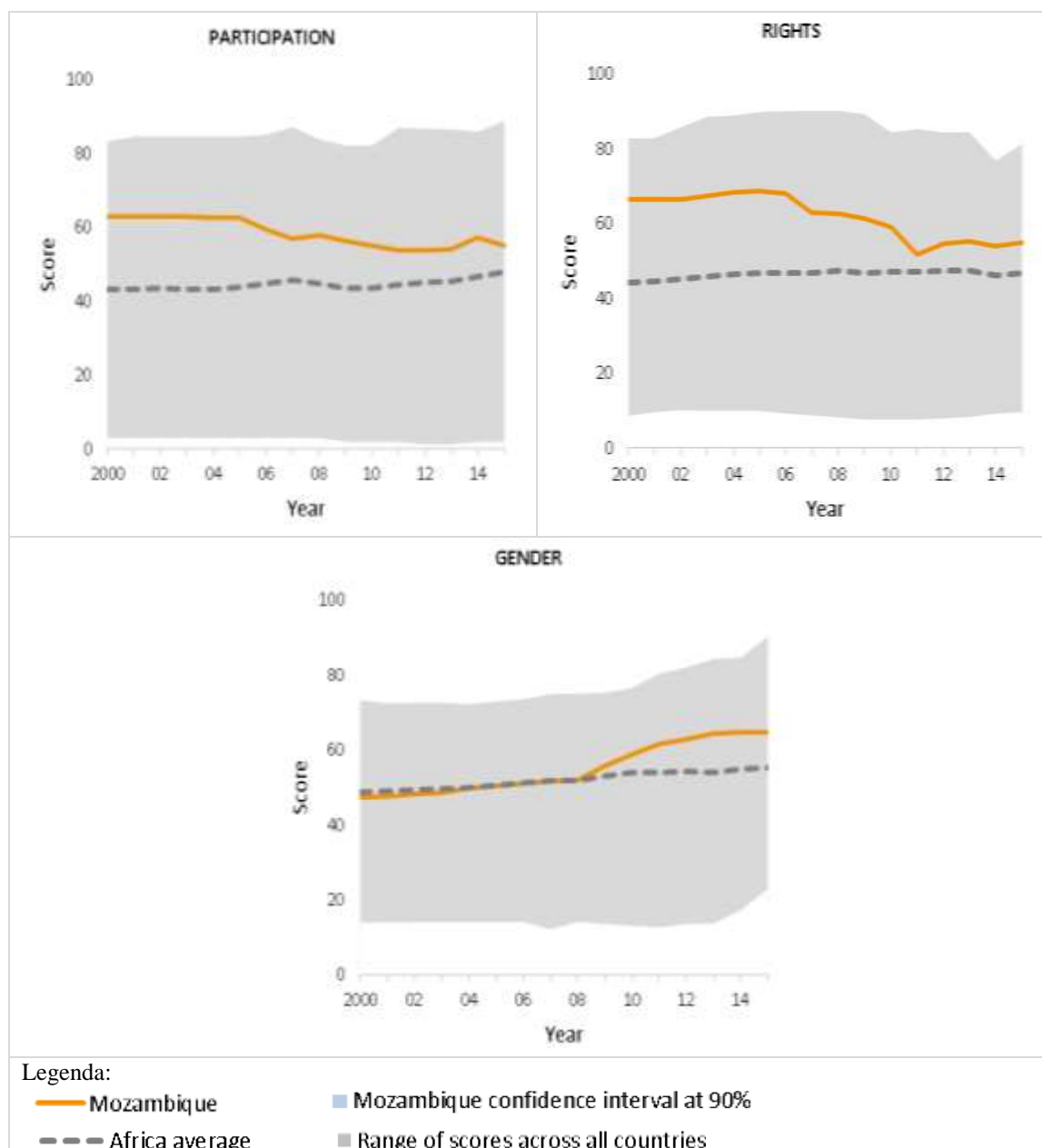
Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 9 mostra que Moçambique ocupa a posição 21 no grupo de 54 países africanos para a categoria Participação e Direitos Humanos, apresentando uma pontuação Média Alta (58,3), superior à média africana (50,0).

Para tal contribuíram as pontuações superiores à média africana em todas as sub-categorias – Participação, Direito e Género –, com especial realce na última (64,6 pontos).



Gráfico 5 – Tendência das 3 sub-categoria de Participação e Direitos Humanos entre 2000 e 2015, para Moçambique



Fonte: MIF (2016a)

O Gráfico 5 mostra que as sub-categorias Participação e Direito têm vindo tendencialmente a baixar a sua pontuação no período entre 2000 e 2015, sendo que no período entre 2011 e 2015 inverteram esta tendência, sem, contudo, terem recuperado a sua pontuação inicial.

Já a sub-categoria Género tem vindo sempre a melhorar a sua pontuação desde 2000, e de forma mais acentuada desde 2008. É de assinalar que, em 2009, Moçambique

aprovou a lei sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher, tal como referido no Capítulo II.

Tabela 10 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis e suas sub-categorias

OPORTUNIDADES ECONÓMICAS SUSTENTÁVEIS					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	42,9	+3,2	+1,0	0,0
19	MOZ	47,3	+4,1	+2,2	+0,3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	42,2	+1,6	-2,0	-0,6
13	MOZ	51,6	+4,1	+3,2	-1,3
AMBIENTE NEGÓCIOS					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	39,7	-1,8	-1,4	-1,1
26	MOZ	41,2	+2,2	-1,8	-3,9
INFRAESTRUTURAS					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	39,1	+8,6	+5,5	+2,2
33	MOZ	34,2	+2,4	+0,7	+2,4
SETOR RURAL					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	51,5	+4,3	+2,1	-0,5
10	MOZ	62,1	+7,8	+6,6	+3,8

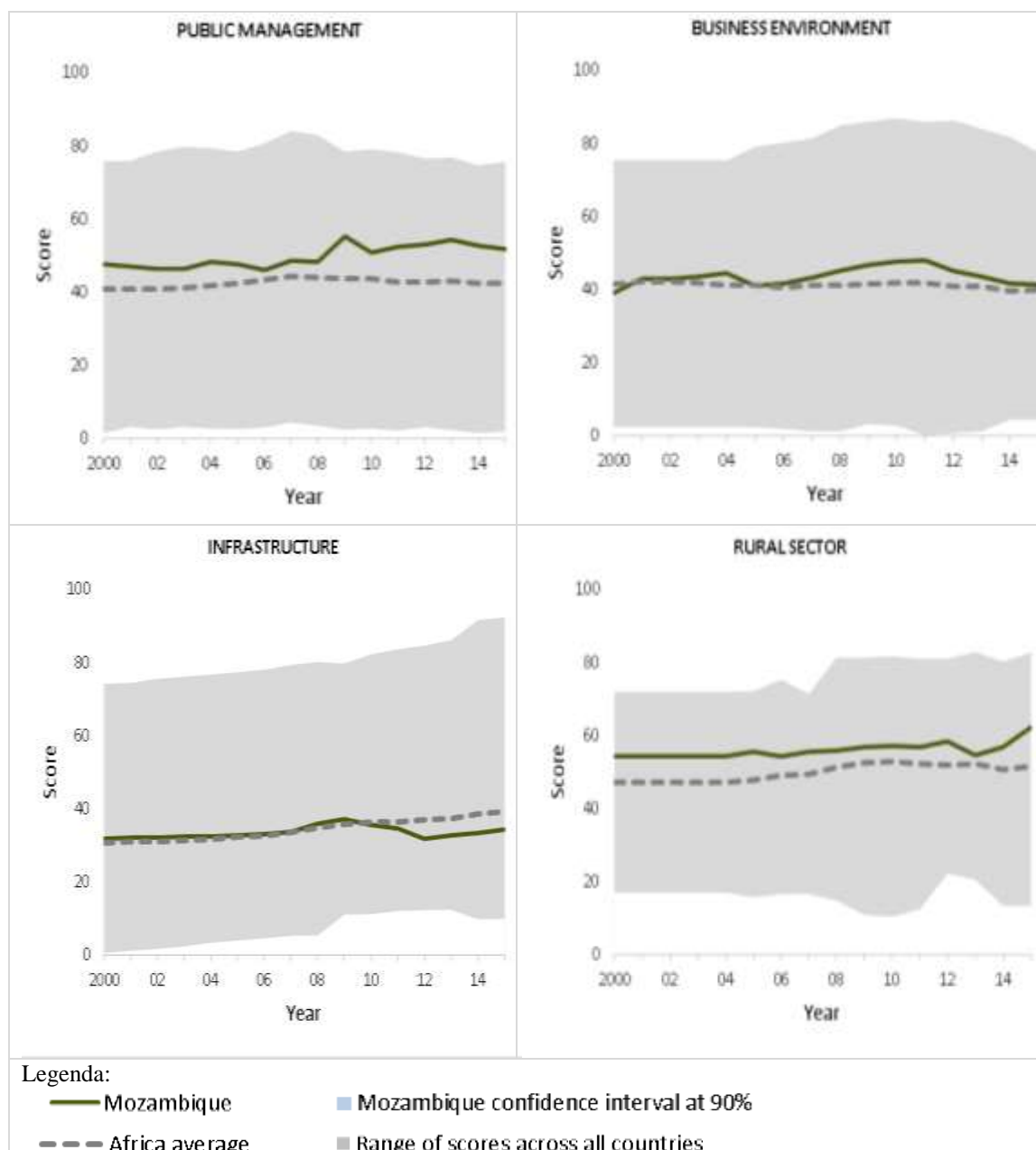
Legenda: Δ - Tendência

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 10 mostra que Moçambique ocupa a posição 19 no grupo dos países africanos para a categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis, apresentando uma pontuação (47,3), superior à média africana (42,9).

Para tal, contribuíram as pontuações superiores à média africana das sub-categorias Ambiente de Negócios, Administração Pública e Setor Rural, com especial realce nesta última (62,1 pontos). A sub-categoria Infraestruturas apresenta uma pontuação abaixo da média africana.

Gráfico 6 – Tendência das 4 sub-categoria de Oportunidades Económicas Sustentáveis entre 2000 e 2015, para Moçambique



Fonte: MIF (2016a)

O Gráfico 6 mostra que todas as sub-categorias da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis têm tendência a aumentar a sua pontuação, entre o período 2000 e 2015, sendo que, na sub-categoria Setor Rural, esta tendência permanece estável ao longo do tempo e acelera ligeiramente a partir de 2013.

É de assinalar que a sub-categoria Infraestruturas sofreu uma queda na sua pontuação entre 2009 e 2012, não tendo ainda conseguido recuperar para atingir a média

africana. Igualmente, a partir do ano 2011, o Ambiente de Negócios tem vindo a degradar-se.

Tabela 11 – Classificação, pontuação e tendência da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis e suas sub-categorias

DESENVOLVIMENTO HUMANO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	55,0	+7,7	+2,0	+0,8
39	MOZ	49,5	+6,6	+2,6	-0,5
QUALIDADE DE VIDA					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	47,4	+2,1	+1,6	+0,4
23	MOZ	48,9	-8,3	-1,2	-1,3
EDUCAÇÃO					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	47,9	+7,1	+3,0	0,0
47	MOZ	34,4	+6,3	+3,9	-3,0
SAÚDE					
Rank / 54		Score / 100	Δ 2000-2015	Δ 2007-2015	Δ 2012-2015
	Africa	69,6	+13,9	+1,3	+1,9
40	MOZ	65,3	+21,8	+5,1	+3,0

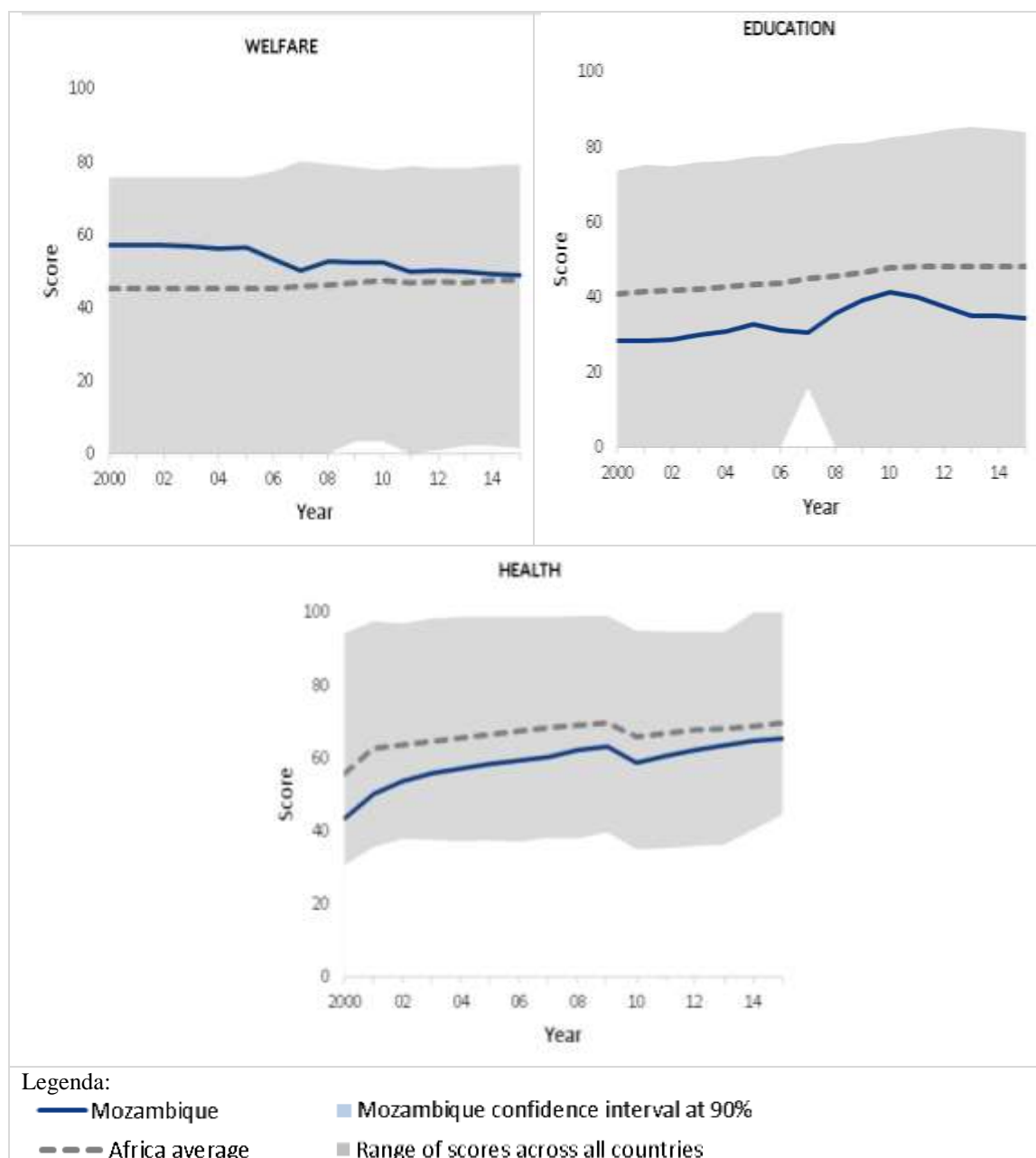
Legenda: Δ - Tendência

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 11 mostra que Moçambique ocupa a posição 39 no grupo dos países africanos para a categoria Desenvolvimento Humano, apresentando uma pontuação (49,5), inferior à média africana (55,0).

Para tal, contribuíram as pontuações inferiores à média africana das sub-categorias Saúde e Educação, com especial realce nesta última (34,4 pontos). A sub-categoria Qualidade de Vida apresenta uma pontuação (48,9) ligeiramente acima da média africana.

Gráfico 7 – Tendência das 3 sub-categoria de Desenvolvimento Humano entre 2000 e 2015, para Moçambique



Fonte: MIF (2016a)

O Gráfico 7 mostra que a sub-categoria Qualidade de Vida tem vindo sempre a piorar a sua pontuação desde o ano 2000 até ao ano 2015, apesar de se encontrar acima da linha média africana, tendendo a coincidir com esta.

A tendência da Educação entre 2000 e 2010 é de melhoria da pontuação. No entanto, a partir do ano 2010 esta tendência inverteu-se, sem que tenha atingido os níveis do ano 2000.

A sub-categoria Saúde também tem vindo sempre a melhorar, e a aproximar-se da média africana. É de assinalar que a linha de tendência moçambicana tem seguindo sempre em paralelo com a linha de tendência africana. Tal parece indicar que a sub-categoria Saúde sofre influência externa e comum aos restantes países africanos.

## 2. ANÁLISE DOS INDICADORES DO IIAG PARA MOÇAMBIQUE

Interessa agora afinar a análise anterior, pormenorizando quais os indicadores que, em cada categoria e sub-categoria, sofreram maiores melhorias e quais os que mais se degradaram. O que está espelhado nos quadros seguintes.

Tabela 12 – Indicadores com as 10 melhores pontuações em 2015

Indicadores por ordem de pontuação		2015 Score
SEGURANÇA NACIONAL	Envolvimento do Governo em Conflitos Armados	100,0
SEGURANÇA NACIONAL	Pessoas Deslocadas Internamente	100,0
GÉNERO	Leis sobre a Violência Contra as Mulheres	100,0
SEGURANÇA NACIONAL	Refugiados Políticos	100,0
ESTADO DE DIREITO	Sanções	100,0
SEGURANÇA NACIONAL	Violência por Grupos Políticos Não Estatais	98,5
GÉNERO	Participação da Mulher na Força Laboral	95,4
SETOR RURAL	Sistemas de Suporte Agrícola	83,8
SAÚDE	Mortalidade Materna	81,8
SAÚDE	Vacinação	79,2

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 12 mostra que a pontuação Alta da sub-categoria Segurança Nacional em 2015 deve-se à ausência do envolvimento do Governo em conflitos armados, sendo que 4 dos 10 indicadores com maior pontuação pertencem a esta sub-categoria. Na sub-categoria Estado de Direito, o indicador Sanções apresenta uma alta pontuação, dado que o país não sofreu sanções nesta data.

A sub-categoria Género obtém uma alta pontuação nos indicadores Leis sobre a Violência Contra as Mulheres e Participação da Mulher na Força Laboral. Outro indicador com alta pontuação foi o Sistema de Suporte Agrícola, na sub-categoria Setor Rural.

Os dois últimos indicadores dos 10 mais pontuados constam da sub-categoria Saúde referentes a Mortalidade Materna e Vacinação. O anexo 4 apresenta todos os indicadores por ordem de pontuação.

Tabela 13 – Indicadores com as 10 piores pontuações em 2015

Indicadores por ordem de pontuação		2015 Score
<b>GÉNERO</b>	Mulheres no Sistema Judicial	25,0
<b>RESPONSABILIDADE/ TRANSPARÊNCIA</b>	Investigação da Corrupção	22,2
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Acesso à Água	21,7
<b>RESPONSABILIDADE/ TRANSPARÊNCIA</b>	Corrupção no Governo e na Administração Pública	20,0
<b>RESPONSABILIDADE/ TRANSPARÊNCIA</b>	Corrupção e Burocracia	19,0
<b>RESPONSABILIDADE/ TRANSPARÊNCIA</b>	Diversificação de Fundos Públicos	19,0
<b>EDUCAÇÃO</b>	Frequência no Ensino Secundário	18,1
<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	Exclusão Social	14,3
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	Diversificação	13,0
<b>EDUCAÇÃO</b>	Frequência no Ensino Superior	9,4

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

A tabela 13 mostra que 3 dos indicadores com mais baixa pontuação em 2015 pertencem à categoria Desenvolvimento Humano, sendo que dois indicadores relacionam-se com o ensino secundário e superior e um com a exclusão social.

Quatro destes 10 indicadores com pior pontuação pertencem à sub-categoria Responsabilidade/Transparência, três deles ligados à área da corrupção.

Na categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis, os indicadores Acesso à Água e Diversificação da Administração Pública estão, também, dentro das 10 piores pontuações.

Finalmente, na categoria Participação e Direitos Humanos, sub-categoria Género, o indicador Mulheres no Sistema Judicial é o décimo com a pontuação mais baixa.

Sendo que as duas tabelas anteriores permitem conhecer os 10 melhores e piores indicadores em 2015, é relevante analisar aqueles que apresentam tendência a melhorar ou a piorar a sua pontuação, nos períodos 2000-2015, 2007-2015 e 2012-2015, na tentativa de posteriormente, nas conclusões, relacionar a tendência com a atuação dos PARPA e UNDAF.

Tabela 14 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2000 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2000-2015
GÉNERO	Leis sobre a Violência Contra as Mulheres	100,0	+75,0
SAÚDE	Tratamento Antirretroviral	67,8	+67,8
SAÚDE	Mortalidade Infantil	70,7	+41,6
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura Digital & IT	41,1	+32,7
EDUCAÇÃO	Conclusão do Ensino Primário	31,7	+31,7
GÉNERO	Equilíbrio de Género na Educação	67,6	+30,9
SAÚDE	Malnutrição	63,5	+30,0
DIREITOS	Convenções sobre Direitos Humanos	61,9	+28,6
SAÚDE	Vacinação	79,2	+28,2
SETOR RURAL	Representação Equitativa nas Áreas Rurais	58,3	+27,0

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

Tabela 15 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2007 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2007-2015
GÉNERO	Leis sobre a Violência Contra as Mulheres	100,0	+75,0
SETOR RURAL	Sistema de Suporte à Agricultura	83,8	+32,7
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura Digital & IT	41,1	+28,6
PARTICIPAÇÃO	Agências de Monitorização das Eleições	50,0	+25,0
SECURANÇA INDIVIDUAL	Tráfico Humano	50,0	+25,0
SETOR RURAL	Terra & Água Rural	64,2	+19,9
SAÚDE	Malnutrição	63,5	+19,3
SAÚDE	Mortalidade Infantil	70,7	+18,7
EDUCAÇÃO	Qualidade da Educação	33,3	+16,6
SETOR RURAL	Representação Equitativa nas Áreas Rurais	58,3	+14,5

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

Tabela 16 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores com maiores melhorias entre 2012 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2012-2015
SAÚDE	Tratamento Antirretroviral	67,8	+27,2
PARTICIPAÇÃO	Agências de Monitorização das Eleições	50,0	+25,0
QUALIDADE DE VIDA	Redução da Disparidade de Rendimento	65,8	+18,6
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	Criação de Emprego	53,9	+14,4
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura Digital & IT	41,1	+13,4
DIREITOS	Violação dos Direitos Humanos	37,5	+12,5



Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2012-2015
SETOR RURAL	Responsabilidade e Transparência Rural	60,5	+12,1
SETOR RURAL	Sistema de Suporte à Agricultura	83,8	+9,5
SETOR RURAL	Custos de Política Agrícola	45,0	+8,8
GÉNERO	Leis sobre a Violência Contra as Mulheres	100,0	+8,3

Fonte: Adaptado de 2016 MIF (2016a)

As tabelas 14, 15 e 16 permitem verificar que os indicadores com maior tendência a melhorar as suas pontuações estão relacionados com a aprovação de leis e políticas no que diz respeito ao Género, Direitos Humanos e Setor Rural, assim como com a implementação de ações concretas no terreno no que se refere à Saúde e à Educação.

É de salientar que no período entre 2012 e 2015 os indicadores da categoria Oportunidades Económicas Sustentáveis ganham relevância em relação aos anos anteriores, principalmente no Setor Rural.

Tabela 17 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2000 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2000-2015
DIREITOS	Violação dos Direitos Humanos	37,5	-62,5
SECURANÇA NACIONAL	Conflito Armado Interno	50,0	-50,0
ESTADO DE DIREITO	Transferência de Poder	33,3	-44,5
QUALIDADE DE VIDA	Política Ambiental	42,9	-42,8
PARTICIPAÇÃO	Legitimidade do Processo Político	55,6	-33,3
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Acesso à Informação	25,0	-29,2
INFRAESTRUTURA	Serviços de Água e Saneamento	38,3	-25,2
SECURANÇA INDIVIDUAL	Agitação Social	50,0	-25,0
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Responsabilidade e Transparência do Setor Público	38,1	-21,7
PARTICIPAÇÃO	Participação da Sociedade Civil	58,9	-21,5

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

Tabela 18 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2007 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	Δ 2007-2015
SECURANÇA NACIONAL	Conflito Armado Interno	50,0	-50,0
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Corrupção no Governo & Funcionários Públicos	20,0	-40,0
DIREITOS	Violações dos Direitos Humanos	37,5	-37,5
SAÚDE	Serviços Básicos de Saúde	51,3	-31,4
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Acesso à Informação	25,0	-29,2

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	$\Delta$ 2007-2015
SEGURANÇA INDIVIDUAL	Segurança do Indivíduo	40,8	-29,0
EDUCAÇÃO	Prestação de Serviços de Educação	48,2	-28,9
INFRAESTRUTURA	Serviços de Água e Saneamento	38,3	-25,2
SEGURANÇA INDIVIDUAL	Agitação Social	50,0	-25,0
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Corrupção & Burocracia	19,0	-23,9

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

Tabela 19 – Pontuação e tendência dos 10 indicadores que mais se deterioraram entre 2012 e 2015

Sub-categoria	Indicador	2015 Score	$\Delta$ 2012-2015
ESTADO DE DIREITO	Transferências de Poder	33,3	-33,4
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Acesso à Informação	25,0	-29,2
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Corrupção & Burocracia	19,0	-23,9
EDUCAÇÃO	Prestação de Serviços de Educação	48,2	-18,3
SETOR RURAL	Representação Equitativa nas Áreas Rurais	58,3	-16,7
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	Clima de Investimento	38,9	-16,7
SEGURANÇA INDIVIDUAL	Segurança do Indivíduo	40,8	-16,5
SAÚDE	Serviços Básicos de Saúde	51,3	-16,1
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	Solidez Bancária	44,0	-15,2
RESPONSABILIDADE/TRANSPARÊNCIA	Corrupção no Governo & Funcionários Público	20,0	-15,0

Fonte: Adaptado de MIF (2016a)

Os quadros 17, 18 e 19 mostram que, nos períodos entre 2000-2015, 2007-2015 e 2012-2015, os 10 indicadores que mais pioraram nas quatro categorias refletem uma degradação do sistema democrático, associada ao clima de instabilidade político-militar vivido em Moçambique. São sintomáticos os indicadores relacionados com a degradação dos serviços básicos na Saúde, Educação e Infraestruturas, assim como os que se prendem com a Segurança, Participação e Responsabilidade/Transparência, nomeadamente a corrupção.

Esta degradação geral é vivida sobretudo no período entre 2012 e 2015, onde a instabilidade passa a afetar o clima de investimento e a solidez bancária.

## CONCLUSÃO

Para a elaboração desta conclusão recupera-se a pergunta de partida que orientou a elaboração desta dissertação:

*Qual o contributo das Nações Unidas para a materialização dos direitos humanos em Moçambique, desde 1992 a 2016?*

Para responder a esta questão importa previamente enunciar três factos contextuais, discutidos no desenvolvimento desta investigação.

1. A realidade política de Moçambique consiste em 16 anos de guerra civil, seguidos de 22 anos de paz pontuada com instabilidade político-militar. Assim, a Renamo, partido da oposição, tem contestado repetidamente os resultados de diferentes consultas eleitorais, fazendo uma oposição na rua e muitas vezes recorrendo a protestos violentos e ao conflito armado. Por sua vez, o Governo da Frelimo tem respondido de forma muitas vezes considerada questionável do ponto de vista do respeito pelos Direitos Humanos.
2. Neste contexto truculento movem-se as agências das Nações Unidas, vigiando a seriedade dos processos eleitorais e prestando assistência na defesa dos Direitos Humanos, quer ao nível de garantir as liberdades fundamentais, quer no plano do desenvolvimento económico, social e cultural, passando pela melhoria da “*boa governança*”.
3. Finalmente, como foi referido no capítulo II, as taxas do PIB *per capita*, o índice de desenvolvimento humano (IDH), a desigualdade de rendimento e a esperança de vida de Moçambique ainda estão entre as piores do mundo. Moçambique é classificado pela ONU como um dos países menos desenvolvidos do planeta. Assim, o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015*, do PNUD, coloca Moçambique no 180º lugar entre 188 países (UNDP, 2015). Por sua vez, um outro relatório das Nações Unidas, intitulado *Estado dos Países Menos Desenvolvidos – 2016*, refere que, entre 2001 e 2014, 74,6% da população moçambicana encontrava-se abaixo do limiar internacional de pobreza, sendo o quarto país africano com maior percentagem neste indicador.

Desenhado este plano de fundo, passemos agora à explanação de algumas conclusões.

Assim, este estudo comprova que a ONU não tem conseguido intervir na instabilidade político-militar recente por falta de interesse do Governo de Maputo.

Por um lado, e apesar de existir um quotidiano pontuado por escaramuças armadas, com impacto em perda de vidas e bens, o Governo moçambicano não considera pertinente solicitar a intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo que este se encontra impedido de prestar assistência. O Governo chega a considerar como “*ingerência*” a participação de mediadores internacionais nas diversas negociações com a Renamo.

Importa salientar que Moçambique não dirigiu à Assembleia Geral das Nações Unidas nenhum pedido de discussão da ameaça à paz que se tem instaurado no território. O Conselho de Segurança não se pronunciou sobre a matéria porque se trata de um conflito interno, que não envolve outro Estado, mas sim um partido político em prática plena das suas atividades e representado nos diferentes órgãos<sup>23</sup> de soberania. O Governo não chegou a anunciar uma guerra civil e, por via disso, não acionou o disposto no n.º 1 do art.º 22º da Constituição da República de Moçambique, o qual dispõe: “*A República de Moçambique prossegue uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa*”. Neste sentido, salienta-se a legítima defesa, caso a desestabilização derivasse da ação de outro Estado.

Por outro lado, se é verdade que a situação da instabilidade político-militar protagonizada por elementos armados da Renamo não viola as normas de Direito Internacional, que são imperativas e devem ser observadas por todos os cidadãos, também não é menos verdade que aos partidos políticos cabe cumprir e respeitar a Constituição da República e demais normas vigorantes na ordem jurídica pátria, muito especialmente devendo escusar-se a fazer uso da força para alterar a ordem política e social e pautar o seu comportamento pelo respeito dos mecanismos constitucionais e legalmente criados.

Estas violações da ordem jurídica interna por parte da Renamo tem levado a uma resposta violenta do Governo, ambas as situações configurando ataques aos Direitos Humanos. Tal tem sido denunciado à ONU, que se vê impedida de investigar devido a resistências do Governo, tal como discutido no ponto 2 do capítulo III.

---

<sup>23</sup> A Renamo está representada na Assembleia da República, no Conselho Constitucional e demais órgãos eleitivos de representação proporcional parlamentar.

Confirma-se também que a ONU tem dado um contributo importante para a materialização dos Direitos Humanos em Moçambique em duas áreas fundamentais, embora com níveis de eficácia distintos:

- a área do processo de Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992 a 1995 e a vigilância dos sucessivos processos eleitorais,
- a área do desenvolvimento económico, social e cultural e da governação.

No tocante ao Acordo Geral de Paz entre 1992 e as primeiras eleições em 1994, é inquestionável o papel essencial e a eficácia da ONUMOZ a todos os níveis.

A ONU, através da ONUMOZ, alcançou os resultados fixados no Acordo Geral de Paz, tendo obtido a aproximação e reconciliação das partes beligerantes, mobilizou as agências humanitárias fundamentais para a proteção dos direitos humanos e especialmente levou a cabo o processo de averiguação e fiscalização da implementação do Acordo Geral de Paz, que terminou com a realização das eleições gerais. Assim, as diferentes agências das Nações Unidas que constituíam a ONUMOZ, no âmbito das suas atribuições, cooperaram de forma significativa para a recuperação do Estado de Direito e Democrático, tendo sido aprovadas diversas leis de defesa dos direitos fundamentais, *máxime* dos direitos humanos. Pode salientar-se a intervenção junto dos refugiados de guerra que viviam, no plano interno e internacional, sem emprego ou mesmo sem terra para cultivar. O repatriamento levado a cabo pela ACNUR serviu essencialmente para garantir que os deslocados e refugiados voltassem as suas zonas de origem e prosseguissem a sua vida, encontrando a assistência médica da OMS, o apoio alimentar do PMA e o atendimento especializado da UNICEF para as crianças que se encontravam em situação de risco.

Quanto à monitorização dos diferentes atos eleitorais entre 1994 e 2014, a ação das Nações Unidas tem sido constante na garantia da idoneidade dos processos e na investigação de denúncias de fraude por parte da Renamo.

Pode, pois, dizer-se que a intervenção das Nações Unidas no Acordo Geral de Paz e na monitorização dos processos eleitorais tem-se revelado eficaz.

Relativamente à área do desenvolvimento económico, social e cultural e da governação, pode dizer-se que o contributo das Nações Unidas tem sido importante, mas com níveis de eficácia desiguais.

A verdade é que, apesar do investimento em meios financeiros, humanos e materiais avultados, e da presença constante de variadas agências das Nações Unidas no

terreno desde 1994 até à data, a realidade socioeconómica e da governança de Moçambique não melhorou grandemente, tendo vindo mesmo a degradar-se, especialmente a partir de 2009. Este facto é evidenciado no capítulo IV, através da análise dos dados do Índice de Ibrahim da Governança Africana para Moçambique.

Tal como discutido no ponto 3 do capítulo III, a presente investigação mostrou que as agências das Nações Unidas têm realizado ações muito importantes nas áreas da assessoria à elaboração de documentos legislativos e planos de governação, nas áreas de oferta de serviços básicos, nomeadamente, saúde e nutrição, educação, saneamento e habitação e, com impacto sentido nos últimos anos, na área económica do setor primário. Esta última intervenção traduz-se quer em ações de formação quer em organização da produção/comercialização agrícola e piscícola sustentável.

Nesta linha, é notório o esforço das Nações Unidas de se integrar nos planos do Governo, nomeadamente os PARPA e PARP, e aperfeiçoar as metodologias da sua intervenção com vista a resultados mais integrados, vide o *Delivering as One* através dos UNDAF 2007-2011 e UNDAF 2012-2016.

Da mesma maneira, a filosofia de intervenção foi muito atualizada, na medida em que respeita a realidade local ao adaptar as tecnologias que pretende introduzir à situação concreta e aos recursos locais. Nota-se aqui um certo grau de inovação social, dado que as agências das Nações Unidas tentam deixar de “*dar o peixe*” e passar a “*ensinar a pescar*”.

Assim, do ponto vista da intervenção das Nações Unidas na área do desenvolvimento económico, social e cultural, esta tem sido sentida como eficaz, apesar de localizada e pontual, sobretudo porque, estrategicamente, é implementada junto da população e das regiões mais carenciadas e vulneráveis, e é aí que os seus êxitos têm mais impacto.

A verdade é que a ação das Nações Unidas tem sido muito afetada pela instabilidade, que se tem vindo a agravar, e pela degradação da situação global do país, mitigando os problemas mas não conseguindo resolvê-los. Torna-se, assim, imprescindível resolver o clima de instabilidade e de insegurança e dar tempo para replicar as experiências com sucesso, a nível nacional.

No que respeita à área da governança, a intervenção das Nações Unidas tem sido eficaz na assessoria à elaboração de leis, mas o funcionamento das instituições ainda é muito afetado por corrupção e pelas ineficiências dos serviços aos variados

níveis (segurança, estado de direito, administração pública e informação/formação da cidadania).

Respondendo à pergunta de partida, pode-se afirmar que a contribuição das Nações Unidas tem sido, inquestionavelmente, necessária até ao presente e continuará a ser essencial para o futuro de Moçambique, apesar da eficácia parcial e desigual de algumas das suas intervenções.

Na elaboração desta investigação evidencia-se a dificuldade de acesso a informação contida nos relatórios governamentais de avaliação das suas ações na área dos Direitos Humanos e do impacto das Nações Unidas nesta área. Foi também registada a dificuldade em aceder a dados e resultados anteriores a 2007, assim como às recomendações das Nações Unidas que foram umas aceites e outras rejeitadas pelo Governo.

Constata-se, igualmente, a falta de conhecimento sobre a regulamentação das atribuições e competências ao nível das Nações Unidas, bem como as sobreposições em termos nacionais. Existem poucos estudos de avaliação de planos estratégicos, o que impossibilitou a análise mais cuidadosa e profunda dos diversos planos no que se prende com a aplicação das ações estratégicas propostas.

Como futuras linhas de investigação, e assumindo que a intervenção das Nações Unidas em Moçambique é necessária, seria interessante estudar as formas de aperfeiçoar a sua ação, nomeadamente na interligação com os planos governamentais e numa melhor colaboração com o Governo. Finalmente, seria interessante estudar também formas de avaliação eficazes das ações das Nações Unidas, de modo a provar ao Governo as vantagens da sua replicação noutras populações e regiões do país.

## Bibliografia

- ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] (2014). *Manual de Procedimentos e Critérios Para a Determinação da Condição de Refugiado*. Online: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_criterios\\_para\\_a\\_determinacao\\_da\\_condicao\\_de\\_refugiado](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado)> (referência de 13-11-2016).
- ACNUR (2016a). *A Missão do ACNUR*. Online: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/a-missao-do-acnur/>> (referência de 13-11-2016).
- ACNUR (2016b). *Refugiados*. Online: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>> (referência de 13-11-2016).
- Ajello, A. (1995). “O Papel da ONUMOZ no Processo da Pacificação”. In: B. Mazula (ed.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group.
- Amaro, R. (2003). “Desenvolvimento - Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, pp. 35-70.
- Amato, L.F. (2014). *Sociologia dos Direitos Humanos: Diferenciação Funcional e Experimentalismo Democrático*. Online: <[http://www.academia.edu/6869003/Sociologia\\_dos\\_direitos\\_humanos\\_diferencia%C3%A7%C3%A3o\\_funcional\\_e\\_experimentalismo\\_democr%C3%A1tico](http://www.academia.edu/6869003/Sociologia_dos_direitos_humanos_diferencia%C3%A7%C3%A3o_funcional_e_experimentalismo_democr%C3%A1tico)> (referência de 30-05-2016).
- Andrade, J.C.V. (1983). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina.
- ANGOP [Angola Press]. (2014). Dados dos Cinco Estados dos PALOP. Online: <[http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/mobile/noticias/politica/2014/5/27/Dados-dos-cinco-Estados-dos-PALOP,cfb04e7-bb99-4d1f-9a5c-88586822c52f.html?version=mobile](http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2014/5/27/Dados-dos-cinco-Estados-dos-PALOP,cfb04e7-bb99-4d1f-9a5c-88586822c52f.html?version=mobile)> (referência de 10-12-2016).
- Baptista, M. (2013). “Impacto do Desenvolvimento Sustentável das Autarquias Portuguesas no Poder de Compra”. *Economia e Empresa*, nº 17.
- Bila, J. (2008). *Direitos Humanos em Moçambique*. São Paulo: DHnet.
- Bobbio, N. (1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Boutros-Ghali, B. (1996). *An Agenda for Democratization*. New York: United Nations Department of Public Information.



- Branco, L.C. (2003). “As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos”. *Nação e Defesa*, nº 105, pp. 81-101.
- Bravo, A. & Manso, J.R. (2013). “Governance And Sustainable Development: Building Capacity For Resilience in the Cities”. In: *Proceedings of the 19th APDR Workshop - “Resilient Territories: Innovation And Creativity For New Modes Of Regional Development”*, 29th November. Faro: University of Algarve.
- Brito, L. (2012). “Pobreza, «Parpas» e Governação”. In: L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.), *Desafios Para Moçambique, 2012*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 25-43.
- Brito, M. (1997). *The Relationship Between Peacekeepers, Host Governments and the Local Population*. Maputo: United Nations Institute for Research Development.
- Canotilho, J.J.G. (1993). *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina.
- Carrilho, J. (1995). “A Legislação Eleitoral em Moçambique e a Realização Política e Social”. In: B. Mazula (ed.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group.
- Carvalho, P. (2003). *Nações Unidas. Um Actor na Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Casado, F.N. (2012). *Direitos Humanos e Fundamentais*. São Paulo: Saraiva.
- Castel-Branco, C.N. (2012). “Parp 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas”. In: L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.), *Desafios Para Moçambique, 2012*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 105-115.
- Castilho, R. (2011). *Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva.
- CMM [Conselho de Ministros de Moçambique] (2001). *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2001-2005*. Maputo: República de Moçambique.
- CMM (2006). *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: República de Moçambique.
- CMM (2011). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Maputo: República de Moçambique.
- Cumbe, A.N.F. (2007). O Património Geológico de Moçambique: Proposta de Metodologia de Inventariação, Caracterização e Avaliação. Online: <[http://www.dct.uminho.pt/mest/pgg/docs/tese\\_cumbe.pdf](http://www.dct.uminho.pt/mest/pgg/docs/tese_cumbe.pdf)> (referência de 10-12-2016).
- Dennis, J. (1996). “Cementing Democracy: Institution-Building in Mozambique”. *South Africa Journal of International Affairs*, vol. 3, nº 2, pp. 1-12.

- DW (2014). *Momentos de Instabilidade Política em Moçambique - Uma Cronologia*. Online: <<http://www.dw.com/pt-002/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>> (referência de 30-11-2016).
- DW (2016). *ONU Cita Moçambique por Dificultar Defesa dos Direitos Humanos*. Online: <<http://www.dw.com/pt-002/onu-cita-mo%C3%A7ambique-por-dificultar-defesa-dos-direitos-humanos/a-19548657>> (referência de 13-12-2016).
- Filimone, C. (2015). *Celeiros Melhorados de Tipo Gorongosa*. Online: <[http://cfilimone.blogspot.pt/2015/01/celeiros-melhorados-de-tipo-gorongosa\\_21.html](http://cfilimone.blogspot.pt/2015/01/celeiros-melhorados-de-tipo-gorongosa_21.html)> (referência de 10-12-2016).
- Henrique, J.M. (1990). *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher.
- Hill, M.M & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário*. 2ª ed. Lisboa: Sílabo.
- Hoppe, H. (2013). *Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises.
- Hume, C. (1994). *Ending Mozambique's War. The Role of Mediation and Good Offices*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- INE [Instituto Nacional de Estatística] (1998). *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997*. Maputo / Calverton: Instituto Nacional de Estatística / Macro International Inc.
- Jafar, J.S. (2014). *Análise Sócio-Histórica sobre a Guerra Civil em Moçambique, 1976-1992: Uma Abordagem Holística*. Montepuez: Universidade Pedagógica.
- KPMG (2015). *Evaluation of UNDAF 2012-2016 – Final Report*. Maputo: KPMG.
- Lewis, D. & James, R. (2000). “Joined-up Justice: Review of the Public Sector Ombudsman in England”. In: *The International Ombudsman Yearbook*, vol. 4, pp. 109-140.
- Luhmann, N. (2014). *A Sociological Theory of Law*. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Routledge.
- Lusa (2016). *Moçambique Garante já ter Cumprido Maioria das Recomendações Sobre Direitos Humanos*. Online: <[http://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-garante-ja-ter-cumprido-maioria-das-recomendacoes-sobre-direitos-humanos\\_n889310](http://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-garante-ja-ter-cumprido-maioria-das-recomendacoes-sobre-direitos-humanos_n889310)> (referência de 19-01-2016).
- Madsen, M.R. & Verschraegen, G. (2013a). *Making Human Rights Intelligible: An Introduction to a Sociology of Human Rights*. Oxford: Hart.
- Madsen, M.R. & Verschraegen, G. (2013b). *Making Human Rights Intelligible: Towards a Sociology of Human Rights*. Oxford: Hart.

- Marinho, I.F.P. (2005). *O Direito de Asilo na União Europeia: problemas e soluções – Algumas reflexões em sede do quadro geral da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto do Refugiado*. In: *Estudos de Direito Europeu e Internacional dos Direitos Humanos*. Coimbra: Almedina.
- Mazula, B. (1995). “As Eleições Moçambicanas: Uma trajetória da paz e da Democracia”. In: B. Mazula (ed.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group.
- Mendes, J.C. (1977). Direitos, Liberdades e Garantias: Alguns Aspectos Gerais. In: Jorge Miranda (coord.), *Estudos Sobre a Constituição*. Vol. I. Lisboa: Livraria Petrony, pp. 93-114.
- MICOA [Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental]. (2002). *Plano de Acção Nacional de Combate à Seca e à Desertificação*. Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- Miranda, J. (2009). *Curso de Direito Internacional Público*. 4ª ed. rev. e atual. Lisboa: Princípia.
- Miranda, J. & Medeiros, R. (2005). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora.
- MIF [Mo Ibrahim Foundation] (2016a). *2016 Ibrahim Index of African Governance*. Online: <<http://mo.ibrahim.foundation/iiag/downloads/>> (referência de 13-12-2016).
- MIF (2016b). *A Decade of African Governance, 2006-2015 – Index Report*. Online: <[http://s.mo.ibrahim.foundation/u/2016/10/01184917/2016-Index-Report.pdf?\\_ga=1.45853292.950996365.1483974797](http://s.mo.ibrahim.foundation/u/2016/10/01184917/2016-Index-Report.pdf?_ga=1.45853292.950996365.1483974797)> (referência de 13-12-2016).
- Moçambique (1990). *Constituição da República de Moçambique*. Online: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176043/000472176.pdf?sequence=3>> (referência de 13-12-2016).
- Moçambique (2004). *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Boletim da República, I Série, n.º 51, de 22 de Dezembro.
- Moçambique (2009). *Relatório de Avaliação do Impacto do PARPA II, 2006-2009*. Maputo: República de Moçambique.
- Nabais, J.C. (1989). “Os Direitos Fundamentais na Jurisprudência do Tribunal Constitucional”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXV, pp. 61-120.
- Neves, A.C. (2017). *Discurso de Tomada de Posse do Presidente da CDHQSAN, Alfredo Castanheira Neves*. Online: <<https://portal.oa.pt/ordem/comissoes-e-institutos/comissao-dos-direitos-humanos-questoes-sociais-e-assuntos-da-natureza/noticias-e-actividades/discurso-de-tomada-de-posse-do-presidente-da-cdhqsan-alfredo-castanheira-neves/>> (referência de 18-09-2017).

- Ngokwey, N. (coord.). (2010). *UN System Aid Effectiveness in Mozambique. A Delivering as One Pilot Country Experience*. Maputo: United Nations Mozambique.
- Nkamate, S. (2014). “A Luta Pela Afirmação dos Direitos Humanos em Moçambique: Os Avanços e os Retrocessos”. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol. 11, nº 20, pp. 225-231.
- Oliveira, E.S. (2012). *Direitos Humanos*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- ONU [Organização das Nações] (1945). *Carta da ONU*. Online: <[http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer\\_file/document/14320/Carta\\_das\\_Na\\_\\_es\\_Unidas.pdf](http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na__es_Unidas.pdf)> (referência de 13-12-2016).
- ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Online: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)> (referência de 13-12-2016).
- ONU (1960). *Resolução 1514 de ONU Sobre a Descolonização*. Online: <<http://macua.blogs.com/files/a-resolucao-1514-de-onu-sobre-a-descolonizacao1.pdf>> (referência de 13-12-2016).
- ONU (2016a). *History of the United Nations*. Online: <<http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/index.html>> (referência de 13-12-2016).
- ONU (2016b). *What We Do*. Online: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/index.html>> (referência de 13-12-2016).
- ONU (2016c). *Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others*. Online: <<http://www.un.org/en/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/index.html>> (referência de 13-12-2016).
- ONU News (2015). *Nações Unidas Celebram 40 Anos de Parceria em Moçambique*. Online: <<https://news.un.org/pt/story/2015/09/1524461-nacoes-unidas-celebram-40-anos-de-parceria-em-mocambique>> (referência de 13-12-2016).
- ONU-RM [ONU e República de Moçambique] (2012). *Plano de Ação do Quadro da ONU para Assistência ao Desenvolvimento de Moçambique 2012-2015*. Maputo: ONU e República de Moçambique.
- OUA [Organização da Unidade Africana] (1981). *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. Online: <[http://www.achpr.org/files/instruments/achpr/achpr\\_instr\\_charter\\_por.pdf](http://www.achpr.org/files/instruments/achpr/achpr_instr_charter_por.pdf)> (referência de 02-10-2016).
- Patrício, A. (1979). *O Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Lisboa: Ministério da Justiça (Separata do Boletim do Ministério da Justiça, n.º 280).

- Pavia, J.F. (2012). “A Multi-Track Diplomacy na Prevenção e Resolução dos Conflitos em África: O Caso de Moçambique”. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 6/7, pp. 11-50.
- Pereira, D.F. (2013). “O Sistema de Sanções da ONU e Sua Relação com os Direitos Humanos”. *Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior*, ano V, edição II, pp. 70-79.
- Piovesan, F. (1999). *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limond.
- PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Sarlet, I. W. (2006). *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Silva, R. (2014). *Direitos Humanos em Moçambique no Bom Caminho, diz a ONU*. Online: <<http://www.dw.com/pt/direitos-humanos-em-mo%C3%A7ambique-no-bom-caminho-diz-onu/a-17397009>> (referência de 02-10-2016).
- Siqueira, P.H. (2012). *Teoria do Direito*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Soares, A.A. (1988). *Lições de Direito Internacional Público*. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- UN-OHRLLS [United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States] (2016a). *State of the Least Developed Countries 2016. Follow up of the Implementation of the Istanbul Programme of Action for the Least Developed Countries*. New York: UN-OHRLLS.
- UN-OHRLLS (2016b). *About LDCs*. Online:<<http://unohrlls.org/about-ldcs/>>(referência de 29-11-2016).
- UPDH [Unidos Pelos Direitos Humanos] (2016). *Uma Breve História dos Direitos Humanos*. Online: <<http://br.humanrights.com/what-are-human-rights/brief-history/>> (referência de 11-12-2016).
- UNDP [United Nations Development Programme] (2015). *Human Development Report 2015 – Work for Human Development*. New York: United Nations Development Programme.
- UNRCO (2012). *Delivering as One in Mozambique: The Second Generation. Results, Relevance and Resources*. Online: <[http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&source=hp&biw=&bih=&q=%29.+Delivering+as+One+in+Mozambique%3A+The+Second+Generation.+Results%2C+Relevance+and+Resources&gbv=2&oq=%29.+Delivering+as+One+in+Mozambique%3A+The+Second+Generation.+Results%2C+Relevance+and+Resources&gs\\_l=heirloom-](http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&source=hp&biw=&bih=&q=%29.+Delivering+as+One+in+Mozambique%3A+The+Second+Generation.+Results%2C+Relevance+and+Resources&gbv=2&oq=%29.+Delivering+as+One+in+Mozambique%3A+The+Second+Generation.+Results%2C+Relevance+and+Resources&gs_l=heirloom-)>

hp.3...1550.1550.0.1783.1.1.0.0.0.70.70.1.1.0....0...1ac.2.34.heirloom-  
hp..1.0.0.kM95QASP3\_0 > (referência de 14-12-2016).

World Bank (2016). *Who We Are*. Online: <<http://www.worldbank.org/en/who-we-are>> (referência de 10-12-2016).

Zinne (2012). *ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Online: <<http://zinneonline.blogspot.pt/2012/03/odm-objetivos-de-desenvolvimento-do.html>> (referência de 11-12-2016).

Zuppi, D.M. (1995). “A Comunidade de Santo Egídio no Acordo Geral de Paz”. In: B. Mazula (ed.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group.

**Anexo 1 – Indicadores, linhas de base, metas, parceiros, agências e recursos alocados por estas, para cada *output***

Objectivos Nacionais:									
Resultados	Indicadores, linha de base, meta	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos	Principais parceiros	Agências NU	Recursos indicativos			
						Total	Core/regular	Outros / extra-orçamental	Fundos a ser mobilizados
UNDAF resultado estratégico 1: Grupos vulneráveis (com enfoque para mulheres) demandam e asseguram a produção e produtividade no sector primário de modo a melhorar a sua própria segurança alimentar									
<b>Resultado 1.1</b> MINAG, MP, MIC e SETSAN formulam, políticas, estratégias e planos sobre segurança alimentar, produção e produtividade com base em informação estatística harmonizada e desagregada	Indicador 1: Existência de um Plano director de estatísticas agrárias.	Meta: Plano director de estatísticas agrárias- MINAG		MINAG MP MIC INE SETSAN	FAO	1,200	500	200	500
	Linha de Base: Não (2011) Meta: Sim (2015)				PMA	2,660	0	0	2,660
					IFAD	3,000	3,000	0	0
	Indicador 2: No. de levantamentos anuais de SAN a nível nacional e provincial	Linha de base/Meta: Relatórios de levantamento de SAN- SETSAN			PNUD	1,000	600	0	400
					UNWOMEN	100	0	0	100
					TOTAL	7,960	4,100	200	3,660
Linha de Base: 3 (nível nacional) (2011) Meta: 3 (nível nacional), 5 (nível provincial) (2015)									

<b>Resultado 1.2</b> Camponeses do sector familiar usam, de forma sustentável, melhores técnicas agrárias	Indicador 1: No. total de escolas na Machamba do Camponês (EMC) graduadas  Linha de Base: 230 escolas (2011) Meta: 3,300 (2015)	Relatórios FAO, IFAD e MINAG e dos SDAE's dos distritos cobertos	Pressupostos: Disponibilidade de extensionistas agrários do MINAG para receberem formação na metodologia EMC  Estabilidade de preços de insumos agrícolas	MINAG MINED OSC	FAO	28,900	700	3,200	25,000		
	Indicador 2: % de mulheres membros das escolas Linha de Base: 50% (2011) Meta: 65% (2015)	Relatórios FAO, IFAD e MINAG e dos SDAE's dos distritos cobertos			IFAD	9,000	9,000	0	0		
					TOTAL	37,900	9,700	3,200	25,000		
<b>Resultado 1.3</b> Camponeses do sector familiar usam técnicas melhoradas de manejo e conservação dos produtos agrícolas para diminuição das perdas pós-colheita	Indicador 1 : No. de camponeses do sector familiar formados em técnicas melhoradas de pós colheita (desagregado por sexo) que armazenam os seus produtos em celeiros melhorados  Linha de Base: 1,000 camponeses (2011) Meta: 5,000 camponeses (2015)	Relatórios FAO,WFP, IFAD e MINAG	Pressupostos: Facilidade de acesso por parte dos camponeses a materiais para construção de celeiros melhorados	MINAG MIC OSC	FAO	2,000	0	0	2,000		
					PMA	588	0	0	588		
					IFAD	6,000	6,000	0	0		
					UNIDO	200	30	0	170		
					TOTAL	8,788	6,030	0	2,758		
	Indicador 2: No. de camponeses do sector familiar formados em técnicas melhoradas de pós colheita (desagregado por sexo) que fornecem milho e feijões de grau A ao PMA e outros compradores.  Linha de Base: 6,000 camponeses (2011) Meta: 30,000 camponeses (2015)	Relatórios FAO,WFP, IFAD e MINAG									



<b>Resultado 1.4</b> Membros das comunidades rurais, em particular mulheres, conhecem os seus direitos à terra	Indicador 1: No. de comunidades rurais informadas sobre os seus direitos à terra com o apoio de paralegais	Relatórios FAO, UNFPA e MINAG	Pressupostos: Paralegais com capacidade de comunicar nas línguas locais	MINJUS (CFJJ) MAE (DNPDR) MMAS OSC	FAO	2,300	0	1,800	500	
	Linha de base: 70 comunidades (2009) Meta: 130 comunidades (2015)				IFAD	250	250	0	0	
	Indicador 2: No. de mulheres de comunidades rurais informadas sobre os seus direitos à terra.	Relatórios FAO, UNFPA e MINAG	Chefias dispostas a permitir maior participação feminina		FNUAP	1,270	550	50	670	
					TOTAL	3,820	800	1,850	1,170	
<b>Resultado 1.5:</b> Pescadores artesanais e comerciantes de pescado usam técnicas melhoradas para aumentar, de forma sustentável, a quantidade de pescado e melhorar a sua qualidade	Indicador 1: No. de pescadores artesanais e comerciantes de pescado a beneficiar de mercados de primeira venda	Relatórios PROPESCA do IFAD (semestrais e anuais), relatórios FAO e Ministério das Pescas	Pressupostos: Facilidade de acesso por parte dos pescadores a materiais e aprestos de pesca	MP/IDPPE MP/INAQUA	FAO	4,200	0	1,300	2,900	
	Linha de base: 5,000 pescadores e 330 comerciantes (2011) Meta: 45,000 pescadores e 2,500 comerciantes (2015)				IFAD	9,300	9,300	0	0	
						UNIDO	200	20	0	180
						TOTAL	13,700	9,320	1,300	3,080

UNDAF resultado estratégico 2: Grupos vulneráveis acedem a oportunidades para o aumento de rendimentos e melhoria das condições de vida com enfoque especial no emprego digno.									
<b>Resultado 2.1</b> <b>Micro, Pequenas e Médias Empresas seleccionadas (MPMEs) nas 5 províncias mais pobres, adoptam práticas de gestão e de negócios orientadas para o mercado e cadeias de valo</b>	Indicador 1: % de MPMEs beneficiárias com contratos assinados com base na abordagem de negócios inclusivos.	Linha de base/Meta : Relatórios do IPEME	Pressupostos: Políticas e estratégias que propiciam o desenvolvimento de MPMEs operacionais nas cinco províncias	MIC (DNI, INNOQ IPEME, IPEX) MITUR (INATUR) LEDAs CSOs	OIT	2,400	0	0	2,400
	Linha de base: 0% (2011) Meta: 30% (2015)				FNUAP	500	200	0	300
		UNCTAD			850	0	100	750	
	Indicador 2: % de MPMEs beneficiárias que operacionalizam os respectivos planos de negócio devido à abordagem de negócios inclusivos.	PNUD			7,000	1,000	0	6,000	
		UNESCO			500	100	0	400	
		UNIDO			3,392	0	0	3,392	
	Linha de base: 0% (2011) Meta: 75% (2015)	PMA			2,439	0	0	2,439	
		ACNUR			500	350	0	150	
	Indicador 3: % de aumento de vendas das MPMEs beneficiárias.	ITC			464	64	0	400	
		TOTAL			16,440	1,504	100	16,440	
Linha de base: A ser determinada Meta: 40% (2015)									

<b>Resultado 2.2</b> MPMEs nas 5 províncias mais pobres têm acesso a modelos efectivos de mercado e sistemas de informação	Indicador 1: % de MPMEs que recebem trimestralmente o boletim provincial de informação sobre negócios e mercados nas cinco províncias.	Boletins de informação provinciais sobre negócios e mervados	Pressupostos: Existência de infra-estruturas apropriadas para a disseminação de informação para o nível local	IDPP SIMA MIC MPD MITUR LEDAs CSOs	PNUD	1,050	650	0	400		
	Linha de base: A ser definida Meta: A ser definida				UNIDO	3,702	742	0	2,960		
					UNESCO	410	360	0	50		
	Indicador 2: % de MPMEs contribuindo para os boletins nas cinco províncias.	Boletins de informação provinciais sobre negócios e mervados			PMA	1,084	0	620	464		
					IFAD	11,500	11,500	0	0		
					ITC	539	64	0	475		
	Linha de base: A ser definida Meta: A ser definida				TOTAL	19,535	14,066	620	4,849		
<b>Resultado 2.3</b> IMFs seleccionadas providenciam produtos de micro finanças cada vez mais inclusivos e alinhados com as necessidades dos grupos vulneráveis	Indicador 1: % de MPMEs beneficiárias reembolsam totalmente o micro-crédito recebido	Relatórios das IMFs beneficiárias	Pressuposto Clarificação do papel de liderança em microfinanças entre o Ministério das Finanças e o MAE	MAE-DNPDR MF MMAS	OIT	600	0	50	550		
	Linha de base: 70% (2011) Meta: 95% (2015)				FNUAP	400	100	0	300		
					PNUD	2,000	1,000	0	1,000		
	Indicador 2: % PSFs beneficiárias a nível provincial que atingem a auto-suficiência operacional (lucrativa)	Relatórios das IMFs beneficiárias			UNCDF	3,600	1,600	0	2,000		
					ACNUR	250	150	0	100		
					TOTAL	5,950	2,350	50	3,550		
	Indicador 3: % de MPMEs beneficiárias utilizando pelo menos 1 produto financeiro durante o ciclo do UNDAF	Relatórios das IMFs beneficiárias									

	Linha de base: 0% (2011) Meta: 100% (2015)								
<b>Resultado 2.4</b> MITRAB e ministérios chave dispõem do conhecimento para operacionalizar estratégias e políticas de emprego decente e sensível ao gênero em coordenação com outros parceiros relevantes.	Indicador 1: % de Técnicos de Emprego treinados em questões de gênero no emprego e em princípios de emprego decente	Relatórios do MITRAB	Pressupostos: Ministérios Chave engajados na adoção e implementação de políticas e estratégias de emprego decente que são sensíveis ao gênero	MICULT MITUR MTRAB MINAG MIC	OIT	880	0	0	880
	Linha de base: 0% (2011) Meta: 100% (2015)	Política e Estratégia oficialmente publicada			UNICEF	2,400	1,000	300	1,100
					OIM	240	0	0	240
					UNESCO	215	65	50	100
					ITC	528	64	0	464
					TOTAL	4,263	1,129	350	2,784
Indicador 2: Número de instrumentos de política, de ministérios econômicos chave incorporando emprego decente									
Linha de base: 0 (2011) Meta: 5 (2015)									
<b>Resultado 2.5</b> MITRAB e MINED institucionalizam currícula de formação vocacional baseado em competências em setores prioritários	Indicador 1: % de graduados dos cursos de formação vocacional absorvidos pelo mercado	Relatórios dos Centros de Emprego	Assumptions: The existence of a adequate structures to operationalize competency base vocational training curriculum	MITRAB MINED	OIT	1,120	0	0	1,120
	Linha de base: N/E (2011) Meta: 60% (2015)	Relatórios do MINED			UNIDO	629	629	0	0
					UNESCO	140	40	50	50
					ACNUR	750	500	0	250
					FAO	1,000	200	0	800
					TOTAL	3,639	1,369	50	2,220
Indicador 2: Número de escolas oferecendo módulos de formação vocacional									
Linha de base: 200 Meta: 500									

UNDAF resultado estratégico 3: Gestão efectiva e sustentável dos recursos naturais e redução de riscos de desastre beneficiando toda a população em Moçambique, particularmente as populações mais vulneráveis									
<b>Resultado 3.1: INGC e MICOA adoptam política operacional e quadro regulatório integrados para coordenação efectiva e implementação de Redução de Risco de Desastres e Mudanças climáticas</b>	<b>Indicador 1:</b> Número de códigos de construção relevantes para riscos climáticos e de calamidades são melhorados, actualizados e/ou completados com os regulamentos e políticas adequados.  Linha de base: 0 (2011) Meta: 3 (2015)		<b>Risco:</b> Processo de reforma institucional resulta em mudança de mandatos inesperados;  <b>Pressupostos:</b> Compromisso claro do MICOA e INGC na promoção integrada de RRD e AMC	INGC MICOA	PNUD	3,813	1,890	400	1,523
					UNICEF	300	0	0	300
					OMS	1,000	0	200	800
					UN WOMEN	1,200	350	0	850
					ONUSIDA	160	0	0	160
					UN HABITAT	898.6	60	30	808.6
					TOTAL	7,371.6	2,300	630	4,441.6
	<b>Indicador 2:</b> Lei e regulamentação de gestão de calamidades e Plano de acção nacional para os Mudanças Climáticas aprovados e em implementação  Linha de base: Não (2011) Meta: Sim (2015)	Meta: Boletim da república- Governo de Moçambique							
	<b>Indicador 3:</b> Presença do género nas políticas, estratégias, planos, relatórios e orçamentos (novos e revistos) do INGC e MICOA  Linha de base: Limitado (2011) Meta: Em todos documentos relativos DRR e AMC (2015)	Meta: Qualitative Study- UN WOMEN							

<b>Resultado 3.2: Comunidades locais participam em acções de redução de riscos de desastre e gestão de recursos naturais, em distritos de risco</b>	Indicador 1: No. de comités comunitários de gestão de riscos e gestão de recursos naturais criados e legalizados  Linha de base: 10 CGRN criados; 6 legalizados (2010) Meta: 80 (2015)	Meta: Balanço anual do PES-MPD	Pressuposto: Comitês locais consultados eficientemente pela administração e envolvidos no processo de tomada de decisão  Risco: Falta de liderança nos comités locais	MINAG INGC MICOA NGOs CBOs	PMA	900	0	0	900
					PNUD	16,719	2,470	4,744	9,505
					FAO	3,100	300	0	2,800
					UNIDO	3,750	15	0	3,735
					OIM	1,500	0	0	1,500
					FNUAP	160	60	0	100
						80	0	0	80
					UNESCO				
					UN HABITAT	1,243.6	50	30	1,240
						6,000	0	0	6,000
					UNEP	33,452.6	2,895	4,774	25,783.6
TOTAL									
<b>Resultado 3.3: MINAG, INGC e MICOA têm sistemas de gestão de informação e de monitoria de desastres, uso de recursos naturais e ambiente integrados</b>	Indicador 1: No. de relatórios de aviso prévio e monitoria nacionais (clima, agrário, ambiente e desastres) elaborados atempadamente, com base em dados credíveis e exactos por ano  Linha de base: 2 por ano (2011) Meta: 6 por ano (2015)	Meta: Relatorios de aviso previo e monitoria campanha agricola - MINAG, Relatorios de aviso previo e monitoria- INGC	Pressuposto: Informação de Aviso prévio chega e usada pelos tomadores de decisão  Risco: Sectores do GOM sem capacidade de	MINAG INGC MICOA	PMA	1,733	0	0	1,733
					PNUD	6,020	2,260	400	3,360
					FAO	1,700	220	1,330	150
					UN	360.6	50	0	310.6

			manter as conexões internas (TIC) necessárias ao sistema		HABITAT	200	0	0	200
	Indicador 2: Base de dados nacionais de ambiente e de risco de desastres disponível e desagregada até ao distrito				UNESCO	10,013.6	2,530	1,730	5,753.6
	Linha de base: Não (2011) Meta: Yes (2015)	Meta: Relatório anual- MINAG			TOTAL				
	Indicador 3: % de províncias a implementar sistemas de gestão de informação de recursos naturais								
	Linha de base: 0% (2011) Meta: 30% (2015)								
<b>Resultado 3.4: Comunidades em áreas propensas a desastres beneficiam efectivamente de acções de prontidão, assistência humanitária e recuperação rápida</b>	Indicador 1: % comunidades que contam com levantamento das necessidades num período de 72 h após a emergência.	Meta: Relatório anual -INGC	Pressuposto: Estruturas existentes podem ser melhoradas e incrementadas	MAE MINAG MISAU MMAS MINED MINT MICOA MOPH CBOs NGOs	PMA	27,770	0	0	27,770
	Linha de base: 0% (2011) Meta: 100% (2015)		Plano de contingência disponível incluindo operacional		PNUD	4,000	0	0	4,000
	Indicador 2: % de distritos em risco com equipas de resposta rápida (COE and health)	Linha de Base/Meta: Relatório de resposta às emergências- INGC	Risco: Análise de dados limitada		FAO	1,000	0	0	1,000
	Linha de base: 69% (2010) Meta: 85% (2015)		Desastre de alta magnitude		UNICEF	300	0	0	300
					OIM	800	0	800	0
					OMS	10,000	0	2,000	8,000
					UN HABITAT	943.6	40	30	903.6
					FNUAP	140	40	0	100



		Linha de Base/Meta: Relatório do HCT-UN			ACNUR	800	0	800	0
					UNEP	400	400	0	0
					TOTAL	46,153.6	480	3,600	42,073.6
	Indicador 3: % das necessidades identificadas (alimentos, itens não alimentares) das pessoas afectadas, cobertas de acordo com normas internacionais, atempadamente, por modalidade/ tipo, sexo e grupo etário  Linha de base: 30% Meta: 100								
<b>Resultado 3.5: Quadro legal, político, regulamentar e de planeamento territorial para a gestão sustentável de recursos naturais reforçado</b>	Indicador 1: Nº planos de ordenamento territorial (provinciais e distritais) aprovados  Linha de base: 6 planos (2011) (TBC) Meta: 30 planos (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório anual-MICOA	Risco: Processo de reforma institucional resulta em mudança de mandatos inesperados	MINAG MICOA	FAO	1,000	150	570	280
					UN HABITAT	553.6	50	0	503.6
					PNUD	4,608	830	2,316	1,462
					UNIDO	1,420	20	0	1,400
					UNEP	780	210	70	500
					TOTAL	8,362.1	1,260	2,956	4,146.1



National Development Priorities or Goals:									
Resultados	Indicadores, linha de base, meta	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos	Principais Parceiros	Agencias das Nações Unidas	Recursos indicativos <sup>7</sup>			
						Total	Fundos próprios	Outros / Extra-orçamental	A ser mobilizados
UNDAF Resultado 4: n/a									
<b>Output 4.1</b>  MOPH assegura a qualidade no planeamento e gestão de sustentabilidade das fontes de abastecimento de água, serviços de saneamento e assentamento humano com base em alianças estratégicas.	<b>1. # de cidades que implementam a estratégia de intervenção dos assentamentos informais</b>  Baseline: 0 (2010) Target: 5 (2015)	Informe Semestral do Conselho de Ministros sobre a Implementação da Estratégia de Intervenção nos Assentamentos Informais	Risco: crescimento populacional ultrapassa disponibilidade de serviços  Pressuposto: Vontade e compromisso do Governo com vista a priorizar o sector da água e saneamento	MOPH, MISAU MINED MICOA ONGs/OBC Sector Privado	UNICEF	6,800	2,000	0	4,800
					UN HABITAT	3,500	0	1,500	2,000
	OMS	5,000			0	1,000	4,000		
	TOTAL	15,300			2,000	2,500	10,800		
	<b>2. % de execução física e financeira dos planos e orçamentos do subsector de abastecimento de água a saneamento.</b>  Baseline: Financeira: < 50%, Física: <30% (2011)	Meta: Relatório de Execução Orçamental (REO) - Ministry of Finance and PRONASAR Annual Implementation Financial Report – National Water Directorate (DNA)							

	Target: Física & Financeira > 90% (2015)								
Output 4.2: Grupos vulneráveis tem acesso a água potável e infra-estruturas sanitárias em áreas rurais e peri-urbanas de províncias seleccionadas	<p><u>Indicador - 1</u>: Nº de pessoas adicionais com acesso a infra-estruturas melhoradas de abastecimento de água (rural e peri-urbana) em 6 províncias alvo</p> <p><u>Linha de Base</u> (2010): 1) Global: Rural: 9.1 M Urbano: 4.4 M Total: 13.5 M</p> <p>2) Províncias Alvo: Manica: (Rural 855,200) Sofala: (Rural 770,700) Tete: (Rural 983,000) Nampula: (Rural 1,3 M) Gaza: (Rural 731,900) C. Delgado: (Rural 972,500)</p> <p><u>Metas</u> (2015): 1) Global: Rural: 12.6 M Urbano: 6.2 M Total: 18.9 M</p> <p>2) Províncias Alvo: Manica: (Rural 1.05 M)</p>	Meta: Joint Annual Review report – National Water Directorate (DNA).	Pressupostos: Compromisso político para assegurar a coordenação intersectorial (MOPH, MISAU, MICOA, MINED)	MOPH FIPAG MISAU MINED MICOA ONGs/CBOs Sector Privado: Utentes & Famílias:	UNICEF	30,200	6,000	6,000	18,200
					ACNUR	750	550	0	200
					<b>TOTAL</b>	<b>30,950</b>	<b>6,550</b>	<b>6,000</b>	<b>18,400</b>

<p>Sofala: (Rural 970,700) Tete: (Rural 1.18M) Nampula: (Rural 1,4 M) Gaza: (Rural 781,900) C.Delgado: (Rural 1.02M)</p> <hr/> <p><u>Indicador - 2:</u>Nº de pessoas adicionais com acesso a infra-estruturas melhoradas de saneamento (rural e peri-urbana) em 6 províncias alvo. <u>Linha de Base (2010):</u> 1)Global: Rural:6.3M Urbano:3.5M Total:9.8M</p> <p>2)Províncias Alvo: Manica: Sofala Tete Nampula Gaza C.Delgado</p> <p><u>Metas (2015):</u> 1)Global: Rural: 8.4M Urbano: 4.8M Total: 13.2M</p> <p>2)Províncias Alvo: Manica: (&gt;200.000) Sofala:(&gt;200.000) Tete: (&gt;200.000) Nampula:(&gt;50.000)</p>	<p>Meta: Joint Annual Review report – National Water Directorate (DNA).</p>								
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

	Gaza:(>50.000) C.Delgado:(>50.000)								
<b>Output 4.3:</b>  O MMAS em colaboração com outros sectores chaves gere e coordena um programa sustentável de protecção social de maneira mais integrada	1. Nº de reuniões anuais do Conselho Nacional de Segurança Social Básica  Linha de Base: 0 (2011) Meta: 3 per year (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório Anual- INAS	<b>Pressupostos:</b> Participação efectiva de todos os actores chaves no Conselho Nacional de Segurança Social Básica	MMAS INAS INAR SETSAN CEDSIF OSCI	PMA	800	0	0	800
					UNICEF	4,280	280	600	3,400
	2. Nº de Programas desenhados/revistos de acordo com a ENSSB assegurando a colaboração dos outros sectores e seus programas  Linha de Base: 2 (2011) Meta: 7 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório Anual- INAS			OIT	700	0	300	400
					<b>TOTAL</b>	<b>5,780</b>	<b>280</b>	<b>900</b>	<b>4,600</b>
<b>Output 4.4:</b>  O MMAS operacionaliza os instrumentos e mecanismos para uma maior eficácia e abrangência dos programas de protecção social a todos	3. % do aumento do investimento no sector da Segurança Social Básica através do Orçamento do Estado e do SWAP  Linha de Base: 0% (2011) Meta: 100% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório Anual do PES- MPD	<b>Pressupostos:</b> Disponibilidade contínua de formadores ao nível descentralizado	MMAS INAS INAR MF MPD	OIT	1,250	0	530	720
					PMA	15,000	0	3,500	11,500

os níveis	pelo INAS usando o novo sistema de informação e gestão.		Boa articulação entre o INAS e o CEDSIF		UNICEF	9,540	1,320	900	7,320
	Linha de Base: 0 (2011) Meta: 4 (2015)				ACNUR	880	680	0	200
	2. Nº de famílias recebendo assistência através dos Programas novos e/ou revistos em implementação	Linha de Base/Meta: Relatório Anual- INAS	Apropriação destes mecanismos pelos diferentes sectores e pelos diferentes níveis territoriais (incluindo as comunidades)		TOTAL	26,670	2,000	4,930	19,740
	Linha de Base: 257,754 (2011) Meta: 690,512 (2015)								
	3. % beneficiários dos programas de segurança social básica cujos casos são monitorados e complementados com serviços de apoio	Linha de Base/Meta: Relatório Anual- INAS							
	Linha de Base: 0% (2011) Meta: 60% (2015)								
<b>Output 4.5-</b> Instituições de educação em parceria com as comunidades aplicam uma abordagem holística na implementação de serviços de educação de qualidade nos distritos mais vulneráveis	<b>Indicador 1</b> Taxa de conclusão do EP2 (ensino primário completo; EPC) desagregado por sexo nos distritos seleccionados.	Meta: Estatística de Educação – Aproveitamento Escolar Ano N – 1-MINED e relatórios de avaliação intermédia e finais	<b>Pressupostos:</b> Vontade e compromisso do GoM a aceitarem e implementar reformas e alianças multisectoriais	MINED Obras Publicas, MISAU, MMAS, MIN, MINJUS, ONGs	UNESCO	1,640	490	450	700
	<u>Linha de base</u> EP2 / total: 49,6% (2010); EP2 / rapariga (total): 45,4% (2010);								
					UNICEF	28,000	3,000	2,000	23,000

	EP2 / rapaz (total): 53,9% (2010)  <u>Meta</u> EP2 / total: 59,6% (2015); EP2 / rapariga (total): 55,4% (2015); EP2 / rapaz (total): 63,9% (2015)		.		FNUAP	800	100	200	500
	<u>Indicador 2</u> % de escolas com pelo menos cinco componentes básicas integradas e em funcionamento de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos nos distritos seleccionados.  <u>Linha de base</u> : 0% (2011)  <u>Meta</u> 75% (2015)	Meta: Relatórios Estatísticos dos Serviços Distritais de Educação (SDEJT);	-		OMS	230	30	0	200
	<u>Indicador 3</u> % de crianças (desagregado por sexo) das EP1 e EP2 recebendo alimentação escolar nos distritos seleccionados.  <u>Linha de Base</u> 195,500 (2011)  <u>Meta</u> – 300.000 (2015)	Meta: Evidência documental nas escolas, Relatórios estatísticos dos serviços distritais de educação, juventude e tecnologia			ACNUR	1,080	880	0	200
					PMA	25,400	0	0	25,400
					<b>TOTAL</b>	<b>57,150</b>	<b>4,500</b>	<b>2,650</b>	<b>50,000</b>
<b>Output 4.6-</b> Ministério da Educação tem padrões e mecanismos de implementação de serviços de educação de qualidade a todos os níveis.	<u>Indicador 1</u> % of primary schools in selected provinces/districts complying with national school quality standards	Meta: Inquérito Especial sobre os padrões de qualidade nas escolas do MINED	<b>Pressupostos:</b>  Medir e disseminar os resultados relativos a qualidade de	MINED  INDE, UP, UEM, MMAS	UNESCO	1,597	592	110	895
					UNICEF	9,800	7,800	0	2,000

	<p>Linha de Base:0 % (2011)</p> <p>Meta: 50% (2015)</p> <p><u>Indicador 2</u></p> <p>% of primary school in-service teachers trained following the revised national teacher training curriculum in selected districts</p> <p>Linha de Base: 0% (2011)</p> <p>Meta: 70% (2015)</p>	<p>Linha de Base/Meta:Estatísticas sobre formação de professores-MINED</p>	<p>ensino / aprendizagem;</p> <p>Comprometimento do Governo na inclusão de resultados dos modelos testados e das boas práticas adquiridas na implementação dos programas integrados nas políticas e estratégias sectoriais a nível nacional</p>		<p>FNUAP</p> <p>OMS</p> <p>PMA</p> <p>TOTAL</p>	<p>1,100</p> <p>170</p> <p>800</p> <p>13,467</p>	<p>300</p> <p>20</p> <p>0</p> <p>8,712</p>	<p>100</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>210</p>	<p>700</p> <p>150</p> <p>800</p> <p>4,545</p>
<p><b>Output 4.7:</b></p> <p>O Ministério de saúde tem melhorados recursos humanos, financiamento para a saúde, produtos médicos e tecnologias, sistema de informação e liderança para a provisão de serviços e cuidados de saúde de qualidade em particular para os grupos mais vulneráveis.</p>	<p>1.% do plano de necessidades de contraceptivos financiado pelo Orçamento de Estado/PROSAUDE II</p> <p>Linha de base: 0% (2010)</p> <p>Meta: 10 % (2015)</p> <p>2. % de distritos com Boletins Epidemiológicos Semanais enviados atempadamente a nível central</p> <p>Linha de base: 85. % (2009)</p>	<p>Linha de base: Plano de monitoria da Estaregia de PF-MISAU</p> <p>Meta: Relatório anual do balanço do PES- MPD</p> <p>Linha de base: Departamento Epidemiologia-MISAU</p> <p>Meta: BES report-MISAU</p>	<p><b>Pressupostos:</b></p> <p>Os pilares do sistema de saúde necessários para a provisão de serviços e cuidados de saúde adequadamente priorizados</p> <p>Manter o Planeamento Familiar como uma prioridade chave da SRH</p> <p>Manter o</p>	<p>Governo – MISAU</p> <p>ONGs TEBA</p>	<p>UNFPA</p> <p>UNICEF</p> <p>WHO</p> <p>OIM</p> <p>TOTAL</p>	<p>22,000</p> <p>8,400</p> <p>4,700</p> <p>240</p> <p>35,340</p>	<p>2,120</p> <p>2,100</p> <p>700</p> <p>0</p> <p>4,920</p>	<p>12,000</p> <p>750</p> <p>1,000</p> <p>0</p> <p>13,750</p>	<p>7,880</p> <p>5,550</p> <p>3,000</p> <p>240</p> <p>16,670</p>



	<p>Meta:100 % (2015)</p> <hr/> <p>3.% de províncias que reportam ausência de rotura de stock de 3DFC para TB no último dia do trimestre</p> <p>LB: 27% (2010) Meta: 100% (2015)</p> <hr/> <p>4. Nº de APEs treinados em exercício no país (tentar extrapolar a % de comunidades e numero de habitantes servidos)</p> <p>Linha de base: 180 (2010) Meta: 2,300 (2015)</p>	<p>Linha de base/ Meta: Relatório do CMAM - MISAU</p> <hr/> <p>Linha de Base: relatório do DEPROS Meta: Relatório do programas de APEs- MISAU</p>	<p>programa dos APEs como uma prioridade chave para melhorar a saúde ao nível comunitário</p> <p>Riscos: Frac gestão, M&amp;A dos gestores dos programas</p> <p>O número e a distribuição de recursos humanos treinados fora das necessidades em especial ao nível descentralizado</p>						
<p><b>Output 4.8:</b></p> <p>Unidades sanitárias em distritos mais desfavorecidos aumentam a cobertura das intervenções preventivas e curativas a nível primário e de referência ao nível para as crianças menores de cinco anos.</p>	<p>1. % Crianças vacinadas contra DPTHePBHib3</p> <p>Linha de base: 71% (2010) Meta 90% (2015)</p> <hr/> <p>2. % de crianças de 0-59 meses com diarreia nas ultimas duas semanas que receberam líquidos e continuaram a amamentação</p> <p>Linha de base: 46% (2008 MICS) Meta: 65% (2015)</p>	<p>Linha de Base:QAD- MISAU Meta: DHS/ MICS-INE</p> <hr/> <p>Linha de Base/ Meta: DHS/ MICS-INE</p>	<p><b>Pressupostos:</b> Todas as unidades do nível primário implementando o AIDI</p>	MISAU; ONGs/CSO	OMS	3,000	0	1,000	2,000
					UNICEF	14,000	3,500	1,250	9,250
					TOTAL	17,000	3,500	2,250	11,250



	3. % de unidades sanitárias que implementam a estratégia AIDI  Linha de base: 80% (2009) Meta: 98% (2015)	Linha de Base: QAD- MISAU Meta: Relatório anual de balanço do PES- MPD							
<b>Output 4.9:</b> Unidades sanitárias nas cinco províncias mais desfavorecidas aumentam a cobertura dos serviços integrados de saúde sexual e reprodutiva de qualidade e sensíveis ao género desde o nível primário ao nível de referência.	1. Nº de US que prestam COEmB e C/500.000 habitantes no último trimestre  Linha de base: 3.8 (2009) Meta: 4/500.000 (2015)	Linha de Base: QAD- MISDAU Meta: Relatório anual de balanço do PES- MPD	SSR é uma prioridade para o MISAU e os Parceiros de Cooperação.  Principais intervenções da SSR/Saúde materna implementadas e expandidas	MISAU ONGs/CSO	FNUAP	8,000	1,760	1,600	4,640
					OMS	3,270	200	1,270	1,800
	2. % de novas utentes em métodos modernos de Planeamento Familiar  Linha de base 13.9% (2009) Meta: 20% (2015)	Linha de Base: QAD-MISAU Meta: Relatório anual de balanço do PES- MPD (SIS-MISAU)							
	3. % de mulheres grávidas que recebem pelo menos 2 doses de TIP dentre as utentes das consultas pré-natais  Linha de base: 67% (2009) Meta: 90% (2015)	Linha de Base: SIS-MISAU Meta: Relatório anual de balanço do PES- (SIS-MISAU)			<b>TOTAL</b>	<b>11,270</b>	<b>1,960</b>	<b>2,870</b>	<b>6,440</b>

	<p>4. Cobertura de consulta pos-parto</p> <p>LB: 70.3% (2010)</p> <p>Meta: TBD (2015)</p>	<p>Linha de Base: SIS- MISAU</p> <p>Meta: Relatório anual de balanço do PES- (SIS- MISAU)</p>								
--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--

<b>Output 4.10:</b> Unidades sanitárias nas sete províncias mais desfavorecidas fornecem intervenções chave para o controle e prevenção da outras doenças transmissíveis e não transmissíveis direccionadas as crianças e mulheres grávidas.	1. % de crianças de idade escolar a risco de morbilidade por schistosomíase das províncias seleccionadas que receberam tratamento preventivo	Linha de Base: Relatorio do departamento de doenças negligenciadas Meta: Relatório campanha de desparasitacao de schistosomíase- MISAU	<b>Pressupostos:</b> Coordenação eficaz dos actores aos níveis centrais e provinciais	MISAU MICOA INAV Governos Distritais Municípios;	UNICEF	5,600	1,400	500	3,700
		OMS			8,400	1,100	1,520	5,780	
	<b>TOTAL</b>	<b>14,000</b>			<b>2,500</b>	<b>2,020</b>	<b>9,480</b>		
	2. Proporção de crianças menores de 5 anos de idade com malária confirmada que receberam antimaláricos de acordo com a política nacional dentro de 24 horas de início de sintomas	Linha de Base/ Meta: DHS/ MICS-INE							
	LB: 23% (2008 MICS) Meta: 50% (2015)								
	3. Prevalência dos factores de risco para as doenças crónicas não transmissíveis (consume de risco do álcool e tabaco)	Linha de Base/ Meta: Relatório do STEPS 123 (estudo de avaliação dos factores de risco das DNT)- MISAU							
	Linha de base: Tabaco: 18,7%, Álcool: 38.2% (2005) Meta: Tabaco: <15%, Álcool: <30% (2015)								

<b>Output 4.11:</b> MISAU & SETSAN em coordenação com outros parceiros asseguram o acesso à intervenções de qualidade de serviços de nutrição e segurança alimentar para crianças e as suas famílias	1. Taxa de mortalidade por desnutrição aguda grave em crianças menores de 5 anos no internamento  Linha de base: 11.8% (2010) Meta: ≤4% (2015)	Linha de Base/ Meta: Relatório anual do Dpto. de Nutrição/ MISAU	<b>Pressupostos:</b> Disponibilidade de transporte  <b>Riscos:</b> Rotura de stocks devida à falha persistente da cadeia de suprimentos no MISAU incluindo o fornecimento de produtos	MISAU parceiros clínicos SETSAN	OMS	3,495	0	380	3,115
					UNICEF	14,000	3,500	1,250	9, 250
	2. % de centros de saúde que oferecem programa de apoio nutricional para mulheres grávidas e lactantes  Linha de base (2010): 0%; Meta: 2% (2015)	Linha de Base/ Meta: Relatório anual do Dpto. de Nutrição/ MISAU			UNESCO	3,175	975	450	1,750
					FAO	980	0	0	980
					WFP	23,582	0	0	23,582
	3. % de crianças de 6-59 meses que receberam 2 doses de vitamina A  Linha de base (2010): 79% (estudo pós-cobertura ronda da Semana Nacional de Saúde) Meta: ≥ 85% (2015)	Linha de Base/ Meta: Relatório anual do Dpto. de Nutrição/ MISAU			TOTAL	45,232	4,475	2,080	38,677
	4. Número de distritos implementando o pacote mínimo do PAMRDC (Plano de acção multisectorial de redução da desnutrição crónica)  Linha de base: 0 (2011) Meta: 38 (2015)	Linha de Base/ Meta: Relatório anual do Dpto. de Nutrição/ MISAU							

<b>Output 4.12:</b> MISAU aumenta a cobertura de serviços de qualidade de cuidados e tratamento e suporte para pessoas vivendo com HIV e SIDA e pacientes com Tuberculose, em particular aqueles com necessidades não atendidas	1. % de doentes com TB aconselhados e testados para HIV  LB: (2008): 84% Meta: (2015) >=87%	Meta: Relatórios mensais e anuais do Departamento de HIV/SIDA-MISAU	<b>Pressuposto:</b> coordenação eficaz dos actores dos níveis de coordenação centrais e provinciais	MISAU CSO	OMS	3,000	0	1,000	2,000		
	2. # de Unidades Sanitárias a nível nacional que oferecem serviços de TARV de acordo as normas mais recentes (desagregado por províncias e por serviço para adultos e/ou crianças)  LB: (2010): 226 , dos quais 222 também para crianças (MISAU) Meta: (2015): TBD	Meta: Relatórios mensais e anuais do Departamento de HIV/SIDA-MISAU			UNICEF	7,000	1,750	625	4,625		
					UNAIDS	400		200	200		
					PMA	9,055	0	0	9,055		
					<b>TOTAL</b>	<b>19,455</b>	<b>1,750</b>	<b>1,825</b>	<b>15,880</b>		
3.% de pacientes HIV+ e/ou TB malnutridos de idade igual ou superior a 15 anos que receberam apoio nutricional  LB: ( 2010): 50%; Meta: 70% (2015)	Relatório anual do Dpto. de Nutrição/ MISAU										

Output 4.13: As instituições de prevenção do HIV fornecem um serviço de qualidade com ênfase aos grupos mais vulneráveis à infecção	1.# e % de unidades sanitárias com CPN que oferecem regime de PTV seguindo as normas mais recentes (desagregado por província)	Meta: Relatórios mensais e anuais do Departamento de SMI-MISAU	Riscos: Rotura de stocks ou falhas na distribuçao de medicamentos, testes e outros	MISAU	OMS	3,495	0	380	3,115
	LB: 919, 86% (2010), MISAU Meta: 1,063, 100% (2015)			MINED MJD	UNICEF	7,000	1,750	625	4,625
	2.2% de Mulheres Grávidas e crianças HIV+ que recebem profilaxia para redução da transmissão vertical (desagregado por regime de PTV)	Meta: Relatórios mensais e anuais do Departamento de SMI-MISAU	Recursos humanos inadequatos a demanda crescente de servicos	MINT MMAS	UNAIDS	1,000		800	200
	LB: MISAU, 60.5% (mulheres), 51% (crianças)* <sup>8</sup> (2010) Meta: 90%, mulheres e crianças (2015)			CNCS	UNESCO	3,175	975	450	1,750
	3.Número de homens circuncidados desagregado por idade e província	Meta: Relatórios mensais e anuais do departamento de HIV/SIDA Ronda de Vigilância epidemiológica- MISAU	Involvimento das famílias e comunicades insuficiente	MITRAB	FNUAP	1,262	0	262	1,000
				MTC ECOSIDA	OIT	976	0	500	476
				SINTRAP	OIM	800	0	320	480
				MdN	TOTAL	17,708	2,725	3,337	11,646
				UGC CSO Youth Association s					
				TEBA					
				ASSOTSI					
	ADEL								

	<p>4.% de jovens entre 15-24 anos aconselhados e testados em HIV (ATS e SAAJ)</p> <p>LB: Mulheres – 23.0%; Homens – 10.0% (INSIDA 2010)</p> <p>Meta: TBD</p>	<p>Meta: Relatórios mensais e anuais do MISAU</p> <p>Inquéritos: INSIDA</p>							
	<p>5.Rácio de preservativos disponibilizados em relação as necessidades estimadas (desagregado por província e distrito)</p> <p>LB: 59.4% (2010)</p> <p>Meta: 75% (2015)</p>	<p>Meta: Relatórios do MISAU-CMAM (Central de Medicamentos e Assistência Médica)</p>							
	<p>6.Proporção de indivíduos que relataram utilizar o preservativo na última relação sexual (desagregado por sexo e grupo etário)</p> <p>LB: Mulheres 15-24 anos (45.2%) INSIDA (2009), Homens 15-24 anos (43.5%); INSIDA (2009)</p> <p>Meta: Mulheres: 65%, Homens:</p>	<p>Meta: Inquéritos Nacionais, p.e. IDS, INCOME, INSIDA</p>							

	65% (2015)								
	7.# de trabalhadores com acesso a informação para prevenção e direitos no trabalho  LB: 9,000 (2010) Meta: 27,000 (2015)	Linha de Base: Relatorio de Assistencia Social para os Funcionarios e Agentes do Estado do Sector da Educação  Meta: Relatórios de progresso dos parceiros							
<b>Output 4.14</b> O organismo nacional de coordenação da resposta ao HIV/SIDA coordena efectivamente a estratégia nacional multisectorial do HIV e SIDA a níveis central e descentralizado	1. # de províncias e distritos que tem forúns multi-sectoriais de coordenação incluindo o Governo e a Sociedade Civil LB: 2 (2011) Meta: 7 (2015)	Meta: Relatórios anuais do CNCS; Relatórios dos sectores;	<b>Pressupostos:</b> Integração das questões de HIV e SIDA nos planos e orçamentos dos sectores  <b>Riscos:</b> Fluxo de informação e alimentação do sistema de dados interrompido	CNCS, MISAU	OMS	350	0	100	250
				MF	UNAIDS	5,000	4,000		1,000
				MAE					
				MPD	<b>TOTAL</b>	<b>5,350</b>	<b>4,000</b>	<b>100</b>	<b>1,250</b>
	2.# de comités provinciais e distritais de HIV e SIDA que utilizam os novos sistemas de monitoria nos seus relatórios  LB: Meta: 40 Distritos (2015)	Meta: Relatórios de avaliação conjunta anual		CSO					
	3.% do orçamento da resposta			Sector privado					



	nacional para o HIV para o qual fundos estão disponíveis  LB: 39% (MEGAS) (2010) Meta: TBD	Meta: MEGAS (Medição de Gastos em HIV e SIDA) Relatórios anuais do CNCS Relatórios de avaliação conjunta anual							
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

National Development Priorities or Goals:									
Resultados	Indicadores, linha de base, meta	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos	Principais parceiros	Agencias NU	Recursos indicativos <sup>9</sup>			
						Total	Core/regular	Outros / extra-orçame ntário	To be mob. (fundin g gap)
UNDAF Resultado 5: <u>UNDAF RESULTADO 2:</u> Grupos vulneráveis demandam, acedem e usam serviços sociais de qualidade e prestados com equidade.									
Output 5.1:  As comunidades mais vulneraveis nas províncias seleccionadas usam de maneira efectiva as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento	<u>Indicador -1:</u> <i>% da população que usa infra-estruturas melhoradas de abastecimento de água (rural e peri-urbana) em 6 provincias alvo.</i>  <u>Linha de base (2008 MICS):</u> Manica:32.0% Sofala: 48% Tete: 34.2% Nampula: 43.1% Gaza: 60.7% C.Delgado:29.9%	Meta: Relatórios dos inquéritos aos agregados familiares (INE, Inquéritos do sector –Estudo de base de PRONASAR).	<u>Pressupostos:</u> Sector privado local activo	MISAU MINED ONGs/OBC  Sector Privado Utentes & Familias	UNICEF  UN HABITAT  OMS  UNV	11,000  1,500  3,000  120	2,000  0  0  120	1,500  500  1,000  0	7,500  1,000  2,000  0

<sup>9</sup> Resource commitments will depend on the ability of UN agencies/organizations to raise funds for the programme—this must be noted in the table in section 5 of the UNDAF Action Plan text on Resources and Resource Mobilization. For additional information about the common budgetary framework, please see Annex 3 (introduced in October 2010).

	<p><u>Meta: tbd</u></p> <p><u>Indicador -2:</u> % da população que <u>usa</u> infra-estruturas melhoradas de <u>saneamento</u> (rural e peri-urbana) em 6 províncias alvo.</p> <p><u>Linha de base (2008 MICS):</u> Manica:14,2% Sofala:22% Tete:3,4% Nampula:15,2% Gaza:23,8% C.Delgado: 5,6%</p> <p><u>Meta: tbd</u></p>				TOTAL	15,620	2,120	3,000	10,500
<p><b>Output 5.2:</b></p> <p>As pessoas que sofrem da exclusão social e económica maximizam os benefícios do sistema da protecção social com assistência complementar.</p>	<p>1. No. de crianças acedendo a serviços de cuidados alternativos de qualidade de acolhimento institucional</p> <p>Linha de Base: N/A <sup>10</sup> Target:3,000 (2015)</p> <p>2. Nº de beneficiários acedendo serviços de qualidade de apoio psico-social, apoio jurídico e assistência alimentar de acordo com os requisitos mínimos</p>	<p>Meta: Base de dados do MMAS sobre cuidado institucional</p> <p>Linha de Base/Meta: Relatorios anuais de MMAS, WFP e UNICEF</p>	<p><b>Pressupostos:</b> O encaminhamento dos beneficiários entre os programas é bem coordenado pelas diferentes instituições, particularmente a nível distrital</p> <p><b>Riscos:</b> Demora na alocação de</p>	<p>MMAS/INAS</p> <p>INAR</p> <p>MINED</p> <p>MISAU</p> <p>MIJUS</p> <p>MINT</p> <p>MINAG</p> <p>MAE</p>	<p>PMA</p> <p>UNICEF</p> <p>ACNUR</p> <p>OIM</p> <p>TOTAL</p>	<p>26,000</p> <p>14,700</p> <p>4,330</p> <p>50</p> <p>45,080</p>	<p>0</p> <p>1,500</p> <p>2,530</p> <p>0</p> <p>4,030</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>1,000</p> <p>50</p> <p>1,050</p>	<p>26,000</p> <p>13,200</p> <p>800</p> <p>0</p> <p>40,000</p>

<sup>10</sup> Baseline will only be available at the end of the year as a mapping process is currently underway

	<p>Women: 50% (2015) Men: 50% (2015)</p> <hr/> <p><u>Indicador 2</u> # de programas e iniciativas de educação integrada para jovens e adultos nos distritos seleccionados em funcionamento</p> <p><u>Linha de Base:</u>0 <u>Meta:</u> 5</p>	<p>is a nível distrital</p> <hr/> <p>Meta: Relatórios de monitoria e avaliação intermédia e finais</p>							
<p><b>Output 5.4:</b> Grupos vulneráveis em províncias seleccionadas conhecem os principais factores de risco relacionados com a saúde, segurança alimentar e nutrição.</p>	<p>1. % de agregados familiares que usam sal adequadamente iodado</p> <p>Linha de base: 25% (2008) Meta: 80% (2015)</p>	<p>Linha de Base:MICS-INE Meta: IDS e MICS</p>	<p><b>Pressuposto:</b> A criação de demanda e a sensibilização das comunidades são intervenções fundamentais</p> <p>Compromisso político para a realização de Campanhas de PF com mensagens dirigidas aos jovens.</p> <p>Continuidade e liderança do Governo no Programa</p>	<p>MISAU MMAS SETSAN MINED MCJ ONG</p>	FNUAP	4,000	120	2,400	1,480
					UNICEF	8,300	3,200	100	5,000
	<p>2. % de crianças menores de 6 meses que recebem aleitamento exclusivo</p> <p>Linha de base: 37% (2008) Meta: 60% (2015)</p>	<p>Linha de Base:MICS-INE Meta: IDS e MICS</p>			OMS	1,010	30	380	600
	<p>3. % de agregados familiares com uma qualidade de dieta (Pontuação de Consumo Alimentar) aceitável Linha de base: 40% (2009/10);</p>	<p>Linha de Base:MICS-INE Meta: (IDS – MICS)</p>			TOTAL	13,310	3,350	2,280	7,080

	Meta: 60% (2015)		Geração Biz						
	4. % de Adolescentes de 15-19 anos que são mães ou estão grávidas do primeiro filho (desagregado por rural/urbano)	Linha de Base: MICS-INE Meta: IDS – MICS)	Risco: Pouco dificuldade em garantir a mudança de comportamento em ambientes em que é necessário iniciar a mudança de normas socioculturais						
	Linha de base: 41%; (Rural: 49%-Urbano: 32%) (2008) Meta: Nacional Rural: 35%-Urbano: 20% (2015)								
<b>Output 5.5:</b>  Comunidades seleccionadas adoptam normas socio-culturais que reduzam a vulnerabilidade e risco de infecção pelo HIV em raparigas e mulheres	1 N° de mulheres e homens de 15-19 anos que reportam o uso de preservativos na primeira relação sexual	Linha de Base: INSIDA (2009)	Risco: dificuldade em garantir a mudança de comportamento em ambientes em que é necessário iniciar a mudança de normas socioculturais	MJD, MINED, MMAS MIJUT CNCS ARPAC/MIS AU (IMT) TEBA FBOs CSO CBOS	UNICEF	6,100	2,300	0	3,800
	LB: Mulheres (23%) Homens (23%) (INSIDA)	Meta: KAPB <sup>11</sup> Study IDS INSIDA			OMS	1,170	0	100	1,070
	Meta: TBD				UNAIDS	1,000	800	0	200
	2.% de homens e mulheres que afirmaram terem tido parceiros múltiplos nos últimos 12 meses	Meta: KAPB Study IDS INSIDA	Pressuposto: estejam criadas as condições sócio-culturais que favoreçam mudança de comportamento		OIM	2,000	0	600	1,400
	LB: Mulheres: 32.4% (INSIDA 2009), Homens: 37.2% (INSIDA 2009)				FNUAP	300	0	300	0
	Meta:				UNESCO	1,075	775	300	0
					<b>TOTAL</b>	<b>11,645</b>	<b>3,875</b>	<b>1,300</b>	<b>6,470</b>

<sup>11</sup> Knowledge, Attitudes Practices and Behavior study, a serem implementados de dois em dois anos

National Development Priorities or Goals:									
Resultados	Indicadores, linha de base, meta	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos	Principais Parceiros	Agencias NU	Recursos indicativos			
						Total	Fundos próprios	Outros / Extra-orçame ntário	Recursos a mobilizar
UNDAF Resultado 6: Sistemas e processos democráticos de governação reforçados, garantindo a equidade, o respeito pelo Estado de Direito e os Direitos Humanos a todos os níveis									
Resultado 6.1: As Comissões especializadas da AR fortalecidas para uma mais efectiva supervisão fiscal e legislativa do executivo.	1, Qualidade de supervisão parlamentar no exercício de aprovação do Orçamento do Estado  Linha de Base: B+ (TBC) (PEFA 2010) Meta: A (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios de PEFA	Pressupostos: Calendário previsível de parlamento  Campanhas e Programação eleitoral	Assembl eia da Repúblic a	UNDP	3,200	2,000	0	1,200
					UN Women	300	50	0	250
					UNICEF	1,700	1,400	100	200
	UNFPA	800	800		0	0			
	UNESCO	207	67		50	90			
	2, % de legislação iniciada pelo Parlamento  Linha de Base: 7%; (2010) Meta: 20% (2015)	Linha de Base/Meta: Boletim estatístico da AR	TOTAL		7,007	4,317	150	2,540	
Resultado 6.2: Grupos vulneráveis. em particular a nível descentralizado, mais consciencializados sobre a sua responsabilidade cívica eleitoral.	1, # de distritos cobertos pela campanha de educação cívica eleitoral  Linha de Base: 5; (2010) Meta: 90 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios da educação cívica e formação do STAE	Pressupostos: Compromisso do MINED para integrar a educação cívica nos currículos,	STAE/CN E, Observat ório Eleitoral Conselho Constituc ional,	UNDP	4,540	1,700	940	1900
					UNESCO	225	70	0	155
					Total	4,765	1,770	940	2,055

	2, % de mulheres cobertas pela companhia de educação civica eleitoral  Linha de Base: 30%; (2010) Meta: 60% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios da educação civica e formação do STAE							
<b>Resultado 6.3:</b> O MPD coordena efectivamente o ciclo de planificação, implementação e monitoria do PES com particular enfoque particular aos grupos vulneráveis	1, % de sectores que aplicam o sistema de planificacao integrada  Linha de Base: 0% (2010) Meta: 20%	Linha de Base/Meta: Balanço do PES-MPD	<b>Pressuposto:</b> Continuação do compromisso para o aprimoramento das metodologias que permita reflectir as prioridades dos grupos vulneraveis,	MPD MF MMAS/C NAM	UNFPA	400	400	0	0
					ILO	400	100	0	300
					UN WOMEN	900	250	0	650
					UNICEF	650	450	0	200
					UNESCO	80	20	20	40
					TOTAL	2,430	1,220	20	1,190
<b>Resultado 6.4:</b> O sistema nacional de estatística produz, analisa e dissemina dados de qualidade para promover o alcance dos ODM.	1, # de planos nacionais e sectoriais nas áreas seleccionadas que identificam prioridades baseadas em dados estatísticos oficiais  Linha de Base: 0 (2011) Meta: 2 (2015)	Linha de Base/Meta: PQG e PES	<b>Pressupostos:</b> Vontade política de partilhar estatísticas nacionais com o público		UNICEF	700	600	0	100
					UNDP	1500	800	0	700
					ILO	400	50	0	350
					TOTAL	3,600	1,450	0	1,150

<b>Resultado 6.5:</b> Instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos implementados e monitorados.	1 % de recomendações da RUP implementadas anualmente  Linha de Base: 0% (2011) Meta: 20% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios periódicos do RUP	<b>Pressupostos:</b> Um forte cometimento nacional de operacionalizar instrumentos internacionais,	MINJUS MMAS MINEC CNDH INAR MdJ Conselho nacional dos direitos da criança	UNESCO	110	55	0	55
					ILO	250	50	0	200
					UNDP	1,348	648	0	700
					UNICEF	700	700	0	0
					UNHCR	640	240	0	400
					OHCHR	120	0	20	100
					<b>TOTAL</b>	<b>3,168</b>	<b>1,693</b>	<b>20</b>	<b>1,455</b>
<b>Resultado 6.6:</b> Populações em Mocambique têm maior acesso a justiça e melhor proteção dos seus direitos humanos.	1, % de casos beneficiando de alternativas à prisão, por ano  Linha de Base: 0% (2011) Meta: 20% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios anuais do Ministério da Justiça Relatório anual do Tribunal Supremo	<b>Pressupostos:</b> Aprovação de uma estrutura legal pelo parlamento em 2011,  <b>Riscos:</b> Implementação atrasada da legislação	MINJUS IPAJ Tribunal Supremo PGR  Polícia	UNICEF	2,500	1,700	0	800
					UNDP	6,350	3,350	0	3,000
					UNHCR	640	240	0	400
					UNICRI	650	0	250	400
					<b>TOTAL</b>	<b>10,140</b>	<b>5,290</b>	<b>250</b>	<b>4,600</b>
<b>Resultado 6.7:</b> MINT e MINEC em	1, Número de reuniões inter-ministeriais regulares realizadas	Acta das reuniões inter-	<b>Riscos:</b> Aumento de	MINT MINEC					



colaboração com os parceiros provinciais gerem os fluxos migratórios de forma a garantir melhor protecção destes grupos.	sobre fluxos migratórios mistos anualmente	ministeriais sobre fluxos migratórios mistos	xenofobia e tensão política em relação aos não - moçambicanos	INAR Provincia I Governm ent	IOM	800	0	0	800
	Linha de Base: 0 (2011) Meta: 3 (2015)	Relatórios do			UNHCR	4,000	2,200	800	1,000
	2 Número de retornos forçados (refoulement) reportados	Departamento do Movimento Migratório da Direcção Nacional da Migração			TOTAL	4,800	2,200	800	1,800
	Linha de Base: 700 (2010) Meta: 0 (2015)								
3 # de mecanismos de recepção, baseados em procedimentos standard sensíveis à protecção, que identificam e referem migrantes nos postos fronteiriços	Relatórios de INAR								
Linha de Base: 0 (2010) Meta: 2 (2015)									
UNDAF Resultado estratégico 7: População em Moçambique participa na formulação e monitoria de uma agenda nacional de desenvolvimento transparente e equitativa									
Resultado 7.1: Grupos alvos vulneráveis alvo participam activamente no discurso de desenvolvimento.	1, # de programas de rádio e televisão, produzidos por crianças e jovens, sobre questões de direito,	Linha de Base/Meta: Programas gravados (Nacional)	Pressupostos: Manutenção tecnológica básica de produção e difusão de equipamento nas estações,	GABINFO/I CS, TVM RM CNJ/CPJs CMCs MINED OSC	UNICEF	8,900	2,900	0	6,000
					UNFPA	1000	600	0	400
					ILO	250	0	100	150
	UNESCO				550	150	150	250	
	UNICRI				50	0	40	10	
	UNHCR				460	460	0	0	
Rádio: Linha de Base: 1968; Meta: 3408 (2010) TV: Linha de Base: 192; Meta: 336 (2015)									
2, # de comunidades com Planos de Acção para defesa dos direitos humanos implementados									



	Linha de Base: 30 (2011)  Meta: 100 (2015)				TOTAL	11,210	4,110	290	6,810	
Resultado 7.2: Representantes da Sociedade Civil e do sector privado participam efectivamente nos mecanismos de planificação e monitoria das políticas, estratégias e programas de desenvolvimento.	1, # de organizações e membros da sociedade civil envolvidas com o Fórum da Sociedade Civil para defesa dos direitos da criança (ROSC) e MARP respectivamente  ROSC: Linha de Base: 250 (2011) Meta: 500 (2015) (Organizações)  MARP: Linha de Base: 21, Meta: 21	Linha de Base/Meta: Monitoria do ROSC  Relatórios dos encontros do MARP	Pressupostos: Contínuo cometimento do governo em comprometer-se com a sociedade civil e sector privado  Membros do mecanismo representam na totalidade a composição dos constituintes	MPD MAE MoPH Sectores Universidades, Municípios Administração Distrital Postos administrativos Localidades CSOs	UNDP	3,100	2,100	0	1,000	
					UNICEF	1,350	600	150	600	
					UNFPA	500	400	0	100	
					ILO	300	0	100	200	
					UNESCO	415	95	130	190	
	2, # de observatórios do desenvolvimento nacionais e provinciais realizados em conformidade com os guíões de implementação  Linha de Base: 1 (2011)  Meta: 11 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório de avaliação dos observatórios do desenvolvimento	Nível de instrução dos membros do conselho permite uma participação efectiva,	UN HABITAT	1,000	70	0	930		
				TOTAL	6,665	3,265	380	3,020		
				3, % de mulheres participando nos conselhos provinciais, em quatro províncias  Linha de Base: 30% (2011) Meta: 40% (2015)	Linha de Base/Meta: Acta das reuniões dos conselhos locais					
Resultado 7.3: Medias usam efectivamente a informação para um	1, # de distritos abrangidos por programas de rádio baseados em direitos	Linha de Base/Meta: Gravações de	Pressupostos: Operação contínua de	GABINFO /ICS TVM	UNICEF	200	100	0	100	

desenvolvimento equitativo.	Linha de Base: 60; (2011) Meta: 70 (2015)	Programa e relatórios dos parceiros	difusão de parceiros,	RM MISA CMCs UEM CSOs	UNFPA	400	300	0	100
	2, # de histórias baseadas em questões de direitos e género reportadas pela imprensa (edições de maior tiragem, rádios públicas, televisão pública)  Linha de Base: 312 (2011); Meta: 1500 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório anual- Rede de Media Amiga da Criança (RECAC)			UNESCO	650	0	300	350
					UN WOMEN	150	0	0	150
					OMS	250	50	0	200
					TOTAL	1,650	450	300	900
UNDAF resultado estratégico 8: Assegurada a provisão, acesso e utilização equitativa de serviços essenciais e de qualidade e que asseguram a melhoria das condições de vida de todos os grupos vulneráveis									
Resultado 8.1: MAE e MPD implementam estratégias de áreas seleccionadas com a “Service Charter” da Política e Estratégia de Descentralização em Províncias seleccionadas.	1, Nível de implementação da política e estratégia de descentralização  Linha de Base: Política e estratégia de descentralização aprovadas em 2011; Meta: 5 areas estrategicas implementadas com e “Service Charter”), (2015)	Linha de Base/Meta: Balanço do PES-MPD	Pressupostos: Cometimento contínuo para apoiar a descentralização a nível provincial e nacional,	MPD MAE MFP Autorid ades provinci ais Adminis tração Distrital Municip alidades	UNDP	400	400	0	0
					UNCDF	3,200	800	1,200	1,200
					TOTAL	3,600	1,200	1,200	1,200

	2, % de orçamento distrital alocado ao capital de investimentos  Linha de Base <sup>12</sup> : Meta:30% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatorio Execucao Orcamental dos Distritos		CSO					
<b>Resultado 8.2:</b> MAE e MPD estabelecem um sistema integrado de informação e gestão de conhecimento para tomada de decisão a nível descentralizado,	1, Numero de províncias e distritos com sistemas integrados de gestão de informação funcionais,  Linha de Base: Provincia 0; Distrito 0; Meta: 11 províncias e 22 districtos	Linha de Base/Meta: IMIS das Provincias e Distritos	<b>Pressupostos:</b> Cometimento para inovação no uso de informação disponível,	INE MPD MAE Provincia I Governments	UNDP	600	400	0	200
					UNFPA	3,300	2,800	0	500
					UNICEF	700	400	50	250
					<b>TOTAL</b>	<b>4,600</b>	<b>3,600</b>	<b>50</b>	<b>950</b>
<b>Resultado 8.3:</b> Governos Provinciais, Distritais e Municípios seleccionados integram assuntos transversais nos ciclos de planificação e	1, % do aumento do orçamento de sectores seleccionados para acções relacionadas a assuntos transversais a nível descentralizado em províncias,	Linha de Base/Meta: PESOD e PESOE	<b>Pressupostos:</b> Contínuo cometimento de plano de descentralização	MPD MAE INE UEM ISAP MJ	UN WOMEN	700	450	0	250
					UNDP	3,300	2,900	0	400

<sup>12</sup> Por determinar do OE 2011

monitoria do PESOE e PESOD.	distritos e municípios seleccionados,		Transferências e mudanças de planos,	MMAS SETSAN Adminis tração distrital Municípios CSOs	UNFPA	1,500	1,200	0	300
	Linha de base:  Meta:				UNESCO	1,205	255	200	750
					FAO	1,500	0	0	1,500
					UNCDF	3,500	500	1,500	1,500
					UNICEF	2,300	1,000	300	1,000
					TOTAL	13,771	6,251	2,000	5,520
<b>Resultado 8.4:</b> Vítimas de violência têm acesso aos serviços de prevenção e resposta pela polícia, acção social, saúde e justiça de forma integrada.	1, # de distritos com Gabinete de Atendimento à Mulher e Criança da Polícia da República de Moçambique reforçados com presença de pelo menos um técnico do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica  Baseline: 21 (2011) Target: 30 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatório de PRM	Pressupostos: Contínuo apoio político para implementação da lei de violência domestica,	MINT MMAS MINJUS MISAU INAR	UN WOMEN	1,000	0	0	1,000
					UNFPA	3,100	2,400	0	700
					UNESCO	855	105	200	550
					UNICEF	6,260	2,540	0	3,720
					UNHCR	1,040	640	0	400
	2, Nr de casos de violencia/abuso registrados e atendidos anualmente nos gabinetes de atendimento das esquadras desagregado por sexo e idade  Linha de base: 24,555 (2010) Meta: 30,000 (2015)  Linha de Base: 1 (2011) Meta: 4 (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios de Gabinete de atendimentos à mulheres e crianças			OIM	130	0	0	130
					TOTAL	12,385	5,685	200	6,500

	3, % de mulheres e crianças vítimas de violência que são atendidas por pelo menos 3 serviços que fazem parte da cadeia de o atendimento integrado estabelecidos no protocolo nas 11 capitais provinciais e distritos,  Linha de Base: 0% (2011) Meta: 10% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios de Gabinete de atendimentos à mulheres e crianças							
<b>Resultado 8.5:</b> Serviços de registo civil e notariado em coordenação com a sociedade civil asseguram maior acesso a cidadania.	1, % de crianças menores de 5 anos com registo de nascimento,  Linha de Base: 31% (2010) Meta: 60% (2015)	Linha de Base/Meta: Relatórios do DNRN e estudos nacionais	<b>Pressupostos:</b> Sistema de registo digitalizado será operacionalizado a nível nacional,	MINJUS Civil Society	UNHCR	2,020	720	100	1,200
					UNICEF	2,540	460	400	1,680
					UNESCO	170	20	50	100
					<b>TOTAL</b>	<b>4,730</b>	<b>1,200</b>	<b>550</b>	<b>2,980</b>

Fonte: ONU-RM (2012)

## Anexo 2 – Ações de Cada Agência e a Área Geográfica de Intervenção, para Cada Output

<b>Objectivo Geral do PARP: Aumentar a produção e a produtividade dos sectores da agricultura e das pescas</b> <b>Resultado (Outcome) 1 do UNDAF: Os grupos vulneráveis (com particular enfoque nas mulheres) procuram e garantem a produção e a produtividade do sector primário, de modo a aumentar a sua própria segurança alimentar</b>		
<b>Produtos (Outputs) do UNDAF</b>	<b>Funções / Acções fundamentais</b>	<b>Enfoque geográfico</b>
<b>Produto (Output) 1.1:</b> MINAG, MP, MIC e SETSAN formulam políticas, estratégias e planos de segurança alimentar e de produção com base em estatísticas harmonizadas e desagregadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Assistência técnica ao MINAG e MINJUS na elaboração da Lei do Direito Humano a Alimentação Adequada e apoio ao MINAG, MIC, MP e INE na formulação de políticas, sistemas de informação e capacidade de análise</li> <li>PMA: Apoio técnico e financeiro ao SETSAN para o fortalecimento dos sistemas de monitoria da situação de segurança alimentar, recolha de dados e metodologias de análise</li> <li>IFAD (Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrícola): Apoio ao MINAG e MP na formulação de políticas e de legislação para melhorar um ambiente favorável às actividades económicas que melhorem a segurança alimentar</li> <li>PNUD: Disponibilização de contribuições técnicas ao MINAG para a elaboração da legislação sobre o direito a alimentos e apoio à Assembleia da República na condução das consultas às partes interessadas e no processo de aprovação</li> <li>UNWOMEN: Apoio ao MINAG e MP na formulação, planificação, orçamentação, implementação e monitoria de políticas sensíveis ao género</li> </ul>	Central
<b>Produto (Output) 1.2:</b> Pequenos agricultores utilizam técnicas agrárias melhoradas de forma sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Apoio ao MINAG, MINED e OSC na implementação de metodologias participativas de extensão agrária, tais como as Escolas na Machamba do Camponês e as Escolas Práticas para Jovens da Machamba e de Vida</li> <li>IFAD: Apoio ao MINAG na implementação dos princípios do sistema de extensão agrícola pluralista, descentralizada, orientada para o mercado e dirigida pelo agricultor</li> </ul>	Distritos seleccionados em: Gaza, Sofala, Manica, Nampula, Inhambane, Zambézia
<b>Produto (Output) 1.3:</b> Pequenos agricultores utilizam técnicas de manejo e de armazenamento melhoradas para redução de perdas após a colheita	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Formação de associações de agricultores e de extensionistas do MINAG e OSC (Organizações da Sociedade Civil) em técnicas para reduzir perdas pós colheita</li> <li>PMA: Formação de pequenos agricultores em gestão de armazéns em parceria com os serviços de extensão do MINAG e ONGs e apoio à construção de armazéns comunitários</li> <li>IFAD: Apoio à formação das associações de agricultores para melhorarem as técnicas de redução de perdas pós colheita de produtos agrícolas</li> <li>UNIDO: Assistência técnica e capacitação para MESMEs, MINAG e MIC e a implementação de boas práticas agrícolas, medidas sanitárias e fitossanitárias</li> </ul>	Distritos seleccionados em: Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia e Nampula
<b>Produto (Output) 1.4:</b> Membros das comunidades rurais, particularmente mulheres, conhecem os seus direitos à terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Assistência técnica ao CFJJ para formar oficiais do Governo e das OSC que apoiam as comunidades locais em questões relacionadas com o direito à terra; e apoio ao Secretariado Técnico do Fórum Terra</li> <li>IFAD: Facilitação de parcerias entre as comunidades e os investidores para a promoção de investimento na terra através de agricultores de pequena e de grande escala</li> <li>FNUAP: Apoio à formação das associações de mulheres em mecanismos de registo da terra e de defesa da mulher e da terra, incluindo a Lei de Terras</li> </ul>	Todas as províncias
<b>Produto (Output) 1.5:</b> Pescadores artesanais e comerciantes de pescado utilizam técnicas melhoradas para aumentar e melhorar, de forma sustentável, a quantidade e qualidade dos produtos pesqueiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Assistência técnica ao IDPPE e INAQUA na organização de produtores e comerciantes de peixe com o objectivo de melhorar a produção e a produtividade da pesca de pequena escala e da aquacultura</li> <li>IFAD: Apoio ao manuseamento de produtos tradicionais, peixe fresco e congelado de baixo valor e produtos de valor superior, através da Pro-PESCA</li> <li>UNIDO: Assistência técnica e capacitação para a implementação de programas de locais de desembarque de pequena escala, segurança alimentar e garantia de qualidade para a pesca artesanal</li> </ul>	Distritos costeiros seleccionados em: Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo



<b>Objectivo Geral do PARP: Promover o emprego</b> <b>Resultado (Outcome) 2 do UNDAF: Acesso dos grupos vulneráveis a novas oportunidades melhora o rendimento e os meios de subsistência, com especial enfoque no emprego decente</b>		
Produtos (Outputs) do UNDAF	Funções / Acções fundamentais	Enfoque geográfico
<b>Produto 2.1: Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSMEs) seleccionadas nas cinco províncias mais pobres adoptam gestão e práticas de negócios orientadas para o mercado e a cadeia de valor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• OIT: Reforço do mercado livre através de ferramentas e de abordagens de gestão de negócios baseadas em resultados que visam o aumento da produtividade das MSMEs. Facilitação do estabelecimento de vínculos de negócios. Capacitação dos prestadores de BDS</li> <li>• FNUAP: Disponibilização de cursos de formação sobre gestão e mercado livre e apoio técnico para o fortalecimento das associações de mulheres e de jovens</li> <li>• UNCTAD: Fortalecimento das instituições relevantes para a formulação e implementação de estratégias comerciais, e facilitação do estabelecimento de vínculos de negócios entre os grandes compradores internacionais e os pequenos fornecedores locais</li> <li>• PNUD: Fortalecimento dos Departamentos de Desenvolvimento Rural Provinciais e as Agências de Desenvolvimento Económico Local para a remoção das barreiras às MSMEs, em particular, as MSMEs das mulheres</li> <li>• UNESCO: Fortalecimento das capacidades profissionais, empresariais e de marketing dos jovens e adultos nas indústrias criativas com enfoque no sector do artesanato</li> <li>• UNIDO: Assistência técnica e capacitação para a DNI, INNOQ, IPEME e MSMEs sobre questões relacionadas com a padronização e garantia de qualidade</li> <li>• PMA: Formação de empresas de processamento alimentar seleccionadas em fortificação de alimentos locais e planos de negócios e de investimentos; formação de pequenos agricultores em análise de informação de mercado</li> <li>• ACNUR: Promoção do estabelecimento de vínculos de mercado, integração de MSMEs de refugiados em fases de maior valor acrescentado da cadeia de valor e distribuição de sementes, fertilizantes, pesticidas e material</li> <li>• ITC (Centro Internacional para o Comercio): Formação de MSMEs em gestão empresarial, planificação estratégica, questões comerciais e aspectos da qualidade da criação e gestão de produtos</li> </ul>	Zambézia, Gaza, Sofala, Inhambane e Nampula
<b>Produto (Output) 2.2: MSMEs eficazes das cinco províncias mais pobres têm acesso a modelos de mercado e a sistemas de informação eficazes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PNUD: Elaboração e orientação de um Modelo de Mercado para pequenos produtores (em particular mulheres) e ajuda na elaboração de estratégias de Mercado Inclusivo</li> <li>• UNIDO: Capacitação dos BAUs e CPIs em informação empresarial simplificada e sistemas de registo para o aumento dos vínculos empresariais e de emprego</li> <li>• UNESCO: Assistência técnica ao governo e OSC na elaboração e divulgação da inteligência competitiva de mercado e dos vínculos empresariais para a indústria criativa</li> <li>• PMA: Prestação de assistência técnica para o fortalecimento da recolha, análise e divulgação da informação sobre o mercado</li> <li>• IFAD: Apoio aos pequenos agricultores para a melhoria da participação nos mercados agrícolas e nas cadeias de valor, e facilitação de uma ambiente mais</li> </ul>	Zambézia, Gaza, Sofala, Inhambane, Manica e Nampula

	<p>propício para as operações do mercado agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ITC: Disponibilização de serviços de notícias do mercado que contêm informação sobre produtos, preços e mercados para beneficiar os produtores locais</li> </ul>	
<p><b>Produto (Output) 2.3:</b> IMFs seleccionados oferecem cada vez mais produtos micro financeiros inclusivos de acordo com as necessidades dos grupos vulneráveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• OIT: Facilitação e promoção do acesso a mecanismos de financiamento através de vínculos com ênfase nas mulheres e nos jovens empresários</li> <li>• FNUAP: Defesa da integração da dimensão do género nos produtos financeiros dos IMFs</li> <li>• PNUD: Assistência técnica e ajuda financeira para a adopção e implementação de estratégias rurais e de microfinanças com enfoque em finanças inclusivas</li> <li>• UNCDF: Concessão de capital inicial e de assistência técnica a nível macro, meso e micro para criar um sector financeiro inclusivo responsável</li> <li>• ACNUR: Concessão de micro crédito a refugiados/requerentes de asilo para o início do seu próprio negócio baseado no acampamento e nas zonas urbanas através de ONGs e do sector privado</li> </ul>	<p>Províncias da Zambézia, Gaza, Sofala, Inhambane, Manica e Nampula</p>
<p><b>Produto (Output) 2.4</b> MITRAB e ministérios chave com know-how para operacionalizar políticas e estratégias de emprego decente sensíveis ao género em coordenação com outras partes interessadas relevantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• OIT: Capacitação dos ministérios para garantir melhores políticas e estratégias vinculadas a emprego decente e a geração de rendimento</li> <li>• UNICEF: Apoio técnico aos principais ministérios para a concepção e elaboração de programas de acção social produtivos (obras públicas)</li> <li>• OIM: Assistência técnica e ajuda financeira ao MITRAB para a implementação do direito dos trabalhadores migrantes a emprego decente, e defesa da protecção dos trabalhadores migrantes moçambicanos fora de Moçambique</li> <li>• UNESCO: Apoio na elaboração de estratégias e de programas para a promoção de indústrias criativas e de turismo cultural e na elaboração do Quadro do Ensino e de Formação Técnica e Profissional</li> <li>• ITC: Prestação de assistência técnica dirigida às mulheres e aos jovens envolvidos no comércio e centrado na região, bem como nos mercados comerciais nacionais</li> </ul>	<p>Central</p>
<p><b>Produto (Output) 2.5</b> MITRAB e MINED institucionalizam a competência baseada nos currículos de formação profissional em sectores prioritários</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• OIT: Reforço da implementação do currículo nacional de formação profissional e do sistema de competências</li> <li>• UNIDO: Ajuda ao sistema de ensino profissional e às OSC na capacitação das pessoas vulneráveis através da aquisição de competências de empreendedorismo</li> <li>• UNESCO: Assistência técnica e capacitação em elaboração de programas de formação profissional (autorizados) em instituições formais e não formais, em particular para as indústrias criativas</li> <li>• ACNUR: Apoio ao INEFP em Cursos de Formação Profissional para refugiados e moçambicanos e fornecimento de kits de iniciação aos mesmos</li> <li>• FAO: Formação de professores e concepção de materiais didácticos adequados para a integração de conhecimentos sobre agricultura, nutrição e empreendedorismo no currículo escolar</li> </ul>	<p>Central</p>
<p><b>Objectivo Geral do PARP:</b> Aumentar a produção e a produtividade nos sectores da agricultura e das pescas</p>		
<p><b>Resultado (Output) 3 do UNDAF:</b> Gestão sustentável e eficaz dos recursos naturais e redução do risco de desastres beneficiam toda a população de Moçambique, particularmente a mais vulnerável</p>		
<b>Produtos (Outputs) do UNDAF</b>	<b>Funções / Acções fundamentais</b>	<b>Enfoque geográfico</b>
<p><b>Produto (Output) 3.1:</b> INGC e MICOA com quadro político e regulador operacional para a coordenação e implementação eficazes da Redução do Risco de desastres e da Adaptação às</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PNUD: Assistência técnica ao INGC e MICOA na formulação de estratégias, planos de acção e orçamentos</li> <li>• UNWOMEN: Assistência técnica ao INGC e MICOA para a integração do género nas estratégias, planos, orçamentos e programas de RRD e apoio à implementação do planos de acção do género e mudanças climáticas</li> <li>• UN-HABITAT: Assistência técnica ao INGC na formulação e verificação dos regulamentos, estratégias, orientações e materiais de consciencialização sobre abrigo, serviços básicos e planeamento urbano</li> </ul>	<p>Central</p>



Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNICEF: Assistência técnica ao INGC e ministérios relevantes em linha na integração de estratégias de RDD centradas na criança</li> <li>• OMS: Capacitação do INGC, MICOA e MISAU para a integração de aspectos normativos e de prevenção de problemas de saúde nas estratégias de RSS e AMC</li> <li>• ONUSIDA: Integração de informação estratégica sobre o HIV/SIDA nas estratégias, planos e formação para contextos humanitários para o pessoal do INGC</li> </ul>	
Produto (Output) 3.2: Comunidades locais participam activamente em actividades de redução de risco e de gestão dos recursos naturais dos distritos em risco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PMA: Apoio às autoridades distritais para formação e disponibilização de equipamento para as comunidades e os Comités de Gestão de Risco Local de Mapeamento de Risco e meios de subsistência sustentáveis</li> <li>• FAO: Apoio ao MINAG e INGC na formação de membros das comunidades para criação de comités de gestão dos recursos naturais (CGRN) e redução do risco de desastres</li> <li>• PNUD: Apoio ao INGC e MICOA na formação e consciencialização dos comités de gestão local e implementação de projectos comunitários; apoio ao IND na implementação de uma estratégia residual para as operações de desminagem</li> <li>• UNESCO: Fortalecimento das capacidades dos Centros de Multi-media Comunitários e dos líderes tradicionais para capacitar as comunidades locais em mitigação dos desastres, redução do risco e gestão ambiental</li> <li>• FNUAP: Fortalecimento das capacidades do MMAS, INGC, comités locais e associações de mulheres para a utilização da perspectiva do género em SRH, incluindo o HIV/SIDA em emergências</li> <li>• UNIDO: Capacitação do MICOA, ME, MITUR, MPMEs e OSC na gestão de resíduos sólidos, abordagens mais limpas para a produção e utilização produtiva das energias renováveis</li> <li>• UN-HABITAT: Apoio às comunidades na implementação da planificação participativa da preparação contra desastres e RRD nas áreas de redução da vulnerabilidade aos desastres naturais</li> <li>• OIM: Apoio ao ICS, FORCOM e INGC para o fortalecimento da capacidade das estações de rádio comunitária, comunidades e governo local de recepção e divulgação de informação de aviso prévio fiável</li> <li>• UNEP: Apoio ao MICOA na melhoria da gestão do ecossistema e em particular em relação à zona costeira de Maputo</li> </ul>	Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Sofala, Tete e Manica
Produto (Output) 3.3: MINAG, INGC e MICOA integram os sistemas de gestão de informação e de monitoria de desastres e de utilização dos recursos naturais e do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PMA: Fortalecimento da capacidade descentralizada do MINAG, INGC e MICOA de informação sobre os potenciais perigos, realização do mapeamento da vulnerabilidade e do risco e monitoria das mudanças climáticas e aviso prévio</li> <li>• FAO: Assistência técnica ao MINAG para a operacionalização e expansão do Sistema de Informação do Sector das Florestas e do Sistema de Aviso Prévio para previsão da produção agrícola e avaliação da situação de segurança alimentar</li> <li>• PNUD: Assistência técnica ao INGC, MICOA e outras instituições chave para instalação de sistemas de gestão integrada do conhecimento e da informação sobre a RRD e AMC</li> <li>• UN-HABITAT: Assistência técnica ao INGC, MICOA e municípios para a melhoria das ferramentas de aviso prévio com base no mapeamento do risco e da vulnerabilidade, tecnologias GIS e planeamento do uso da terra</li> <li>• UNESCO: Reforço da capacidade técnica da UEM em sistemas de aviso prévio de tsunamis</li> </ul>	Central, Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Sofala, Tete e Manica.
Produto (Output) 3.4: Comunidades em zonas propensas a desastres beneficiam eficazmente da preparação para emergências, ajuda humanitária e acções de recuperação inicial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PMA: Assistência técnica em TIC, logística para a preparação para desastres, capacidade de resposta do INGC/CTGC e prestação directa de auxílio e de ajuda à recuperação das populações afectadas por desastres</li> <li>• UNICEF: Fortalecimento da coordenação da preparação da ajuda humanitária, da capacidade de resposta do INGC/CTGC e das iniciativas de apoio social e de mudança de comportamento das comunidades para a melhoria da capacidade de resistência aos desastres</li> <li>• FAO: Assistência técnica ao MINAG na formulação do Plano de Contingência e apoio às comunidades afectadas por desastres naturais no retorno às actividades</li> </ul>	Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Sofala, Tete e Manica

	agrárias	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>OIM: Ajuda humanitária e apoio aos programas de recuperação inicial para as pessoas deslocadas e comunidades afectadas por desastres naturais e reassentamento de refugiados que vão para terceiros países</li> <li>ACNUR: Apoio ao INAR na concepção dos planos de contingência e apoio às IDPs após as emergências</li> <li>UN-HABITAT: Assistência técnica ao INGC e municípios para a inclusão do planeamento espacial, de serviços básicos e socioeconómico na contingência e acções de resposta e ajuda à reconstrução</li> <li>FNUAP: Fortalecimento da capacidade do MMAS e INGC para a garantia da perspectiva do género nos planos de contingência e fornecimento de kits dignidade e entrega segura</li> <li>PNUD: Capacitação do INGC/CTGC para a melhoria dos procedimentos de emergência, recuperação inicial, planos de contingência, protocolos, exercícios de simulação e planos de resposta</li> <li>OMS: Fortalecimento da coordenação e do acesso aos serviços de saúde para as pessoas afectadas por desastres</li> <li>UNESCO: Capacitação em prevenção e monitoria de desastres marítimos e geológicos</li> <li>UNEP: Assistência técnica ao MICOA para a capacitação dos parceiros em MEA (Protocolo de Montreal)</li> </ul>	
Produto (Output) 3.5: MINAG e MICOA com um quadro político e regulador reforçado para o planeamento territorial e a gestão sustentável dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>FAO: Assistência técnica ao MINAG e MICOA na revisão e actualização do quadro político e legal sobre recursos naturais</li> <li>UN-HABITAT: Assistência técnica ao MICOA em planeamento do uso da terra em distritos e províncias propensos a riscos e promoção de estratégias multi-risco</li> <li>PNUD: Assistência técnica ao MICOA, MPD, MINAG, MITUR, MIREM, MPescas, MOPH-DNA, M Energia na formulação e revisão de políticas, estratégias, planos e projectos de desenvolvimento sustentável</li> <li>UNIDO: Ajuda ao MICOA e ME na integração de produção mais limpa, turismo sustentável, utilização de resíduos e de energias renováveis nas políticas, estratégias e planos territoriais e ambientais</li> <li>UNEP: Assistência técnica ao MICOA com os requerimentos e processos de acreditação como entidade nacional implementadora sob o Fundo de Adaptação. Assistência técnica ao MICOA para desenvolver planos e programas para influenciar os planos do uso da terra e as políticas das áreas secas. Apoiar o MICOA na preparação de Produção Limpa e de uso eficiente dos recursos que conduz ao marco institucional e de políticas</li> </ul>	Central
Objectivo Geral do PARP: Promover o desenvolvimento humano e social		
Resultado (Output) 4 do UNDAF: Prestação equitativa de serviços sociais de qualidade e essenciais garantem melhor bem-estar aos grupos vulneráveis		
Produtos (Outputs) do UNDAF	Funções / Acções fundamentais	Enfoque geográfico
Produto (Output) 4.1: MOPH garante qualidade na planificação e gestão de serviços de abastecimento de	<p>UNICEF: Assistência técnica e capacitação na formulação de políticas e planificação estratégica de abastecimento de água e saneamento rural e peri-urbano</p> <p>UN-HABITAT: Assistência técnica para a implementação da Estratégia de Intervenção de Assentamentos Informais; Política de habitação e serviços de gestão urbana e de apoio à habitação para os municípios</p>	Central, Manica, Sofala, Tete, Nampula, Gaza e Cabo Delgado

água e saneamento sustentáveis e assentamentos humanos com base em alianças estratégicas	OMS: Assistência técnica e capacitação na formulação de políticas, estratégias de prevenção de doenças do meio ambiente	
Produto (Output) 4.2:  Grupos vulneráveis com acesso a infra-estruturas de abastecimento de água potável e saneamento nas zonas rurais e peri-urbanas de províncias seleccionadas	UNICEF: Apoio à implementação descentralizada dos programas WASH centrados em serviços de qualidade, gestão/supervisão, aquisições e M&A  ACNUR: Assistência técnica e ajuda financeira para infra-estruturas de água potável e saneamento nos acampamentos de concentração de requerentes de asilo e refugiados	Manica, Sofala, Tete, Nampula, Gaza, Cabo Delgado
Produto (Output) 4.3  MMAS, em colaboração com outros sectores, chave gere e coordena programas de protecção social sustentáveis de uma forma mais integrada	PMA: Defesa da protecção social e apoio institucional ao MMAS para a criação do Conselho Nacional de Segurança Social Básica e a SWAP da Acção Social  UNICEF: Assistência técnica e ajuda financeira ao MMAS para o funcionamento eficaz do Conselho Nacional de Segurança Social Básica e a criação da SWAP da Acção Social  OIT: Apoio técnico à capacitação em concepção, revisão e expansão de programas PS e à criação da SWAP e do Conselho Nacional de Segurança Social Básica	Central
Produto (Output) 4.4  MMAS operacionaliza instrumentos e mecanismos para o aumento da eficácia e da cobertura dos programas de protecção social a todos os níveis	OIT: Assistência técnica e ajuda financeira aos Sistemas de Gestão, Informação e Monitoria e à capacitação para a gestão e implementação dos programas PS  PMA: Apoio ao MMAS e INAS na concepção e implementação do PNASP e PASD, através de numerário e de documentos comprovativos  UNICEF: Fortalecimento das capacidades do MMAS e INAS na gestão (gestão de RH, finanças, informação e casos da comunidade) e implementação de programas de protecção social  ACNUR: Capacitação do MMAS e INAR para a melhoria da integração dos serviços de assistência social básica nos acampamentos de concentração de refugiados	Todas as províncias
Produto (Output) 4.5  Instituições de ensino em parceria com as comunidades aplicam uma abordagem holística na implementação de serviços de ensino de qualidade, particularmente para os grupos mais vulneráveis dos distritos	UNESCO: Apoio ao MINED na melhoria da gestão escolar, da resposta ao HIV/SIDA, incluindo a saúde sexual e reprodutiva no sector da educação  UNICEF: Apoio ao MINED na implementação de uma abordagem multisectorial para a escola de qualidade, habilidades para a vida, educação sobre a prevenção do HIV/SIDA para o grupo etário de 10-14 anos, prevenção da violência e acompanhamento da avaliação do aluno  FNUAP: Apoio ao MINED, a nível central e provincial, na melhoria do acesso à e da procura da prevenção do HIV e da violência baseada no género e dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, através do aconselhamento nas escolas  OMS: Ajuda ao MISAU na promoção e implementação do Pacote Básico de Saúde nas	Distritos seleccionados em:  Gaza Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado

seleccionados	Escolas em coordenação com o MINED	
	ACNUR: Apoio ao MINED na melhoria das infra-estruturas de ensino e no fornecimento de uniformes e de material de ensino ao Centro de Refugiados	
	PMA: Ajuda ao MINED na implementação do programa da refeição escolar através da prestação directa de assistência alimentar em distritos de insegurança alimentar seleccionados e do teste alternativo de modelos de refeições escolares caseiras para ampliação	
Produto (Output) 4.6	UNESCO: Fortalecimento das capacidades do MINED numa formação de professores holística baseada em evidências, em Sistema de Gestão do Ensino (EMIS) e na integração da educação sexual e reprodutiva, incluindo o HIV/SIDA	
Ministério da Educação com padrões e mecanismos para a implementação de serviços de educação de qualidade a todos os níveis	UNICEF: Fortalecimento da capacidade institucional do MINED na formação/supervisão dos professores, normas nacionais sobre a qualidade da escola e avaliação do aluno através da SWAp	Distritos seleccionados em:
	FNUAP: Assistência técnica e ajuda financeira ao MINED para políticas e programas que garantam a prevenção do HIV, SRH e combate à violência do género nas escolas	Gaza, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado
	OMS: Apoio ao MISAU na promoção de iniciativas de escolas saudáveis; estilos de vida saudáveis e actividades de formação e de comunicação sobre factores de risco chave das doenças transmissíveis e não transmissíveis	
	PMA: Ajuda ao MINED na elaboração da estratégia nacional de alimentação escolar e do plano de acção com base nos recursos locais	
Produto (Output) 4.7:	FNUAP: Fortalecimento da segurança dos produtos de saúde reprodutiva; elaboração de políticas em SRH, melhoria da qualidade dos dados dos SRH centrados na mortalidade materna e na saúde do adolescente	
MISAU com recursos humanos, financiamento do sector da saúde, gestão da cadeia de aquisições/aprovisionamento e liderança melhorados para a prestação de serviços de qualidade, particularmente para os grupos mais vulneráveis	UNICEF: Assistência técnica e ajuda financeira à PROSAÚDE, fortalecimento da gestão da cadeia de aquisições e de aprovisionamento, apoio à planificação, orçamentação e promoção da equidade	Central, Inhambane, Maputo
	OMS: Assessoria e elaboração de políticas; assistência técnica à gestão financeira; M&A; Sistema de Informação sobre a Saúde, medicamentos essenciais, laboratório e investigação em recursos humanos	Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Gaza
	OIM: Defesa com o MISAU do Direito do Migrante à Saúde e apoio ao MISAU e a outros prestadores de serviços de saúde na implementação da Resolução 61:17 da WHA	
Produto (Output) 4.8:	OMS: Assessoria e elaboração de políticas; Capacitação em M&A centrada na eliminação do sarampo e da poliomielite, cuidados de saúde para recém-nascidos e infantis; Alcançar Todos os Distritos (RED), introdução da nova vacina	
Unidades sanitárias de distritos com serviços insuficientes aumentam a cobertura dos serviços preventivos e curativos para crianças menores de cinco anos a nível de cuidados de saúde primários, secundários e	UNICEF: Prestação de apoio técnico e financeiro para a vacinação de rotina e as campanhas nacionais contra sarampo/poliomielite/tétano; apoio à implantação da gestão de casos da comunidade (APEs), reforço das intervenções para se reduzir a mortalidade neonatal	Distritos seleccionados de todas as províncias



terciários		
Produto (Output) 4.9:  Unidades sanitárias nas cinco províncias com serviços mais insuficientes aumentam a cobertura dos serviços de qualidade integrados e sensíveis ao género para a saúde reprodutiva e sexual de cuidados de saúde primários, secundários e terciários	FNUAP: Capacitação, supervisão e monitoria dos profissionais de saúde (formação inicial e em exercício), capacitação de educadores pares de associações de jovens e OBCs  OMS: Assessoria e elaboração de políticas; Capacitação e M&A em Cuidados Obstétricos Essenciais e de Urgência, auditorias da mortalidade materna e perinatal; planeamento familiar e do cancro do colo do útero e da mama	Cabo Delgado,  Nampula,  Zambézia,  Sofala e  Inhambane
Produto (Output) 4.10:  Unidades sanitárias nas sete províncias com serviços mais insuficientes a proporcionar intervenções essenciais às crianças, mulheres e outras populações vulneráveis para a prevenção e controlo de outras doenças transmissíveis e não transmissíveis	UNICEF: Prestação de assessoria técnica, apoio e monitoria da distribuição de produtos de malária (LLINs, RDT, antimaláricos), prevenção de apoio/controlo da cólera e outras doenças diarreicas  OMS: Assistência técnica, M e A, pesquisa, advocacia e vigilância e resposta integrada às doenças (IDSR) com enfoque foco na malária, doenças tropicais negligenciadas, e prevenção e controlo de Doenças Não Transmissíveis (DNT)	Central,  Gaza, Zambézia, Nampula, Tete Manica,  Sofala e  Cabo Delgado
Produto (Output) 4.11:  MISAU e SETSAN, em coordenação com outros parceiros, garantem acesso a intervenções de qualidade para a segurança alimentar e nutricional das crianças e suas famílias	OMS: Assessoria política, capacitação, M&A e investigação sobre vigilância nutricional, alimentação de lactentes e de crianças pequenas  UNICEF: Apoio ao Plano Multisectorial para redução da malnutrição crónica, melhoria das práticas da alimentação de lactentes e crianças pequenas, a fortificação de alimentos, nutrição de raparigas e de mulheres em idade reprodutiva, tratamento de malnutrição aguda  FAO: Assistência técnica ao MINED na área de educação nutricional através da promoção de s Hortas Escolares e ao MINAG para a promoção de agricultura urbana  PMA: Ajuda ao MISAU e SETSAN para o lançamento do Programa de Reabilitação Nutricional (PRN), o Plano de Acção Nacional para a Redução da Malnutrição Crónica em conformidade com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II)	Central  e  todas as províncias
Produto (Output) 4.12  MISAU aumenta a	OMS: Orientação técnica ao MISAU para a elaboração de orientações, capacitação em TARV/TB, aquisições e monitoria da resistência aos medicamentos contra a TB/HIV  UNICEF: Assistência técnica ao MISAU para a coordenação, implementação e o controle	Central  e

cobertura de cuidados de qualidade, tratamento e serviços de apoio para Pessoas Vivendo com HIV (PVH) e pacientes com TB, em particular aqueles com necessidades não atendidas	<p>da qualidade dos serviços pediátricos e apoio aos sistemas de adesão baseados na comunidade</p> <p>ONUSIDA: Catalisação da próxima fase do tratamento, cuidados e apoio para a disponibilização de uma plataforma de tratamento radicalmente simplificada para pessoas vivendo com HIV e também redução de novas infecções aumentando o acesso ao tratamento</p> <p>PMA: Garantia da reabilitação nutricional eficaz de pacientes malnutridos seropositivos através de distribuição de géneros de CSB ao MISAU em centros de saúde e clínicas seleccionadas</p>	todas as províncias
<p>Produto (Output) 4.13</p> <p>Instituições de prevenção do HIV a prestam serviços de qualidade, com ênfase nos grupos mais vulneráveis à infecção pelo HIV</p>	<p>OMS: Orientação técnica ao MISAU para a elaboração de orientações, capacitação em PMTCT e monitoria a implementação das actividades de prevenção do HIV, incluindo a circuncisão masculina</p> <p>UNICEF: Assistência técnica ao MISAU na coordenação e implementação do programa da PTV, em Diagnóstico Infantil Precoce (EID) e prestação de serviços de prevenção para jovens; reforço da abordagem multisectorial e sistemas de referência</p> <p>ONUSIDA: Assistência técnica ao CNCS, MISAU e organizações da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas e estratégias de prevenção do HIV</p> <p>UNESCO: Assistência técnica e ajuda financeira ao ARPAC/MISAU (IMT) na Abordagem Sociocultural do HIV/SIDA; ajuda ao MINED e MISAU para a criação de uma escola culturalmente apropriada e a elaboração de programas de ensino baseados na comunidade para SRH</p> <p>FNUAP: Assistência técnica ao GdM e OSC em políticas e programas de prevenção do HIV, através de serviços amigos dos jovens, distribuição e criação de procura de preservativos masculinos e femininos</p> <p>OIT: Apoio à inspecção do trabalho para a monitoria da aplicação da legislação sobre o HIV/SIDA no local de trabalho e o apoio à ECOSIDA, organizações de trabalhadores e sector informal para elaborarem políticas e programas de resposta ao HIV/SIDA e à TB</p> <p>OIM: Reforço da capacidade dos prestadores de serviços governamentais e não-governamentais na prevenção do HIV e modelo de cuidados em comunidades afectadas pela migração - dentro e fora de Moçambique</p>	<p>Central e todas as províncias</p>
<p>Produto (Output) 4.14</p> <p>O organismo nacional de coordenação do HIV coordena de forma eficaz a estratégia nacional multisectorial do HIV/SIDA a nível central e descentralizado</p>	<p>OMS: Orientação técnica ao governo na elaboração, implementação, monitoria e avaliação dos planos provinciais e distritais multi-sectoriais de resposta ao HIV</p> <p>ONUSIDA: Assistência técnica para a coordenação, monitoria, angariação de recursos, defesa e criação de sinergias com parceiros, a fim de reforçar a resposta nacional ao HIV</p>	<p>Central e todas as províncias</p>
Objectivo Geral do PARP: Promover o desenvolvimento humano e social		

Resultado (Output) 5 do UNDAF: Os grupos vulneráveis procuram, acedem e utilizam serviços sociais prestados de qualidade e equitativos		
Produtos do UNDAF	Funções / Acções fundamentais	Enfoque geográfico
<p>Produto (Output) 5.1:</p> <p>As comunidades mais vulneráveis nas províncias seleccionadas usam efectivamente as infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento</p>	<p>UNICEF: Apoio à execução descentralizada dos programas WASH com enfoque em serviços de qualidade, gestão/supervisão, aquisições e M&amp;A</p> <p>UN-HABITAT: Capacitação dos municípios e prestadores de serviços em planificação e gestão participativa dos serviços de água e saneamento</p> <p>OMS: Assistência técnica às OBCs e prestadores de serviços através da capacitação em promoção da higiene, M&amp;A e aprovisionamento de equipamento essencial</p> <p>UNV: Defesa da sensibilização dos membros da comunidade como voluntários para a manutenção das infra-estruturas hídricas</p>	Manica, Sofala, Tete, Nampula, Gaza e Cabo Delgado
<p>Produto (Output) 5.2</p> <p>Pessoas que sofrem de exclusão social e económica têm benefícios maximizados de protecção social por meio de ajuda complementar</p>	<p>PMA: Apoio técnico e em bens ao MMAS/INAS para a prestação de ajuda complementar aos órfãos e a outros grupos vulneráveis em segurança alimentar</p> <p>UNICEF: Reforço das capacidades do GdM e OSC na disponibilização de acesso aos COVs a programas de apoio psicossocial, cuidados alternativos e assistência jurídica</p> <p>ACNUR: Prestação directa de protecção, abrigo, segurança alimentar, cuidados de saúde, serviços de educação e soluções duradouras para indivíduos vulneráveis com necessidades específicas</p> <p>OIM: Prestação de serviços de protecção social para os migrantes mais vulneráveis</p>	Todas as províncias
<p>Produto (Output) 5.3:</p> <p>Comunidades têm acesso a programas de formação integrada e funcional para a educação de jovens e adultos em distritos seleccionados</p>	<p>UNESCO: Assistência técnica e ajuda financeira aos alfabetizadores de adultos no Governo e OSC para a expansão do modelo integrado de educação de adultos</p> <p>FNUAP: Assistência técnica e ajuda financeira para a implementação de políticas e de programas fora da escola para a promoção da prevenção do HIV, SRH e combate à violência baseada no género</p>	Nampula, Sofala e Zambézia
<p>Produto (Output) 5.4:</p> <p>Grupos vulneráveis de províncias seleccionadas conhecem os principais factores de risco relacionados com a saúde, segurança alimentar e nutrição</p>	<p>FNUAP: Apoio à informação, educação e comunicação para o SRH, ligações entre unidades sanitárias e comunidade</p> <p>UNICEF: Apoio à comunicação de mudança de comportamento sobre a saúde infantil, malária, doenças diarreicas, nutrição e prevenção de gravidez precoce</p> <p>OMS: Apoio técnico na comunicação para saúde e educação em saúde às comunidades para promover estilos de vida saudáveis</p>	Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete
<p>Produto (Output) 5.5</p> <p>Comunidades seleccionadas adoptam normas</p>	<p>UNICEF: Apoio à implementação e monitoria da estratégia de comunicação do PEN II para a mudança de comportamento, com enfoque no uso do preservativo, aconselhamento e testagem, prevenção do abuso sexual e redução de parceiros múltiplos e simultâneos</p>	Central e todas as

socioculturais que reduzem a vulnerabilidade das raparigas e mulheres à infecção pelo HIV / SIDA	<p>OMS: Divulgar as melhores práticas e prestar orientação técnica ao governo na definição de normas e meios de redução da vulnerabilidade das mulheres e raparigas</p> <p>ONUSIDA: Apoio ao CNCS e MMAS para a garantia que as estratégias e acções nacionais de resposta ao HIV/SIDA respondam às necessidades e direitos dos jovens e mulheres</p> <p>OIM: Capacitação das comunidades afectadas pela migração para a mudança social e de comportamento, com enfoque no género e trabalho com os homens (trabalhadores das minas, dos corredores de transporte, as comunidades portuárias e sector da agricultura comercial)</p> <p>FNUAP: Apoio a soluções baseadas na comunidade para remediar o défice de realização dos direitos humanos das raparigas, fortalecimento dos grupos de apoio às raparigas e difusão de experiências de mudança cultural sustentável para a redução da vulnerabilidade das raparigas ao HIV</p> <p>UNESCO: Assistência técnica e ajuda financeira para a sensibilização dos líderes tradicionais para a adopção de práticas adequadas de género na comunidade, associadas ao comportamento sexual, em distritos seleccionados</p>	províncias
<p>Objectivo Geral do PARP: Promover a Boa Governação</p> <p>Resultado (Output) 6 do UNDAF: Sistemas e processos de governação democrática reforçados garantem a equidade, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos a todos os níveis</p>		
Produtos (Outputs) do UNDAF	Funções / Acções fundamentais	Enfoque geográfico
<p>Produto Output) 6.1:</p> <p>Comissões Especializadas Parlamentares reforçadas para o início e monitoria da aplicação da legislação e a fiscalização do orçamento</p>	<p>PNUD: Apoio técnico em PFM e prestação de serviços às Assembleias da República e Provinciais, em matérias de legislação</p> <p>UNWOMEN: Assessoria técnica à Assembleia da República em supervisão da implementação de leis e planos relacionados com o género</p> <p>UNICEF: Assessoria técnica ao Parlamento e MPD/MF em PFM e defesa na Assembleia da República dos direitos das crianças e mulheres com uma perspectiva de equidade</p> <p>FNUAP: Defesa nos Grupos Parlamentares da Juventude e de Mulheres da promoção de questões relacionadas com a legislação sobre SSR, género e HIV</p> <p>UNESCO: Defesa do direito à informação e da aprovação pela Assembleia da República da lei de radiodifusão; Apoio à elaboração da lei de radiodifusão da rádio comunitária e televisão</p>	<p>Central,</p> <p>Gaza, Nampula, e Cabo Delgado</p>
<p>Produto (Output) 6.2:</p> <p>Grupos vulneráveis, especialmente ao nível descentralizado aumentam a sua consciência sobre a responsabilidade cívica eleitoral</p>	<p>PNUD: Prestação de assistência técnica e assessoria ao STAE em educação cívica eleitoral e sua integração no currículo de ensino através do MINED</p> <p>UNESCO: Prestação de assistência técnica e formação para rádios comunitárias em matéria de educação cívica eleitoral</p>	Central



<p>Produto (Output) 6.3:</p> <p>O MPD coordena efectivamente o ciclo de planificação, implementação e monitoria do PES com particular atenção aos grupos vulneráveis</p>	<p>UNESCO: Prestação de AT ao MPD e defesa da integração da cultura e dos direitos humanos na programação a nível central</p> <p>FNUAP: Prestação de assistência técnica aos Ministérios da Educação, Saúde, da Juventude e Desportos, e ao Ministério da Mulher e da Acção Social para a integração dos Direitos Humanos, com especial destaque para os direitos sexuais reprodutivos na planificação</p> <p>OIT: Prestação de assistência técnica ao DNPDR-MAE para a implementação efectiva e integrada das estratégias de desenvolvimento local</p> <p>UNWOMEN: Prestação de assessoria técnica e de apoio financeiro ao MPD e MMAS na planificação, orçamentação, monitoria, avaliação e supervisão com base em metodologias harmonizadas sensíveis ao género</p> <p>UNICEF: Prestação de serviços de assessoria ao MPD e a outros intervenientes em direitos da criança e considerações sobre a equidade nos processos de planificação e AT à coordenação da ajuda</p>	<p>Central</p>
<p>Produto (Output) 6.4:</p> <p>O sistema nacional de estatística produz, analisa e divulga dados de qualidade para a promoção da realização dos ODMs</p>	<p>UNICEF: Assistência técnica ao INE, ENE e ministérios em linha na recolha, uso da análise e divulgação de dados nacionais desagregados, com enfoque especial em mulheres e crianças</p> <p>PNUD: Elaboração de relatórios sobre os ODMs, relatórios sobre o desenvolvimento humano nacional e outros documentos políticos e sua divulgação a nível sub-nacional</p> <p>OIT: Apoio ao INE e MITRAB e a outras partes interessadas fundamentais na criação de um sistema de informação eficaz e abrangente sobre o mercado de trabalho</p>	<p>Central</p>
<p>Produto (Output) 6.5:</p> <p>Instrumentos de direitos humanos internacionais e regionais implementados e monitorados</p>	<p>UNESCO: Defesa da ratificação de convenções e instrumentos internacionais</p> <p>OIT: Defesa da ratificação das convenções sobre a Maternidade e os Trabalhadores com Responsabilidades Familiares da OIT, bem como as Convenções Prioritárias da OIT, e apoio à implementação das Convenções Fundamentais da OIT</p> <p>PNUD: Assistência técnica à Comissão Nacional de Direitos Humanos e CNDH MINJUS ao plano nacional para a protecção e promoção dos direitos humanos e da UPR</p> <p>UNICEF: Assistência técnica à Comissão Nacional de Direitos Humanos e CNDH MINJUS ao plano nacional para a protecção e promoção dos direitos humanos e da UPR</p> <p>ACNUR: Defesa da ratificação ou retirada das Reservas de Apátridas, Deslocados Internos e Convenção dos Refugiados; Monitoria das Convenções Internacionais de Direitos Humanos (UPR) Revisão Periódica Universal</p> <p>OHCHR</p>	<p>Central</p>
<p>Produto (Output) 6.6:</p> <p>Populações em Moçambique com maior acesso à justiça e protecção dos direitos humanos</p>	<p>UNICEF: Advocacia e AT ao: acesso das crianças à justiça; consciencialização nacional e capacidade em questões de direitos das crianças, elaboração de legislação e de políticas; e relatório sobre a CDC</p> <p>PNUD: Assistência técnica à preparação e utilização de instrumentos de justiça inovadores e à consciencialização sobre os direitos humanos (especialmente mulheres)</p> <p>ACNUR: Apoio ao Tribunal Administrativo e às ONGs/OSC para permitir o acesso aos serviços jurídicos/justiça e a capacitação do MINJUS e MINT em aplicação da lei</p> <p>UNICRI: Apoio à capacitação e assistência técnica ao MINJUS, MINT, MMAS, PGR, Tribunal de Menores, MINED e MINTRAB na sua capacidade de lidar com menores em</p>	<p>Central</p> <p>e</p> <p>Distritos seleccionados em: Sofala, Nampula e Inhambane</p>

	conflito com a lei	
<p>Produto (Output) 6.7: MINT e MINEC em colaboração com os parceiros provinciais gerem os fluxos de migração de forma sensível à protecção</p>	<p>ACNUR: Assistência técnica e ajuda financeira ao GdM para a melhoria da migração sensível à protecção, gestão de fronteiras e defesa da protecção dos refugiados</p> <p>OIM: Assistência técnica e ajuda financeira ao GdM para a melhoria da migração sensível à protecção, gestão de fronteiras e defesa da técnica que beneficia a migração</p>	Central
<p><b>Objectivo Geral do PARP: Promover a Boa Governação</b></p> <p><b>Resultado (Output) 7 do UNDAF: As pessoas em Moçambique participam na elaboração e monitoria da agenda nacional de desenvolvimento de forma transparente e equitativa</b></p>		
Produtos do UNDAF	Funções / acções fundamentais	Enfoque geográfico
<p>Produto (Output) 7.1: Grupos vulneráveis alvos participam activamente na discussão sobre o desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNICEF: Apoio à expansão de Redes de Media de Criança para Criança e de Jovem para Jovem e à implementação de iniciativas de comunicação participativa com enfoque nas crianças e jovens</li> <li>• FNUAP: Fortalecimento das capacidades dos grupos vulneráveis para a exigência dos seus direitos humanos básicos e a aplicação da lei sobre violência doméstica contra as mulheres</li> <li>• OIT: Aumento do conhecimento dos parceiros e público em geral sobre os direitos dos trabalhadores e o diálogo social, que permita aos parceiros a realização de actividades de consciencialização</li> <li>• UNESCO: Capacitação para a educação cívica democrática através da educação da comunidade e defesa da sensibilização dos líderes tradicionais para os direitos culturais e da criança</li> <li>• UNICRI: Criação de um programa de rádio dirigido por menores para a divulgação de informação sobre o significado de ser um menor em risco ou em conflito com a lei</li> <li>• ACNUR: Assistência técnica aos refugiados e requerentes de asilo para a produção e divulgação de informação sobre o cumprimento de seus direitos humanos básicos</li> <li>• UNWOMEN: Formação e apoio técnico das mulheres para uma maior participação e engajamento nos conselhos consultivos locais e advocacia em relação ao governo e líderes locais para o efeito. (Província do Niassa)</li> </ul>	Central, Sofala, Nampula, Zambézia, Tete, Gaza, Manica, Niassa e Cabo Delgado
<p>Produto (Output) 7.2: Representantes da sociedade civil e do sector privado participam efectivamente nos mecanismos de planificação e monitoria das políticas, estratégias e programas de desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PNUD: Apoio à participação de qualidade da sociedade civil nos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais assim como nos Conselhos Consultivos Distritais e no Fórum Nacional do MARP</li> <li>• UNICEF: Apoio ao MPD e OSC a nível da comunidade na monitoria do orçamento, defesa coordenada das OSC e do sector privado, parceria e capacitação através do Fórum da Sociedade Civil dos Direitos Humanos/da Criança</li> <li>• FNUAP: Fortalecimento da capacidade das mulheres e jovens de exigirem os seus direitos humanos e a aplicação da lei sobre violência doméstica contra as mulheres</li> <li>• OIT: Reforço das capacidades da Comissão Consultiva do Trabalho e das organizações dos trabalhadores e patronais no diálogo social e na formulação e programação de políticas eficazes</li> <li>• UNESCO: Apoio à defesa das OSC para a EFA e envolvimento das comunidades na gestão escolar; apoio às organizações professores e na divulgação das recomendações da OIT/UNESCO sobre o Estatuto dos professores</li> <li>• UN-HABITAT: AT aos municípios e às OSC aos processos de orçamentação do planeamento urbano participativos e apoio ao desenvolvimento do Fórum Urbano Nacional e outros foros urbanos</li> </ul>	Central, Gaza, Nampula e Cabo Delgado

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNV: Apoio ao MINJUS e ao Conselho Nacional de Voluntários na criação da Agência Nacional de Voluntariado com vista a melhorar a colaboração entre o governo e as OSC</li> </ul>	
<b>Produto (Output) 7.3:</b> Os média usam efectivamente informação para o desenvolvimento equitativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNICEF: Apoio à expansão da Rede de Media Amiga dos Direitos/da Criança e promoção da rádio comunitária e da radiodifusão pública, com especial atenção ao HIV/SIDA</li> <li>• FNUAP: Apoio aos média na divulgação de informação sobre questões de género, promoção dos direitos humanos das mulheres a todos os níveis</li> <li>• UNESCO: Apoio à defesa, através dos média, OSC e proprietários das associações CMC, da aprovação da lei sobre a liberdade de expressão e direito à informação</li> <li>• UNWOMEN: Apoio aos média para se tornarem mais sensíveis ao género e contribuírem para a educação pública sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género em particular a nível local</li> <li>• OMS: Apoio ao reforço das capacidades dos jornalistas para a informação sobre questões de saúde e desenvolvimento social</li> </ul>	Todas as províncias
<b>Objectivo Geral do PARP: Promover a Boa Governação</b> <b>Resultado 7do UNDAF: Governo e sociedade civil prestam serviços coordenados, equitativos e integrados a nível descentralizado</b>		
Produtos do UNDAF	Funções / acções fundamentais	Enfoque geográfico
<b>Produto (Output) 8.1:</b> MAE e MPD implementam áreas estratégicas seleccionadas da Carta de Serviços, incluindo a política e a estratégia de descentralização em províncias seleccionadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PNUD: implementação da política e estratégia de descentralização pelo menos em cinco áreas de intervenção estratégica, elaboração da Carta de Serviços; ajuda nos cartões de relatório do cidadão</li> <li>• UNCDF: Reforço das capacidades fiscal e institucional ao nível distrital e provincial para a promoção do desenvolvimento local participativo, em particular para a segurança alimentar melhorada</li> </ul>	Central, Gaza, Nampula e Cabo Delgado
<b>Produto (Output) 8.2:</b> MAE e MPD com sistema de informação e gestão do conhecimento integrado estabelecido para a tomada de decisões a nível descentralizado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PNUD: Apoio técnico e financeiro para a criação de centros de gestão do conhecimento para a governação local</li> <li>• FNUAP: Assistência técnica ao INE para a adopção do IMIS a nível provincial e distrital e apoio ao uso de dados sociodemográficos no diagnóstico e planificação distrital</li> <li>• UNICEF: Apoio ao INE na recolha, divulgação e monitoria eficazes de dados desagregados, particularmente sobre mulheres e crianças, a nível provincial e distrital e capacitação em alfabetização estatística</li> </ul>	Central, Gaza, e Cabo Delgado
<b>Produto (Output) 8.3:</b> Governos provinciais, distritos e municípios seleccionados integram questões transversais nos ciclos de planificação e monitoria do PESOE e PESOD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNWOMEN: Capacitação e assistência técnica em planificação, orçamentação e monitoria sensível ao género de funcionários do governo local e das mulheres nos conselhos consultivos locais</li> <li>• PNUD: Apoio à implementação do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas e à elaboração de metodologias para integração de questões transversais</li> <li>• FNUAP: Apoio ao MPD para a realização de formações e disponibilização de um Quadro Metodológico Harmonizado para a integração das questões transversais (género e HIV/SIDA) no PESOE e no PESOD</li> <li>• UNESCO: Defesa e assistência técnica à integração da cultura, género e princípios dos direitos humanos na planificação a nível descentralizado</li> <li>• FAO: Apoio ao SETSAN e órgãos de planificação do Governo na integração de aspectos de Segurança Alimentar e Nutricional nos planos provinciais, distritais e</li> </ul>	Gaza, Nampula e Cabo Delgado

	<p>municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>UNCDF:</b> Criação de um fundo de desenvolvimento local equitativo para complementação das despesas do distrito para a promoção do empoderamento das mulheres e maior igualdade de género</li> <li>• <b>UNICEF:</b> Reforço das capacidades da PFM e apoio aos processos de planificação e orçamentação provinciais e distritais e utilização de informação sobre mulheres e crianças para a tomada de decisões</li> </ul>	
<p><b>Produto (Output) 8.4:</b> Vítimas de abuso têm acesso a serviços de prevenção e de resposta integrados por parte da polícia, acção social, saúde e justiça de uma forma integrada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>UNWOMEN:</b> Apoio aos parceiros nacionais na elaboração, implementação e monitoria de uma abordagem multi-dimensional e integrada para a prevenção e apoio para o atendimento das mulheres e raparigas afectadas e combate a VCM em geral;</li> <li>• <b>FNUAP:</b> Assistência técnica e ajuda financeira ao MMAS, MISAU, MINT e organizações de mulheres para a prestação de serviços integrados às mulheres e raparigas vítimas de violência</li> <li>• <b>UNESCO:</b> Assistência técnica para a integração do quadro jurídico consuetudinário na promulgação do sistema jurídico formal</li> <li>• <b>UNICEF:</b> Assistência técnica e ajuda financeira ao MINT, MINJUS, MMAS, MISAU, MINED e Tribunais para a prevenção e resposta ao abuso infantil</li> <li>• <b>ACNUR:</b> Capacitação do INAR, Polícia e Guarda Fronteira para a melhoria da resposta e da assistência jurídica para casos que envolvam refugiados e requerentes de asilo</li> <li>• <b>OIM:</b> Assistência técnica e ajuda financeira para a prevenção, processamento e protecção em casos de tráfico de seres humanos</li> </ul>	<p>Central e Gaza, Sofala, Manica, Nampula, Tete, Zambézia e Cabo Delgado</p>
<p><b>Produto (Output) 8.5:</b> Serviços de registo civil e notariado, em coordenação com a sociedade civil garantem maior acesso aos cidadãos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ACNUR:</b> Reforço do sistema de registo civil a nível nacional e local e apoio às brigadas móveis em zonas remotas e aos órgãos da justiça para a resolução da situação dos apátridas</li> <li>• <b>UNICEF:</b> Apoio ao MINJUS para a garantia da expansão do registo civil nacional, bem como a consolidação, operacionalização e digitalização do sistema de registo de nascimento a todos os níveis</li> <li>• <b>UNESCO:</b> Defesa e assistência técnica para a sensibilização dos líderes tradicionais e Associações de Pais para o registo de nascimento e o direito à cidadania</li> </ul>	<p>Central e todas as províncias</p>

Fonte: ONU-RM (2012)

## Anexo 3 – Lista de 237 Medidas de Governança do Index Ibrahim de Governança Africana de 2016



### 2016 Ibrahim Index of African Governance

The 2016 IIAG consists of one Overall Governance score, four categories, 14 sub-categories, and 95 indicators. Many indicators contain sub-indicators, some of which have underlying variables (sub-sub-indicators). In total there are 237 measures of governance. Please see the structure of the 2016 IIAG below and click on any measure to view the data.

[You can view the methodology of how the IIAG scores are calculated in the Annex in this Data Portal.](#)

#### OVERALL GOVERNANCE

#### SAFETY & RULE OF LAW

##### RULE OF LAW

[Judicial Independence](#)  
[Independent Judiciary \(BS\)](#)  
[Judicial Autonomy \(WEF\)](#)  
[Judicial Independence](#)  
[Judicial Independence \(GI\)](#)  
[Judicial Appointments \(GI\)](#)  
[Judicial Process](#)  
[Judicial Process \(EIU\)](#)  
[Judicial Decisions \(GI\)](#)  
[Property Rights](#)  
[Property Rights & Regulations \(BS\)](#)  
[Property Freedom \(HER\)](#)  
[Protection of Property Rights \(WEF\)](#)  
[Property Rights](#)  
[Property Rights \(AfDB\)](#)  
[Property Rights \(WB\)](#)  
[Transfers of Power \(EIU\)](#)  
[Sanctions \(CDD\)](#)

##### ACCOUNTABILITY

[Access to Information](#)  
[Access to Public Information \(GI\)](#)  
[Access to Legislative Information \(GI\)](#)  
[Online Services \(UNDESA\)](#)  
[Public Sector Accountability & Transparency](#)  
[Public Sector Accountability & Transparency \(AfDB\)](#)  
[Public Sector Accountability & Transparency \(WB\)](#)  
[Accountability of Public Officials](#)  
[Accountability of Public Officials \(EIU\)](#)  
[Abuse of Office \(BS\)](#)  
[Corruption in Government & Public Officials \(EIU\)](#)  
[Corruption & Bureaucracy \(WB\)](#)  
[Diversion of Public Funds \(WEF\)](#)  
[Corruption Investigation](#)  
[Public Sector Corruption Bodies \(GI\)](#)  
[Corruption Investigation \(GI\)](#)  
[Fighting Corruption \(AFR\)](#)

##### PERSONAL SAFETY

[Safety of the Person](#)  
[Safety of the Person \(EIU\)](#)  
[Neighbourhood Safety \(AFR\)](#)  
[Police Services](#)  
[Police Services \(WEF\)](#)  
[Police Misconduct Investigation \(GI\)](#)  
[Social Unrest \(EIU\)](#)  
[Crime](#)  
[Violent Crime \(EIU\)](#)  
[Residential Crime \(AFR\)](#)  
[Crime Reduction \(AFR\)](#)  
[Political Violence](#)  
[Government Violence against Civilians \(ACLED\)](#)  
[Political Violence \(PTS\)](#)  
[Human Trafficking \(USDS\)](#)

##### NATIONAL SECURITY

[Government Involvement in Armed Conflict \(UCDP\)](#)  
[Domestic Armed Conflict \(EIU\)](#)  
[Violence by Non-state Actors \(ACLED\)](#)  
[Cross-border Tensions \(EIU\)](#)  
[Internally Displaced People \(IDMC\)](#)  
[Political Refugees \(UNHCR\)](#)

#### PARTICIPATION & HUMAN RIGHTS

##### PARTICIPATION

[Political Participation](#)  
[Political Participation \(EIU\)](#)  
[Political Pluralism \(FH\)](#)  
[Political Freedom](#)  
[Political Freedom \(AFR\)](#)  
[Vote Freedom \(AFR\)](#)  
[Civil Society Participation](#)  
[Civil Society Participation \(BS\)](#)  
[Freedom of NGOs](#)  
[Barriers to NGO Operations \(GI\)](#)  
[Persecution of NGOs \(GI\)](#)

##### RIGHTS

[Freedom of Expression](#)  
[Freedom of Expression \(BS\)](#)  
[Press Freedom \(FH\)](#)  
[Media Freedom \(BSF\)](#)  
[Censorship](#)  
[Media Censorship \(GI\)](#)  
[Online Censorship \(GI\)](#)  
[Freedom of Association & Assembly](#)  
[Freedom of Association & Assembly \(BS\)](#)  
[Freedom of Association](#)  
[Freedom of Association \(GI\)](#)

##### GENDER

[Gender Equality](#)  
[Gender Equality \(AfDB\)](#)  
[Gender Equality \(WB\)](#)  
[Women's Political Participation](#)  
[Women in Parliament \(IPU\)](#)  
[Women in Ministerial Positions](#)  
[Women in Cabinet \(GI\)](#)  
[Women in Ministerial Positions \(WB\)](#)  
[Gender Balance in Education \(UNESCO\)](#)  
[Women's Labour Force Participation \(WB\)](#)  
[Workplace Gender Equality \(GI\)](#)



[Harassment of NGOs \(GI\)](#)  
[Free & Fair Elections](#)  
[Free & Fair Elections \(BS\)](#)  
[Free & Fair Executive Elections \(CDD\)](#)  
[Electoral Process \(FH\)](#)  
[Election Monitoring Agencies](#)  
[Election Monitoring Agency Independence \(GI\)](#)  
[Election Monitoring Agency Reporting \(GI\)](#)  
[Legitimacy of Political Process \(BS\)](#)

[Trade Unions \(GI\)](#)  
[Civil Liberties](#)  
[Protection of Civil Liberties \(BS\)](#)  
[Civil Liberties \(FH\)](#)  
[Human Rights Conventions \(UNOLA/OHCHR\)](#)  
[Human Rights Violations \(EIU\)](#)

[Women in the Judiciary \(GI\)](#)  
[Laws on Violence against Women \(OECD\)](#)

## SUSTAINABLE ECONOMIC OPPORTUNITY

### PUBLIC MANAGEMENT

[Statistical Capacity \(WB\)](#)  
[Public Administration](#)  
[Public Administration \(AfDB\)](#)  
[Public Administration \(WB\)](#)  
[Diversification \(AfDB/OECD/UNDP\)](#)  
[Budget Management](#)  
[Budget Management \(AfDB\)](#)  
[Budget Management \(WB\)](#)  
[Ratio of Revenue to Expenditure \(AfDB/AUC/UNECA\)](#)  
[Fiscal Policy](#)  
[Fiscal Policy \(AfDB\)](#)  
[Fiscal Policy \(WB\)](#)  
[Revenue Mobilisation](#)  
[Taxation Capacity \(ICTD\)](#)  
[Revenue Collection](#)  
[Revenue Collection \(AfDB\)](#)  
[Revenue Collection \(WB\)](#)  
[Transparency of State-owned Companies \(GI\)](#)

### BUSINESS ENVIRONMENT

[Investment Climate \(HER\)](#)  
[Competition](#)  
[Competition \(BS\)](#)  
[Tendering Process \(GI\)](#)  
[Competitive Environment](#)  
[Competitive Environment \(AfDB\)](#)  
[Competitive Environment \(WB\)](#)  
[Bureaucracy & Red Tape \(EIU\)](#)  
[Customs Procedures \(WEF\)](#)  
[Soundness of Banks \(WEF\)](#)  
[Employment Creation \(AFR\)](#)

### INFRASTRUCTURE

[Transport Infrastructure](#)  
[Road Network \(WEF\)](#)  
[Road & Bridge Maintenance \(AFR\)](#)  
[Rail Network \(EIU\)](#)  
[Air Transport](#)  
[Quality of Air Transport \(WEF\)](#)  
[Air Transport Safety \(GI\)](#)  
[Electricity Infrastructure](#)  
[Electricity Supply \(WEF\)](#)  
[Reliable Electricity Supply \(AFR\)](#)  
[Digital & IT Infrastructure](#)  
[IT Infrastructure \(EIU\)](#)  
[Mobile Phone Subscribers \(ITU\)](#)  
[Household Computers \(ITU\)](#)  
[Household Internet Access \(ITU\)](#)  
[Access to Water](#)  
[Access to Piped Water \(WHO/UNICEF\)](#)  
[Access to Improved Water \(WHO/UNICEF\)](#)  
[Water & Sanitation Services \(AFR\)](#)

### RURAL SECTOR

[Rural Business Climate](#)  
[Investment Climate for Rural Businesses \(IFAD\)](#)  
[Rural Financial Services Development \(IFAD\)](#)  
[Agricultural Input & Produce Markets \(IFAD\)](#)  
[Rural Development Resources \(IFAD\)](#)  
[Agricultural Support System \(IFAD\)](#)  
[Agricultural Policy Costs \(WEF\)](#)  
[Rural Land & Water](#)  
[Access to Land \(IFAD\)](#)  
[Access to Water for Agriculture \(IFAD\)](#)  
[Engagement with Rural Organisations](#)  
[Framework for Rural Organisations \(IFAD\)](#)  
[Dialogue between Government & Rural Organisations \(IFAD\)](#)  
[Equal Representation in Rural Areas \(IFAD\)](#)  
[Rural Accountability & Transparency \(IFAD\)](#)

## HUMAN DEVELOPMENT

### WELFARE

[Welfare Services](#)  
[Welfare Services \(AfDB\)](#)  
[Welfare Services \(WB\)](#)  
[Social Safety Nets \(BS\)](#)  
[Social Protection & Labour](#)  
[Social Protection & Labour \(AfDB\)](#)  
[Social Protection & Labour \(WB\)](#)  
[Social Exclusion \(BS\)](#)  
[Poverty](#)  
[Living Conditions \(AFR\)](#)  
[Food Deprivation \(AFR\)](#)  
[Water Deprivation \(AFR\)](#)  
[Cooking Fuel Deprivation \(AFR\)](#)  
[Poverty Reduction Priorities](#)  
[Living Standards of the Poor \(AFR\)](#)  
[Equity of Public Resource Use](#)

### EDUCATION

[Education Provision \(AFR\)](#)  
[Education Quality \(BS\)](#)  
[Educational System Management \(WEF\)](#)  
[Human Resources in Primary Schools \(UNESCO\)](#)  
[Primary School Completion \(WB\)](#)  
[Secondary School Enrolment \(UNESCO\)](#)  
[Tertiary Education Enrolment \(UNESCO\)](#)  
[Literacy \(UNESCO\)](#)

### HEALTH

[Basic Health Services \(AFR\)](#)  
[Public Health Campaigns \(GI\)](#)  
[Child Mortality \(IGME\)](#)  
[Maternal Mortality \(MMEIG\)](#)  
[Access to Sanitation](#)  
[Access to Improved Sanitation \(WHO/UNICEF\)](#)  
[Open Defecation Sanitation \(WHO/UNICEF\)](#)  
[Undernourishment \(WB\)](#)  
[Disease](#)  
[Malaria \(WHO\)](#)  
[Tuberculosis \(WHO\)](#)  
[Immunisation](#)  
[Immunisation against Measles \(WB\)](#)  
[Immunisation against DPT \(WB\)](#)  
[Immunisation against Hepatitis B \(WHO\)](#)  
[Antiretroviral Treatment \(ART\) Provision](#)

[Living Standards of the Poor \(AFR\)](#)  
[Equity of Public Resource Use](#)  
[Equity of Public Resource Use \(AfDB\)](#)  
[Equity of Public Resource Use \(WB\)](#)  
[Narrowing Income Gaps \(AFR\)](#)  
[Environmental Policy \(BS\)](#)  
[Environmental Sustainability](#)  
[Environmental Sustainability \(AfDB\)](#)  
[Environmental Sustainability \(WB\)](#)

[Immunisation against Hepatitis B \(WHO\)](#)  
[Antiretroviral Treatment \(ART\) Provision](#)  
[ART Provision \(UNAIDS\)](#)  
[ART Provision for Pregnant Women \(UNAIDS\)](#)

**Anexo 4 – Pontuação dos 95 indicadores em 2015**

Indicadores por ordem de pontuação		2015 Score
NATIONAL SECURITY	Government Involvement in Armed Conflict	100,0
NATIONAL SECURITY	Internally Displaced People	100,0
GENDER	Laws on Violence against Women	100,0
NATIONAL SECURITY	Political Refugees	100,0
RULE OF LAW	Sanctions	100,0
NATIONAL SECURITY	Violence by Non-state Actors	98,5
GENDER	Women's Labour Force Participation	95,4
RURAL SECTOR	Agricultural Support System	83,8
HEALTH	Maternal Mortality	81,8
HEALTH	Immunisation	79,2
PUBLIC MANAGEMENT	Budget Management	75,0
NATIONAL SECURITY	Cross-border Tensions	75,0
PERSONAL SAFETY	Political Violence	75,0
HEALTH	Public Health Campaigns	75,0
PUBLIC MANAGEMENT	Statistical Capacity	72,5
HEALTH	Child Mortality	70,7
HEALTH	Antiretroviral Treatment (ART) Provision	67,8
GENDER	Gender Balance in Education	67,6
GENDER	Gender Equality	67,5
WELFARE	Welfare Services	66,9
WELFARE	Narrowing Income Gaps	65,8
WELFARE	Environmental Sustainability	65,3
RIGHTS	Freedom of Association & Assembly	65,3
PUBLIC MANAGEMENT	Fiscal Policy	65,1
RURAL SECTOR	Rural Land & Water	64,2
HEALTH	Disease	63,8
HEALTH	Undernourishment	63,5
GENDER	Women's Political Participation	63,2
RURAL SECTOR	Rural Development Resources	62,5
RURAL SECTOR	Engagement with Rural Organisations	62,4
RIGHTS	Human Rights Conventions	61,9
PUBLIC MANAGEMENT	Public Administration	61,5
RIGHTS	Freedom of Expression	61,1
RURAL SECTOR	Rural Accountability & Transparency	60,5
RURAL SECTOR	Rural Business Climate	60,5
PARTICIPATION	Civil Society Participation	58,9
RURAL SECTOR	Equal Representation in Rural Areas	58,3
PARTICIPATION	Free & Fair Elections	56,9
PARTICIPATION	Legitimacy of Political Process	55,6
EDUCATION	Literacy	54,9
RULE OF LAW	Judicial Process	54,2
BUSINESS	Employment Creation	53,9



Indicadores por ordem de pontuação		2015 Score
ENVIRONMENT		
PARTICIPATION	Political Participation	53,9
PUBLIC MANAGEMENT	Revenue Mobilisation	53,9
WELFARE	Poverty Reduction Priorities	53,8
EDUCATION	Human Resources in Primary Schools	52,1
HEALTH	Basic Health Services	51,3
RIGHTS	Civil Liberties	50,0
NATIONAL SECURITY	Domestic Armed Conflict	50,0
PARTICIPATION	Election Monitoring Agencies	50,0
PERSONAL SAFETY	Human Trafficking	50,0
PERSONAL SAFETY	Social Unrest	50,0
WELFARE	Social Protection & Labour	49,7
PERSONAL SAFETY	Crime	49,6
EDUCATION	Education Provision	48,2
PUBLIC MANAGEMENT	Ratio of Revenue to Expenditure	47,3
ACCOUNTABILITY	Online Services	45,5
RURAL SECTOR	Agricultural Policy Costs	45,0
BUSINESS ENVIRONMENT	Soundness of Banks	44,0
BUSINESS ENVIRONMENT	Customs Procedures	43,0
WELFARE	Poverty	43,0
WELFARE	Environmental Policy	42,9
RULE OF LAW	Property Rights	41,5
INFRASTRUCTURE	Digital & IT Infrastructure	41,1
PERSONAL SAFETY	Safety of the Person	40,8
BUSINESS ENVIRONMENT	Investment Climate	38,9
WELFARE	Social Safety Nets	38,5
INFRASTRUCTURE	Water & Sanitation Services	38,3
ACCOUNTABILITY	Accountability of Public Officials	38,1
ACCOUNTABILITY	Public Sector Accountability & Transparency	38,1
RIGHTS	Human Rights Violations	37,5
INFRASTRUCTURE	Electricity Infrastructure	36,8
HEALTH	Access to Sanitation	34,6
BUSINESS ENVIRONMENT	Competition	34,3
BUSINESS ENVIRONMENT	Bureaucracy & Red Tape	33,3
EDUCATION	Education Quality	33,3
RULE OF LAW	Transfers of Power	33,3
INFRASTRUCTURE	Transport Infrastructure	33,3
GENDER	Workplace Gender Equality	33,3
EDUCATION	Primary School Completion	31,7
RULE OF LAW	Judicial Independence	29,0

Indicadores por ordem de pontuação		2015 Score
PERSONAL SAFETY	Police Services	27,9
EDUCATION	Educational System Management	27,7
ACCOUNTABILITY	Access to Information	25,0
PUBLIC MANAGEMENT	Transparency of State-owned Companies	25,0
GENDER	Women in the Judiciary	25,0
ACCOUNTABILITY	Corruption Investigation	22,2
INFRASTRUCTURE	Access to Water	21,7
ACCOUNTABILITY	Corruption in Government & Public Officials	20,0
ACCOUNTABILITY	Corruption & Bureaucracy	19,0
ACCOUNTABILITY	Diversion of Public Funds	19,0
EDUCATION	Secondary School Enrolment	18,1
WELFARE	Social Exclusion	14,3
PUBLIC MANAGEMENT	Diversification	13,0
EDUCATION	Tertiary Education Enrolment	9,4